João Roberto Martins Filho

MOVIMENTO ESTUDANTIL E MILITARIZAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL
(1964-1968)

Tese de Mestrado apresentada
ao Departamento de Ciências
Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Unicamp.

Este trabalho apresentado
A Comissão Final da Tese
Defendida pelo Sr.
João Roberto Martins Filho
Aprovado por Augusto Augusto
Campinas - 1986

CAMPINAS, 17 ABRIL 1986

À Tânia Pellegrini

Este projeto teve o apoio
da Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de São
Paulo - FAPESP

Outros haverão de ter
O que houvermos de perder
Outros poderão achar
O que, no nosso encontrar,
Foi achado, ou não achado,
Segundo o destino dado.

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Sem a atenção de algumas pessoas e a amizade de outras, este trabalho não teria sido possível. Assim, os funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo e do Arquivo de História Social da Unicamp tornaram as tardes de pesquisa mais agradáveis. Neste último, a gentileza da Marisa me permitiu consultar a coleção do Correio da Manhã, ainda não disponível à pesquisa. Por sua vez, os líderes estudantis de 1968 - Bernardino Figueiredo, Jorge Baptista, José Genoíno, Davi Capistrano Filho e José Dirceu - me receberam de forma amigável e se dispuseram a gravar entrevista ou a fornecer material escrito. Velhos amigos como o Lúcio e o Caco leram com paciência as primeiras versões deste trabalho e muito contribuíram com as suas observações. O mesmo digo do Caio, que é quem mais conhece estas páginas. A Marcinha acompanhou os primeiros percalços da fase de São Paulo. Mais uma vez, a carinhosa revisão da Tânia foi essencial para a formulação definitiva. Finalmente, queria agradecer à Wilma, que com a ajuda de Fátima e da Maria José datilografaram a tese.

Campinas, 23 de fevereiro de 1986.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

- O conteúdo de classe do radicalismo estudantil.....13
Movimento estudantil e análise de conjuntura.....24

CAPÍTULO I

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA FASE FINAL DO POPULISMO

- A expansão do ensino superior no período populista...29
Classe média e populismo.....33
A UNE dos anos 50.....36
A radicalização do meio estudantil católico.....43
A esquerda cristã na UNE.....49
A UNE e a luta pela reforma universitária(1961-62)...55
A "vanguarda" estudantil e a radicalização do movimento
popular.....65
A UNE e a categoria estudantil diante do golpe mili-
tar.....75

CAPÍTULO II

O ESTADO E O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PÓS-GOLPE(1964-66)

- Classe média e Estado militar.....89
O Estado militar e o movimento estudantil.....94
A resistência estudantil à política autoritária.....107
Política repressiva e mobilização estudantil.....117
O protesto antiditatorial de 1966.....122
1964-66: da oposição liberal à nova ascensão da es-
querda.....127

CAPÍTULO III

O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O ESTADO NA CRISE DE 1967-1968

- O Estado e o movimento estudantil:a Política Educacio

nal.....	149
A classe média e a crise da universidade: os excedentes.....	149
O projeto autoritário de "modernização" da universidade.....	155
A política repressiva do Estado.....	165
O governo Costa e Silva: "diálogo" e repressão.....	165
1968: a dialética do "endurecimento".....	172
Os dois eixos da mobilização estudantil de 1968.....	180
A "Universidade Crítica".....	185

CAPÍTULO IV

AS PERSPECTIVAS IDEOLÓGICAS DA ESQUERDA ESTUDANTIL

Luta política e luta específica.....	216
Luta específica e luta armada.....	219
O 29º Congresso da UNE e a crítica ao reformismo.....	224
O anti-reformismo da UNE.....	230
A Ação Popular em 1968: a "Linha de Massas".....	238
A Ação Popular e o maoísmo.....	242
A "Segunda Posição" e a teoria do "foco" revolucionário.....	247
A "Segunda Posição" e o guevarismo.....	251
O Foquismo na versão de Debray.....	255
A esquerda estudantil e os movimentos de proletarização.....	258

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA

QUADROS

1. Greves estudantis em 1964-65.....	132
--------------------------------------	-----

2. Manifestações estudantis do primeiro semestre de 1966.....	133
3. Manifestações estudantis do segundo semestre de 1966.....	135
4. Principais atividades estudantis do 1º semestre de 1967.....	193
5. Manifestações estudantis de 1968 (até 1º de junho).	197
6. Manifestações estudantis de 1968 (junho-julho).....	201
7. Manifestações estudantis de 1968 (agosto-outubro).....	206
8. Feridos por profissão nas manifestações de 1º de abril.....	210
9. Presos por profissão nas manifestações de 1º de abril.....	211
10. Presos por profissão na "Sexta-Feira Sangrenta" (21-6-68).....	212
11. Feridos por profissão na "Sexta-Feira Sangrenta".....	213

INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é a participação do movimento estudantil universitário no processo político brasileiro de 1964-1968. Insiro-me, assim, numa área relativamente desértica da pesquisa sociológica no país, pois são raras as pesquisas dedicadas especificamente à atuação política da categoria estudantil em nossa sociedade⁽¹⁾. Re-

-
- (1) Entre os estudos especificamente voltados para a análise do movimento estudantil brasileiro e que se propõem uma certa abrangência, destacam-se como os de maior importância os de Marialice Foracchi. Principalmente a obra clássica para o estudo do tema: O estudante e a transformação da sociedade brasileira, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, 2a. edição (a 1a. edição é de 1965). Além desta, a mesma autora publicou vários artigos atualmente disponíveis no volume intitulado A participação social dos excluídos, São Paulo, Hucitec, 1982. Ali se encontram os ensaios: "A juventude e a realidade nacional" (1966); "Estudante e a política no Brasil" (1967); "Aspectos da vida universitária na sociedade brasileira" (1968) e a pesquisa de 1961 sobre a composição social do meio estudantil. Com uma perspectiva bastante diversa da que orientou esses textos, Foracchi publicou depois A juventude na sociedade moderna, São Paulo, Pioneira e Edusp, (1972), onde passa a enfocar o movimento estudantil como um movimento de juventude, abandonando o critério do caráter de classe. Ao lado de sua obra, situa-se como trabalho sobretudo histórico o livro de Artur J. Poerner: O poder jovem, Rio Civilização Brasileira, 1979, 2a. edição revisada, ilustrada e ampliada (primeira edição, 1967). Mais recentemente foram publicados dois textos de valor documentário: SANTOS, Nilton e outros. História da UNE-depoimentos de ex-dirigentes, São Paulo, Livramento, 1980 e DCE da USP. Memorex-Elementos para uma história da UNE, S. Paulo, s.d. São essas as fontes principais disponíveis sobre o movimento estudantil e a UNE. Além delas, citarei oportunamente artigos de Sulamita de Brito, Luiz C. Bresser Pereira, J. A. Guilhon Albuquerque, Ruy Mauro Marini, Octávio Ianni e Décio Saes, ao lado de outros. Resta mencionar o recentíssimo estudo de J. Luiz Sanfelice, "O movimento estudantil e a UNE na resistência ao golpe de 64", São Paulo, 1985, 275 pp., mimeo, tese de doutorado defendida quando este trabalho já estava redigido.

sulta daí que a maior parte dos trabalhos que tocam indiretamente no tema acabam por aceitar algumas afirmações genéricas sobre os estudantes, as quais com certeza não resistem a uma análise mais aprofundada. Dessa maneira, corremos o risco de ver nascer uma "mitologia" estudantil, devido em grande parte ao significativo papel desempenhado por esse movimento nas lutas políticas dos anos 60. A origem dessa representação ilusória pode ser localizada na própria auto-imagem elaborada pela liderança universitária. Recentemente, quando do congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, um documento da entidade repetia afirmação extensamente difundida: "Os estudantes sempre estiveram ao lado do povo brasileiro, em todas as suas lutas⁽²⁾". Com isso, o movimento procurava reafirmar, após o período ditatorial, o seu permanente compromisso com as forças populares. Historicamente, porém, a asserção merece reparos.

Antes de 1938, data efetiva da fundação da UNE, não podemos rigorosamente falar de um movimento estudantil brasileiro. Dessa forma, os estudantes da escola superior só conseguiram organizar-se tardiamente, se pensamos nos exemplos de outros países latino-americanos: no Peru, a Federação dos Estudantes foi criada em 1916 e na Argentina a Federação Universitária veio à luz em 1918, no bojo do movimento de reforma da Escola Superior mais impor-

(2) Ver o documento da UNE publicado em ROMAGNOLI, L. H. e GONÇALVES, T. A volta da UNE - de Ibiúna a Salvador, São Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 4.

tante do continente. Enquanto isso, no Brasil, entidades como a União Democrática Estudantil, a Frente Democrática da Mocidade e a Federação Vermelha dos Estudantes, que organizavam setores estudantis, não chegaram a se constituir em organismos unitários de dimensão nacional e tiveram existência efêmera bem como pequena penetração no meio⁽³⁾. Assim, antes da criação da UNE pode-se falar da participação circunstancial dos estudantes, mas não ainda de um movimento unificado em torno de alguns objetivos comuns. Como afirmou um dos únicos historiadores do movimento universitário brasileiro, "a falta de um organismo que a coordenasse e a ausência de uma plataforma de lutas que a motivassem tornaram dispersa e caótica a atuação política dos universitários brasileiros durante a Primeira República"⁽⁴⁾. Trata-se então de um movimento tardio, pouco organizado, em relação aos seus correlatos latino-americanos.

Mais do que isso, há fortes indícios de que, com frequência, os estudantes de escolas superiores da Primeira República foram portadores de orientações antipopu-

(3) Para maiores dados sobre o movimento universitário na América Latina, ver o artigo de Alistair HENESSY publicado em VELIZ, C. América Latina: estruturas em crise: "Os estudantes universitários na política nacional" (São Paulo, Ibrasa, 1970). O texto pode ser útil para dados históricos; a análise funcionalista aí presente vê o movimento estudantil como resultado de disfunções da sociedade. Ver também o importante trabalho de Darcy RIBEIRO: A universidade necessária, Rio, Paz e Terra, 1969. As informações sobre as entidades estudantis que precederam a UNE estão em POERNER, op. cit., pp. 45 e segs.

(4) Ver POERNER, op. cit., p. 78.

lares e elitistas. Assim, os "partidos" estudantis da Faculdade de Direito de São Paulo dividiam-se naquela época, entre a adesão às correntes "oligárquicas" no poder e as dissidências "oligárquicas". Em 1908, os acadêmicos dessa escola realizaram um enterro simbólico do jornal socialista "Avanti". Anos depois, durante a greve geral de 1917, os estudantes de Direito ofereceram-se para substituir os motorneiros de bonde que se recusavam a trabalhar, colocando-se frontalmente contra a greve operária. Posteriormente, durante a década de trinta e o Estado Novo, a hegemonia na política estudantil nessa mesma escola, é provavelmente em muitas outras, pertencia à corrente liberal antipopular, que ocupava situação central na própria UNE (5).

Há, assim, períodos da história do movimento estudantil que merecem ser melhor estudados e apontam para uma constatação de fundamental importância: é impossível atribuir a esse movimento um caráter genérico e imutável, conferindo-lhe conteúdos e objetivos permanentes. Insistirei neste ponto mais à frente. Por ora, é meu objetivo destacar que a maioria dos autores não leva em conta este problema, colaborando assim para reforçar a idealiza

(5) A Faculdade de Direito mereceu um estudo específico de John W. FOSTER DULLES: A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas, 1938-45, Rio, Nova Fronteira, 1984. Encontrei a passeata contra o "Avanti" na coleção de fascículos Nosso Século, vol. I, p. 197, em fotografia da época. Para a participação estudantil na greve de 1917 em São Paulo, que "embora irrelevante, se deu em sentido reacionário, contra os trabalhadores, que procuraram em vão o apoio dos estudantes", v. POERNER, op. cit. 104

ção da participação estudantil, originária no seio do próprio movimento. Para o autor acima citado, "o estudante brasileiro é um oposicionista nato" e "os interesses políticos nacionais é que exigem o movimento estudantil"⁽⁶⁾. Um outro estudioso amplia ainda mais a generalização, ao referir-se aos universitários da década de sessenta: "os estudantes em revolta são todos basicamente socialistas, em todos os países do mundo"⁽⁷⁾. Na mesma linha, um líder estudantil de 1968 afirmaria em depoimento recente: "em toda a sua trajetória política, os estudantes brasileiros já demonstraram que estão situados no campo das forças que querem a Revolução, eles não querem apenas mudanças na ordem burguesa, na forma do Estado ou de opressão e exploração. Eles sempre se situaram ao lado das forças motoras, que querem mudanças profundas e radicais na sociedade brasileira"⁽⁸⁾. Outros exemplos no mesmo sentido poderiam ser citados.

Como já afirmei acima, tais postulações expressam muitas vezes um objetivo da luta política, visando mais que tudo à defesa do compromisso estudantil com o movimento das classes populares. Do ponto de vista teórico,

(6) POERNER, op. cit., p. 32 e p. 41.

(7) Trata-se de Luiz C. Bresser Pereira que no livro As revoluções utópicas faz uma análise do movimento estudantil brasileiro fundamentada nos conceitos de MARCUSE que via os intelectuais como a nova "classe revolucionária". Ver "A revolução estudantil" in BRESSER PEREIRA, op. cit., Petrópolis, Vozes, 1979, p.115.

(8) Ver o testemunho de José Genoíno, ex-presidente do DCE da Universidade do Ceará (1967-68) em História da UNE, cit., p. 98.

entretanto, cabe criticar a perda do caráter concreto e específico das mobilizações estudantis em momentos históricos diversos. Numa primeira abordagem, a aceitação da auto-imagem estudantil pode ser atribuída ao formalismo de certas análises: a partir de perspectivas bastante diferentes, autores como Poerner e Foster Dulles enfatizam sobretudo as formas radicais da participação estudantil, deixando para segundo plano os conteúdos sociais que nelas se expressam. No entanto, historicamente, recursos de maior ou menor radicalismo foram empregados pelos estudantes em seus protestos, mas essa característica não colabora para o entendimento das aspirações sociais aí contidas. A passeata já mencionada contra o jornal "Avanti" tinha objetivos totalmente diferentes da "Passeata dos Cem Mil", em 1968, ou da "Passeata do Silêncio", realizada em 1944, contra o Estado Novo. Da mesma forma, o radicalismo armado de 1969 e de outros anos encontra equivalentes aparentemente surpreendentes em protestos como os de 1930, em São Paulo, quando os acadêmicos de Direito roubaram armas e munições e enfrentaram a tiros tropas militares⁽⁹⁾. Semelhantes na forma, convém assinalar mais uma vez, esses protestos refletiam objetivos bastante diversos.

Outros autores já destacaram que o meio estudantil apresenta como uma de suas características particulares a tendência à criação de uma auto-imagem de descompromisso e de desvinculamento social, o que, em minha pers

(9) Ver FOSTER DULLES, op. cit., pp. 59-60.

pectiva, reforça os traços de idealização que venho assinalando. Segundo aqueles estudiosos, os estudantes tendem a se auto-representar como imunes aos condicionamentos de classe e portadores de uma ampla liberdade de ação. Apon-ta nesse sentido a análise de Marc Kravetz, para quem a ambivalência da situação estudantil, motivada por sua transitoriedade e pela ausência de uma historicidade de classe, atua no sentido de criar uma "fabulação estudantil", centrada na possibilidade de desenvolvimento de um comportamento social tipicamente "universitário", livre de determinações exteriores⁽¹⁰⁾. No plano político, esse traço se refletiria na incapacidade para definir um papel calcado nas contradições sociais sentidas pelo movimento. O estudante enfrenta quase sempre com desconforto as questões relacionadas à sua vinculação de classe e tende a apoiar, com mais facilidade, como no caso da França do início dos anos 60, as lutas de caráter geral (o combate à Guerra da Argélia), menos passíveis de questionar a sua auto-imagem. "O grupo estudantil é sensível à racionalidade dos problemas que se lhe propõe, contanto que essa racionalidade não venha a subverter a imagem que ele tem de si", ressalta aquele autor⁽¹¹⁾. No mesmo sentido, aponta a análise de Bourdieu e Passeron, para os quais os estudantes vivem num tempo e num espaço originais, o que, asso-

(10) Ver o artigo de Marc KRAVETZ. "Sindicalismo e movimento revolucionário nos movimentos estudantis", in BRITO, Sulamita de (org.). Sociologia da Juventude, IV - Os movimentos juvenis, Rio, Zahar, 1968.

(11) KRAVETZ, op. cit., p. 100.

ciado à transitoriedade de sua condição, facilita a recusa a aceitar sua radicação de classe. Nessa análise, o universo escolar pode ser aproximado do universo do jogo, onde as pressões sociais são reinterpretadas simbolicamente, assumindo a aparência de liberdade⁽¹²⁾. A auto-imagem elaborada pelo meio estudantil afasta-se, assim, muitas vezes, de sua situação social real. É possível compreender então porque no famoso "Manifesto de Córdoba", publicado em 1918, os estudantes argentinos afirmavam: "A juventude está sempre cercada de heroísmo. É desinteressada, é pura. Ainda não teve tempo para se contaminar"⁽¹³⁾. Por sua vez, num dos primeiros documentos da UNE, datado de 1938, salienta-se entre os seus considerandos: "o estudante brasileiro na sua maioria é pobre e desprotegido, financeira, moral e intelectualmente"⁽¹⁴⁾.

Em minha perspectiva, o estudo objetivo dos movimentos estudantis exige a superação dessas postulações. Os estudantes universitários constituem uma categoria social e, como salientou Nicos Poulantzas, "as categorias sociais têm elas mesmas uma adscrição de classe: estas categorias não são grupos 'à margem' ou 'fora' das classes, como tampouco são, como tal, classes sociais"⁽¹⁵⁾. Além

(12) BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C., "O tempo e o espaço no mundo estudantil" in BRITO, S., op. cit., pp. 61-86.

(13) Citado em HENESSY, op. cit., p. 145.

(14) Ver o "Plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira", aprovado pelo 2º Congresso Nacional dos Estudantes, em dezembro de 1938, em POERNER, op. cit., pp. 324-29.

(15) Ver POULANTZAS, N. "As classes sociais", in Estudos CEBRAP, nº 3, janeiro de 1973, p. 25.

disso, no caso dos estudantes, a relação que eles mantêm com o aparelho escolar e as condições particulares de sua atuação política não permitem confundí-los com as classes em que se originam⁽¹⁶⁾. É mais uma vez Poulantzas quem afirma: "as categorias sociais, por causa de sua relação com os aparatos de Estado e com a ideologia, podem apresentar a miúdo uma unidade própria, em que pese pertencerem a classes diversas". E complementa: "podem apresentar, em seu funcionamento político, uma autonomia relativa com respeito às classes a que seus membros pertencem"⁽¹⁷⁾. Essas noções têm sido, em geral, esquecidas pelos analistas da participação política dos estudantes no Brasil. Nesse sentido, eles raramente conseguem visualizar o movimento universitário como manifestação particular e específica de certos interesses de classe, que devem ser desvendados pela análise. Reforçam, dessa maneira, a "mitologia" estudantil, ao invés de superá-la.

Com efeito, é possível afirmar que uma das características centrais dos trabalhos dedicados ao tema do movimento estudantil brasileiro é a ênfase na autonomia ideológica e no desvinculamento social do movimento, perdendo-se, assim, a relevância crucial de sua adscrição de classe. Embora sejam raros os autores que não reconhecem

(16) Ver também a este respeito o debate de Décio SAES com as posições do Conselho Editorial da revista Cara a Cara, nº 2, julho a setembro de 1978: "Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil", pp. 189-196.

(17) Ver POULANTZAS, op. cit., p. 26.

a importância de tal adscrição, suas análises tendem a enfatizar sobretudo as potencialidades de superação das determinações advindas da origem de classe do estudante. Nesse quadro, a "condição estudantil" ou a "condição juvenil" passam a ser teoricamente mais relevantes que a situação de classe, na definição das orientações ideológicas dos universitários.

A ênfase na "condição estudantil" encontra seu fundamento na definição do estudante como "intelectual em formação", passando o seu radicalismo a ser referido ao contato com o conhecimento e com o saber. Esse tipo de análise pode ser encontrado nos trabalhos que Álvaro Vieira Pinto e José Chasin dedicaram ao movimento estudantil. Neles, corre-se o risco de perder o conteúdo de classe do radicalismo do estudante, não raro ocorrendo um deslizamento para um enfoque desse agente social como "vanguarda" das lutas políticas gerais, devido às suas qualificações intelectuais. Desse modo, Vieira Pinto defendia, no início da década de sessenta, que os estudantes constituem os únicos agentes sociais não comprometidos com o caráter de classe da sociedade brasileira. Empenhado em fornecer subsídios à direção do movimento naquela época, este autor atribui às "qualificações intelectuais" do jovem universitário a sua identificação "necessária" com as forças sociais "ascendentes". Em decorrência disso, caberia aos estudantes um papel "natural" de vanguarda das classes populares - em outros termos, uma função "revolucio

nária" (18).

Com pressupostos políticos diferentes, José Chasin, em texto de 1961, reivindica atributos semelhantes ao movimento estudantil. Em sua ótica, este tenderia a atuar como "elemento aprimorador da realidade", posicionando-se a favor das reivindicações populares e nacionalistas. Para ele, o "uso do equipamento do conhecimento" abriria ao estudante a perspectiva de uma atuação "revolucionária" (19).

Por sua vez, Rui Mauro Marini dedicou ao tema um ensaio publicado na França, em 1970, onde defende idéias que podem ser alinhadas a essa vertente, embora se insiram numa análise mais sofisticada, que considera com mais atenção a questão da adscrição de classe. Segundo Marini, as contradições vividas pelo estudante latino-americano, advindas basicamente das dificuldades de sua integração à sociedade, criariam as condições para a formação de uma consciência radical comprometida com a mudança estrutural da sociedade. A partir daí, a amplitude das tarefas políticas com que se deparariam os estudantes tenderia a conduzir o movimento à identificação com o polo social explorado. Abre-se então a possibilidade de que ele atue como "setor específico do movimento revolucionário".

(18) Baseio-me na análise de Luiz A. CUNHA sobre a obra de VIEIRA PINTO, A questão da Universidade. Ver CUNHA, A Universidade crítica, Rio, Francisco Alves, 1983, pp. 230 e segs. O livro de Vieira Pinto foi publicado em 1962 pela própria editora da UNE.

(19) Ver CHASIN, J. "Algumas considerações a respeito do movimento estudantil brasileiro", em Revista Brasileira, nº 38, novembro-dezembro de 1961 pp. 154-57.

Nesse contexto, o enfrentamento correto das tarefas estratégicas possibilitaria ao movimento universitário o papel de "abrir às classes trabalhadoras as possibilidades de triunfo que as lutas de hoje contribuem para criar, mas ainda não podem consolidar" (20).

Ao lado dessa corrente, situa-se outra, também preocupada sobretudo com a autonomia ideológica e o desvinculamento social do estudante, mas a partir de um outro pressuposto teórico: o acento na "condição juvenil", isto é, na particularidade da condição social do jovem nas sociedades atuais. Nessa linha de análise, destaca-se como autor mais importante o sociólogo Octavio Ianni. Num artigo de 1963, denominado "O jovem radical" (21), Ianni propõe-se responder à indagação que considera fundamental na interpretação da participação dos estudantes: por que os jovens originários das mais diversas camadas sociais "desenvolvem atuações políticas geralmente incompatíveis com os interesses de suas classes"? Para isso, define como traço essencial da condição do jovem nas sociedades modernas o comportamento de "negatividade com o presente". Segundo seu enfoque, a contestação juvenil se inicia com o enfrentamento das contradições relacionadas ao mercado de trabalho, mas a rebelião só apareceria como traço característico no momento em que o jovem ingressa no "mín

(20) MARINI, R. M. "Les mouvements étudiants en Amérique Latine", in Les Temps Modernes, Paris, nº 291, 27^e année, octobre-1970, pp. 718-731.

(21) IANNI, Octávio. "O jovem radical", em Industrialização e desenvolvimento social no Brasil, Rio, Civilização Brasileira, 1963.

do do trabalho", isto é, quando ele vivencia a situação de assalariado. É a partir daí que surgem as condições para a elaboração de um comportamento "revolucionário", fundado numa consciência "adequada, sintetizadora". "É a situação típica da classe operária, afirma Ianni, que abre possibilidades à consciência social, tanto dos próprios membros como de elementos de outras classes" (22). Não é mais o jovem estudante, mas o jovem em geral que faz-se portador de um comportamento "revolucionário", na visão aí exposta.

O CONTEÚDO DE CLASSE DO RADICALISMO ESTUDANTIL

A meu ver, a análise do comportamento político dos universitários não pode partir do pressuposto da incompatibilidade das reivindicações estudantis com os interesses de sua classe de origem. Nesse sentido, é preciso superar a idéia de que o radicalismo estudantil tem necessariamente um caráter "revolucionário", como o fizeram vários autores. Com esse fim, procurarei voltar o foco da argumentação para a relação entre as aspirações da classe média, setor social majoritário na universidade, e o radicalismo estudantil. Não me alongarei aqui sobre o tema da predominância da origem de classe média dos estudantes universitários brasileiros pois ele reaparecerá no capítulo seguinte (estudo da expansão do ensino superior nos anos 50). Brevemente, entretanto, vale lembrar que, antes

(22) As citações estão nas páginas 159 e 172 de IANNI, op. cit.

de 1930, a composição social do estudantado, de resto ainda pouco pesquisada, devia pender majoritariamente para as classes dominantes, sobretudo a burguesia comercial (23). Com as transformações ocorridas a partir dessa data, registra-se o que se denominou de integração política da classe média, ou o "reconhecimento pelo sistema político de sua possibilidade de influenciar o processo nacional de decisões" (24). O sistema educacional foi o local privilegiado dessa integração. Assim, com base em pesquisas realizadas em 1963, era já possível afirmar que "as camadas superiores e tradicionais estão cedendo lugar, na universidade, à crescente predominância dos estratos médios" (25). Outras investigações, ainda que baseadas em um critério limitado (a classificação por prestígio de profissões de Hutchinson), apontavam para um índice de 75% de estudantes com pais que desempenhavam funções tipicamente de classe média, numa amostragem retirada dos primeiranistas da USP em 1955. Dez anos depois, outro estudo

(23) A pesquisa sobre o comportamento político dos estudantes na Primeira República teria como principal fonte os depoimentos e memórias. Assim Poerner cita Paulo Nogueira Filho, para quem entre os estudantes das faculdades de São Paulo, havia "moços da chamada alta sociedade, a par de modestos cidadãos". Ver POERNER, op. cit., p. 98.

(24) Ver SAES, Décio. "Classe Moyenne et System Politique au Brésil", Thèse de Doctorat, 3ème cycle, Paris, 1974, p. 45. O trabalho foi recentemente publicado no Brasil com o título de Classe Média e sistema político no Brasil, São Paulo, T.A. Queiroz, 1985.

(25) Ver FORACCHI, M. "Estudante e política no Brasil", em A participação social dos excluídos, cit. p. 52. A pesquisa a que se refere a afirmação acima está publicada no mesmo livro, pp. 64-82, em sua versão inicial.

com os mesmos critérios registrou um aumento desse índice para 80%, considerando-se agora o conjunto dos estudantes de escolas superiores da cidade de São Paulo⁽²⁶⁾.

O jovem estudante de classe média define-se socialmente enquanto categoria pelas relações de manutenção e de dependência que mantém com sua família, expressão mais evidente de sua situação de classe. Ao lado disso, na constituição da categoria estudantil, o trabalho desempenhado em tempo parcial configura também um elemento fundamental. Assim, ao examinar o processo de transformação do jovem em estudante, a socióloga Marialice Foracchi construiu noções e conceitos teóricos pioneiros, indispensáveis, em minha perspectiva, para a compreensão das orientações estudantis⁽²⁷⁾.

Para se transformar em universitário, o jovem mantém com sua família vínculos que não se esgotam na simples dependência econômica. A contrapartida dos laços de manutenção são os vínculos de retribuição e de compromisso com o projeto familiar que atribui ao jovem estudante o papel de continuador da história da família. O objetivo último desse processo será a transformação do jovem em agente da ascensão social da família e, em sentido mais amplo, da classe social da qual se origina. Nesse prisma,

(26) Ver CUNHA, L. A., op. cit., p. 65 onde este autor apresenta os resultados e tece algumas críticas aos critérios dessas pesquisas.

(27) A partir daqui baseio-me fundamentalmente no livro de Foracchi, O estudante e a transformação da sociedade brasileira, cit.

o ingresso na produção não insere o estudante numa "situação definida basicamente pela condição de produtor e oprimido", como quer Ianni. Ao contrário, a inserção no mundo da produção redefine a relação com a família mas não transforma os vínculos de classe do estudante. O trabalho parcial é um elemento indispensável para que o jovem de classe média possa estudar e, assim, esteja apto a incorporar a dimensão educacional como um dos requisitos - necessário, mas não suficiente - para a ascensão familiar. Para Foracchi, ao complementar sua manutenção pelo trabalho, "o estudante deixa de estar vinculado à família, quer dizer, nega-se como parte da família para integrar-se ao sistema como agente de classe" (28).

O trabalho estudantil, complementar ao estudo e realizado em tempo parcial, não pode ser, portanto, equiparado ao trabalho operário, daí se inferindo a possibilidade de formação de uma consciência "revolucionária". Trata-se de um trabalho socialmente determinado, ao mesmo tempo recurso essencial para a emancipação do jovem e instrumento de vinculação ao sistema. Fragmentário e parcial, ele guarda em todos os seus aspectos um conteúdo de classe definido. Conforme o definiu Foracchi, está-se diante de um "trabalho assalariado de classe média, no qual o indivíduo não participa diretamente da elaboração do produto, e no transcorrer do qual não detem qualquer parcela de influência sobre o processo social de produção" (29).

(28) FORACCHI, op. cit., p.

(29) Idem, ibidem, p. 166.

Dessa maneira, o jovem que a ele recorre para tornar-se estudante continua a ser

"o jovem de classe média empenhado, consciente ou inconscientemente, em objetivar o processo de ascensão de sua camada de origem" (30).

Por outro lado, o contato com o conhecimento ou com o saber - a condição de "intelectual em formação" - também não modificam a vinculação de classe do jovem estudante. O pressuposto comum a essas análises parece ser o da neutralidade da ciência ou do aparelho escolar universitário, esquecendo-se assim que uma das funções essenciais do ensino nas sociedades capitalistas é a reprodução da hierarquia social. Ao instilar numa minoria a noção de que representa uma elite, reproduzindo desse modo a estratificação hierárquica da força de trabalho, exigida pela divisão capitalista do trabalho, o ensino afasta-se de qualquer estatuto de neutralidade e define a sua função ideológica básica. Na expressão de André Gorz, "o sistema escolar é, assim, o instrumento-chave da hierarquização social: pretende registrar diferenças de aptidão e de qualificação que, de fato, produz" (31). De tal modo, a complexidade da condição estudantil não permite a sua definição apriorística como potencialmente "revolucionária". É necessário considerar, como já salientou Rossana Rossanda, a "especificidade de que se reveste, na organização

(30) Idem, *ibidem*, p. 169.

(31) Ver GORZ, A. "Técnica, técnicos e lutas de classe" in Crítica da Divisão do Trabalho, São Paulo, Martins Fontes, 1980, pp. 211-248. A citação está na página 240.

capitalista do trabalho, a formação de uma força de trabalho destinada a ter um papel de reprodução da hierarquia social. É sob seu duplo aspecto de participante de um mecanismo de exploração e objeto de um mecanismo de proletarização que se situa a natureza real do estudante" (32). Finalmente, autores como Rancière enfatizaram em suas análises que a ciência não pode ser considerada como "neutra" ou como o "outro" da ideologia. A divisão do saber, as formas de sua apropriação e as características das próprias instituições universitárias definem o conteúdo de classe do conhecimento. A ideologia burguesa, ainda para citar Rancière, configura-se como "um poder organizado num conjunto de instituições", entre as quais se destaca a Universidade (33).

Dados esses limites sociais mais amplos, como explicar o engajamento radical do estudante no quadro de sua adscrição de classe? Como já foi apontado, o estudante, enquanto categoria social, tem no traço da transitoriedade uma de suas principais características. Pode ser definido como um "vir-a-ser", um agente social essencialmente voltado para a realização futura de uma condição definitiva: a profissão. Com essas características, o jovem universitário configura-se como um "projeto de profissional", que vê na carreira o seu próprio projeto. Nes

(32) Ver ROSSANDA, Rossana. "Les étudiants et la gauche révolutionnaire en Italie", em L'Homme et La Société, nº 16, avril/mai/juin, 1970, p. 216.

(33) Ver RANCIÈRE, J. Sobre a teoria da ideologia - a política de Althusser, Porto, Portucalense, 1971.

se quadro, as relações que ele passa a estabelecer com seu projeto de carreira assumem importância fundamental na formação de sua consciência radical. Através do ingresso na produção, o universitário cria as condições para que possa visualizar o padrão vigente de carreira, como antecipação de seu futuro profissional. Esse processo abre a possibilidade da crítica do padrão profissional, com o cotejo do ideal de carreira com os elementos de preponderância do componente econômico de ambição e de êxito, desvendados na vivência propiciada pelo trabalho parcial. Surgem, nesse processo, os requisitos para que o jovem se engaje nas reivindicações que visam à mudança do padrão de carreira. De tal modo, é "da imperiosidade da alteração dos padrões de atuação profissional que nasce o élan transformador que definirá inicialmente, todo o curso da atuação estudantil" (34).

Através das reivindicações voltadas para a carreira, criam-se as condições para que o jovem visualize os limites sociais colocados à sua ação, compreendendo-os como limitações de classe. Abre-se aí o caminho para a percepção de que o seu futuro, tal como o de sua classe de origem, é incerto e instável. Dessa forma, como já o mostrara Marialice Foracchi:

"o estudante chega, em gradações diversas, a compreender os mecanismos que o alienam, partindo da sua própria experiência de estudante, vivenciando-a nos diferentes planos sociais de sua existência. Ao longo do processo de constituição do estudante como categoria social, se

(34) Ver FORACCHI, O estudante e a transformação..., p.200.

engendra um estilo de praxis política que desventa, ao mesmo tempo, a peculiaridade da sua própria condição e aspectos da situação global que a constituem" (35).

Dessa maneira, o radicalismo estudantil tem suas raízes referidas à situação de classe do jovem universitário, não sendo necessário buscá-las em fatores externos como o "contato com o conhecimento" ou a "equiparação à condição proletária". Na origem do radicalismo do estudante estariam os ressentimentos e as aspirações frustradas da classe média ascendente. Ao tentar ultrapassar os limites que se antepõem à ascensão de sua classe, ele passa a ser o agente radical do processo de sua superação e o seu desvinculamento se define como a busca por atingir o engajamento pequeno-burguês. Vale dizer, para usar a expressão de Foracchi, a busca "por ultrapassar tudo quanto signifique compromisso com situações e grupos conservantistas e tradicionais". Não se trata aqui, portanto, de um engajamento revolucionário no sentido clássico. Na realidade, estamos diante de um "potencial 'revolucionário', ou seja a polarização transformadora da ação de uma camada originalmente ligada às forças tradicionais". Em outros termos,

"um radicalismo pequeno-burguês, a seu modo autêntico, que faz as vezes de força revolucionária" (36).

O movimento estudantil não está isento das con tradições, ambigüidades e vacilações que caracterizam o

(35) Idem, *ibidem*, p. 241

(36) Idem, *ibidem*, p. 241.

comportamento político de sua classe de origem. Se a isso acrescentamos uma característica específica do meio estudantil, que é a abertura aos interesses e influências de outros grupos sociais e uma particular flexibilidade, traço este originário de sua condição transitória e das já mencionadas particularidades do espaço e do tempo estudantis, abre-se a possibilidade de entender porque uma das alternativas no movimento é a aproximação com as classes populares. Assinale-se que, no discurso conservador, a abertura do meio universitário a uma ampla gama de influências é sempre vista como o "desvirtuamento dos ideais desses movimentos", pois apenas seriam "legítimos", os "movimentos de juventude estudiosa visando a pleitear determinadas reivindicações, com o objetivo de seu maior e melhor desenvolvimento cultural e mesmo a sua participação mais ativa na vida do país", como dizia, em 1968, em nota oficial, o Ministro da Justiça do governo Costa e Silva⁽³⁷⁾.

Por outro lado, desde que o movimento universitário passou a posicionar-se a favor de uma aliança com as classes trabalhadoras, basicamente a partir dos anos 60, esse fator tende a obscurecer, nas análises dos estudiosos simpáticos às reivindicações dos estudantes, o fato de que tal aliança não implica na identificação social ou na fusão com os objetivos populares. Em outras palavras, a aliança com a classe trabalhadora faz-se no qua-

(37) Ver O Estado de S. Paulo, 6-7-68.

dro da manutenção do caráter de classe do movimento estu
dantil. A identificação, como salientou Foracchi, "não se
 processa no nível da condição de existência", mas "no ní-
 vel da luta pela superação das limitações que entravam a
 concretização do projeto de classe". Nessa direção esta
 autora recorreu ao conceito de dialetização da ascensão
 para analisar o conteúdo do radicalismo estudantil, da ma
neira como este se expressou nos documentos das entidades
 estudantis no início da década de sessenta. Assim, no iní-
 cio da década, a postulação de integração do movimento ao
 processo da "Revolução Brasileira" expressaria o objetivo
 pequeno-burguês de liderar o processo revolucionário."Por
 outras palavras, procura-se 'dialetizar a ascensão' ajus-
 tã-la aos quadros de uma concepção revolucionária valori-
 zada por sua atualidade" (38). Em última instância, defen-
 de Foracchi:

"É a 'revolução' nos termos e nos limites de
 uma classe,, que se dirige ao povo, que procu-
 ra envolver toda a Nação mas que se encontra,
 de fato, limitada pelas suas próprias preocupa-
 ções" (39).

É necessário, portanto, considerar esses limi
tes característicos do movimento estudantil. A prâxis pe-
 queno-burguesa, estruturalmente confinada, ideologicamen-
 te ambígua e socialmente delimitada, é incapaz de alcan-
 çar um conteúdo unitário de classe, daí resultando o seu
 fracionamento nas diferentes categorias sociais que a de-

(38) Ver FORACCHI, O estudante e a transformação..., p.266.

(39) Idem, ibidem, p. 267.

envolvem. A expressão mais característica dessa tendência seria o exacerbado conteúdo reivindicativo desenvolvido pelos movimentos oriundos das camadas médias, entre os quais se destaca o movimento universitário.

Outros autores apontaram para a importância de se considerar a heterogeneidade política e ideológica no estudo da classe média. Nesse sentido, tais análises podem também trazer contribuições relevantes ao tema dos limites ideológicos do movimento estudantil. Assim, como salientou um analista, é impossível definir a classe média apenas ao nível econômico, a partir da condição de trabalhadores improdutivos, que se caracterizam pela não participação direta no processo de produção e pela não oposição direta com os proprietários dos meios de produção. Nesse sentido, o fenômeno da "classe média" seria uma criação da classe dominante e do Estado capitalista, um efeito da "estratificação social", que se fundamentaria na distinção ideológica entre "trabalho manual" e "trabalho não-manual". "Nessa perspectiva, a classe média se define como o conjunto dos efeitos políticos produzidos sobre certos setores do trabalho assalariado pela ideologia dominante"⁽⁴⁰⁾. As conclusões que advêm dessa análise são de grande valia para a compreensão do tema que nos ocupa. Assim definidos, os grupos médios sempre poderão estabelecer alianças políticas com a classe operária, mas está

(40) Ver SAES, "Classe moyenne...", p. 25 e segs. A síntese de suas posições está também em "Classe Média e políticas de classe (uma nota teórica) em Contraponto, Niterói, nº2, dez.77. A citação é deste texto, p.99.

descartada a hipótese de uma "fusão" ou "integração" com a classe operária, pressuposto de diversas abordagens do movimento estudantil. "Ao contrário da política operária, as orientações políticas dos grupos médios sempre são definidas no interior dos limites fixados por um elemento comum a todas as formas de 'consciência média': a recusa ao nivelamento social" entre o trabalho manual e o trabalho não manual⁽⁴¹⁾. Ou, em outros termos, o seu possível alinhamento com a classe trabalhadora, "não significa a sua fusão na classe operária, já que os objetivos políticos reais desses grupos se acomodam a limites ideológicos (...) que não são os da luta política da classe operária"⁽⁴²⁾.

MOVIMENTO ESTUDANTIL E ANÁLISE DE CONJUNTURA

Procurei acima definir os pressupostos teóricos gerais que devem nortear os estudos sobre a participação política dos jovens universitários na sociedade brasileira. A sua definição não dá conta, porém, da diversidade de alternativas que se apresentam ao movimento estudantil em conjunturas históricas concretas. Antes de tudo, é preciso ressaltar que, no interior do próprio movimento, definem-se dois níveis de análise sem dúvida inter-relacionados, mas que mantêm entre si um significativo grau de autonomia. Faz-se necessário considerar, além das práticas de massa, a especificidade das práticas e das orien

(41) Ver SAES, "Classe moyenne...", p. 33.

(42) Ver SAES, "Classe média e políticas de classe...", p.101.

tações ideológicas que se configuram no nível da direção do movimento, ou, para usar a terminologia cunhada pelos próprios líderes estudantis, no plano da "vanguarda". Assim, as práticas e as orientações do conjunto da categoria - da "massa" estudantil, para conservar os termos do movimento - nem sempre se expressam diretamente e sem intermediações nas postulações da direção política. Este e outros fatores impedem que se tome apenas o nível da "vanguarda" como a expressão do próprio movimento. É necessário investigar, em cada caso, quais as reivindicações passíveis de suscitar apoio de massa, como se expressa esse apoio, quais as propostas e as táticas originárias da "vanguarda" que encontram respaldo na "massa". Em síntese, defendo aqui a necessidade de integrar à análise uma problemática que nos estudos sobre o movimento operário se expressa na relação entre partido e classe. Especificamente, gostaria de salientar um dos limites mais evidentes da análise proposta por Foracchi: em seus termos, não se abre espaço para considerar a possibilidade de que a vanguarda estudantil avance no sentido da superação de seus limites de classe.

Já afirmei anteriormente a impossibilidade de conferir ao movimento estudantil um caráter invariável e imutável. Diante das asserções acima, coloca-se com ainda mais força a necessidade da análise histórica concreta para a compreensão dos objetivos e práticas da participação universitária. Nesse quadro, as considerações mencionadas sobre a questão da classe média colaboraram mais uma vez para definir alguns pressupostos indispensáveis ao estudo

do movimento estudantil. A heterogeneidade política dos setores médios impede que se lhes atribua um comportamento unitário. Mais exatamente, "a posição política dos grupos médios depende da conjuntura, da maneira pela qual se articulam e se opõem a prática política burguesa e a prática política operária, de seus problemas e tensões"⁽⁴³⁾. Na perspectiva aqui defendida, essas observações podem ser aplicadas integralmente à análise do movimento dos estudantes universitários. Assim, no quadro teórico acima definido, que configura a situação de classe como o fator fundamental na definição do caráter social da participação estudantil, o movimento universitário define-se como uma noção sobretudo prática. Proponho que a sua análise só pode ser realizada através da observação de sua intervenção em conjunturas historicamente determinadas. Só assim será possível dar conta de suas múltiplas determinações.

(43) Ver SAES, "Classe moyenne...", p. 38.

CAPÍTULO I

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA FASE FINAL DO POPULISMO

Em todos os seus aspectos mais relevantes, o movimento estudantil do pós-64 - e, particularmente, as lutas universitárias de 1968 - encontra suas raízes na participação dos estudantes nas lutas sociais da fase final do populismo. Nesse sentido, torna-se impossível entender a política do Estado Militar em relação à Universidade e aos estudantes sem se referir à atuação da UNE, ao lado das forças antiimperialistas e populares, no pré-64. Da mesma maneira, as lutas da categoria estudantil nos anos seguintes à ascensão dos militares ao poder só adquirem sentido de continuidade histórica quando situadas no processo mais amplo da luta pela Reforma Universitária, cujo apogeu ocorre com a greve nacional pela participação dos estudantes nos órgãos da gestão universitária, em maio-agosto de 1962. Finalmente, seriam as modificações no plano da direção nacional do movimento, com a ascensão da esquerda cristã à condição de corrente hegemônica na UNE, que estariam na origem da política dessa entidade depois do golpe. Ao lado disso, não se pode compreender o debate ideológico iniciado no nível da "vanguarda" estudantil a partir do congresso da UNE de 1967 - com a crítica ao nacional-reformismo e às posições da esquerda antes de 1964 -, sem o entendimento das orientações políticas que guiaram a intervenção da UNE nas lutas sociais da última fase do populismo. Por esses e outros fatores, a análise da participação política dos universitários na fase da ditadura militar, exige a retomada dos processos que afetaram mais diretamente a Universidade e o movimento estudantil na década de cinquenta e no início dos anos sessenta.

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO PERÍODO POPULISTA

O contexto social da radicalização do movimento estudantil no começo da década de sessenta está configurado na "abertura" da Universidade aos setores sociais médios, que se expressa na significativa expansão das vagas, a partir do início do segundo governo Vargas. Como veremos, os sucessivos governos populistas levariam adiante uma política educacional "integradora", através de uma série de medidas que possibilitaram à classe média o ingresso maciço nas escolas superiores, política esta que fez crescer tal nível de ensino numa proporção bastante mais elevada que a dos graus primários e secundário.

A análise da política educacional do populismo e suas relações com os interesses de classe dos setores sociais médios deve-se basicamente aos estudos de Luiz A. Cunha.⁽¹⁾ Com base em seus trabalhos, procurarei examinar de que modo a intensificação do processo de industrialização e monopolização da economia brasileira, principalmente a partir de 1956, teria consequências importantes para a Universidade. Assim sobretudo depois desta data, quando o padrão de acumulação monopolista e associado lança no Brasil raízes profundas, a expansão das burocracias das empresas privadas e estatais veio acrescentar-se à já tradicional inchiação do serviço público característica do populismo, no sentido de modificar as condições de ascensão social para

(1) Refiro-me principalmente ao livro A universidade crítica, citado acima (Ver o capítulo "Expansão e Integração", pp. 73-107).

setores importantes da classe média brasileira⁽²⁾. Esse processo já foi definido como o início da perda relativa de importância da classe média tradicional diante do surgimento de um novo setor médio: a "nova classe média". Ou, em outras palavras, a redução da importância dos profissionais liberais frente ao surgimento de uma camada cuja situação de trabalho se define pelo "exercício da autoridade técnica no seio da empresa 'moderna'"⁽³⁾. Aqui, no entanto, cumpre destacar que os processos gerais acima descritos atuariam no sentido de limitar ainda mais as oportunidades antes existentes de ascensão social através da poupança e do pequeno investimento. Configura-se desse modo uma tendência ao deslocamento dos canais de ascensão da classe média: setores cada vez mais significativos dela passam a "definir o topo das burocracias públicas e privadas como o limite da ascensão", como salientou Luiz Cunha⁽⁴⁾. Essas mudanças teriam repercussões fundamentais sobre o aparelho escolar: como o ascenso nas hierarquias ocupacionais dependia diretamente do grau de escolaridade, intensifica-se gradualmente a demanda da classe média por ensino - principalmente o ensino superior que, por ser mais raro, passa a ser mais valioso na disputa pelos cargos.

Outros fatores atuariam no mesmo sentido, como o

(2) CUNHA, op. cit., pp.43 e segs.

(3) Ver SAES, Décio. "Classe média e política no Brasil, 1930-1964" em FAUSTO, Boris (org.). O Brasil republicano, vol. 3 pp.447-506. Do mesmo autor, ver a caracterização de situação de trabalho da "nova classe média" em "Classe moyenne et...", citado, p. 235.

(4) CUNHA, op. cit., p.43.

crescimento da urbanização e as mudanças no padrão de comportamento das mulheres, também motivado pelas transformações sócio-econômicas, com seu ingresso acrescido nas universidades. Entretanto, mais do que isso, a expansão do ensino superior deveu-se sobretudo ao atendimento da demanda de ensino pelo Estado populista, através de uma política educacional que removeu pouco a pouco as barreiras técnicas existentes para o acesso ao ensino superior, ao mesmo tempo em que aumentava a participação do ensino público e gratuito, através da criação de vagas nas universidades estaduais.

Com efeito, desde 1945, e principalmente com o segundo governo Vargas, a política educacional do Estado populista procurou abolir a estrutura dual do ensino secundário, criada sob a inspiração do corporativismo estadonovista, a qual impedia a passagem dos estudantes das escolas técnicas, ou de "formação profissional", para a escola superior. Assim, as sucessivas "leis de equivalências", decretadas em 1950, 1953 e 1957, suspenderiam progressivamente as barreiras entre os dois ramos educacionais, contribuindo para alargar a avenida que conduzia à Universidade. Com isso, os mecanismos discriminatórios foram deslocados para outro local: o acesso às escolas superiores passou a ter nos exames vestibulares o seu principal obstáculo. Ao lado dessas medidas, a política educacional do Estado na década de cinquenta consolidou a tendência ao barateamento das taxas escolares nas escolas superiores públicas, até chegar à gratuidade praticamente total. Ao mesmo tempo, em dezembro de 1950, uma lei permitiria a "federalização" de estabelecimen

tos de ensino superior mantidos pelos estados, municípios ou por particulares. Cresceram, a partir daí, as universidades públicas. Com esse conjunto de medidas, o Estado atuou no sentido de atender às demandas da classe média, subvencionando o seu projeto de ascensão através da via educacional. É desnecessário ressaltar que tal política educacional contrasta, em todos os seus aspectos, com a que seria adotada depois pelos governos militares⁽⁵⁾.

Desse modo, "a conjugação dos processos geradores da demanda e da oferta do ensino superior resultou num intenso crescimento das matrículas. De 27.253 estudantes em 1945, passou-se a 142.386, em 1964, ou seja, um crescimento anual linear de 12,5%"⁽⁶⁾. Tal expansão adquire sua real importância se é cotejada com o crescimento quase inexpressivo do período precedente: entre 1932 e 1945, as matrículas do ensino superior aumentaram apenas 31,4% em 13 anos, isto é, 2,4% ao ano em média. "Foi a ampliação das matrículas nas escolas públicas existentes e a criação de novas que respondeu pela maior parte da expansão", explica Luiz Cunha⁽⁷⁾. Com esse crescimento, o ensino superior apresentava-se no final do período populista altamente concentrado (65% das matrículas pertenciam a escolas agrupadas em Universidades), em grande parte público (61,3% das matrículas, em 1964) e, como, de resto, já tínhamos visto com uma composição majoritariamente de classe média.⁽⁸⁾

(5) Idem, *ibidem*, p. 75 e segs.

(6) Idem, *ibidem*, p. 93.

(7) Idem, *ibidem*, p. 93.

(8) Idem, *ibidem*, p.94 e segs.

CLASSE MÉDIA E POPULISMO.

Análises recentes mostraram como a classe média brasileira não pode ser considerada como um bloco unitário que se comporta politicamente de maneira coesa e uniforme, frente aos conflitos sociais mais importantes⁽⁹⁾. Assim, pôde-se superar as generalizações até então vigentes que atribuíam a esses setores um papel geralmente progressista, favorável à industrialização e ao desenvolvimento econômico. No período 1930-1964, diante das duas modalidades mais importantes de conflitos políticos que se travavam no seio da sociedade - o conflito entre os interesses da fração comercial da burguesia e a política industrializante do Estado e a contradição entre a "política de ordem" do populismo (integração e manipulação das classes populares urbanas) e as possibilidades reais de ascensão da classe trabalhadoras - , a classe média se dividirá entre orientações divergentes, quando não opostas. Nesse quadro, a alta classe média (profissionais liberais, altos funcionários públicos, gerentes) "revelou-se a base de apoio para as tentativas de reconquista da hegemonia política, empreendidas pela burguesia comercial"⁽¹⁰⁾. A alta classe média apresenta-se então como crítica da política de desenvolvimento populista (industrialização, com o recurso à intervenção do Estado) e da política da integração popular ("democracia de massas"). Desenvolveria como orientação característica um liberalismo elitista, ou "antipopular", defensor da não-intervenção do

(9) SAES, "Classe média e política no Brasil...", cit...

(10)idem, ibidem, p. 463.

Estado na economia e da não ampliação do "direito à política" aos setores populares urbanos. Em síntese, independentemente da forma concreta assumida em cada conjuntura por esse discurso liberal, a alta classe média sempre intervém, nas crises políticas da fase considerada, a partir de uma perspectiva conservadora e antidemocrática. Na expressão de Décio Saes, "a sua luta, é luta por impedir a transformação do direito à política em prerrogativa comum e universal, e por conservar a política como um símbolo de prestígio social"⁽¹¹⁾. A baixa classe média, ao contrário, constituir-se-ia na base social do populismo, desenvolvendo uma orientação estatista que apoiava a industrialização e via no Estado o "agente do progresso".

Interessa-me aqui, no entanto, sobretudo o exame das orientações da classe média liberal, pois elas se farão presentes com mais clareza no movimento estudantil da década de cinquenta e voltarão a aparecer como tendência minoritária nos anos 60. Nesse sentido, procuraremos abordar um aspecto mais específico das orientações liberais; através da análise do debate que se travou nos anos 50 sobre a escola pública. Aí, as concepções liberais-elitistas apareceriam expressas no Anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases, elaborado em 1948 pelo ministro da Educação, o udenista Clemente Mariani. Nesse texto de lei, em torno do qual dividiram-se as posições, aparecem idéias aparentemente contraditórias com o liberalismo antipopular, na forma como o entendemos acima: com efeito, defende-se nele a

(11) idem, ibidem, p. 465.

"abertura das oportunidades educacionais" e, conforme o sintetizou Luís Cunha, "o anteprojeto dizia ser a educação direito de todos, assegurado pela escola pública, obrigatória e gratuita"⁽¹²⁾. Ao lado disso, defendia princípios liberais como a descentralização da burocracia educacional, a passagem da maior parte das responsabilidades para os governos estaduais e a autonomia universitária. Ambos fatores atuariam no sentido de diminuir a liberdade do governo federal na área educacional.

No entanto, seria a defesa da escola pública que permitiria ao anteprojeto de Mariani aglutinar amplas e diferentes forças sociais em seu apoio, contra a oposição que passaram a lhe mover a Igreja e os proprietários de escolas particulares, sob o argumento da "liberdade de ensino". Foi essa a motivação que possibilitou, em 1959, o apoio de intelectuais de várias tendências ao texto em questão, através do "Manifesto dos Educadores", onde se defendia basicamente o ensino gratuito. Diante disso, como entender o apoio dos setores liberais elitistas a essa campanha (o jornal "O Estado de S. Paulo" foi um de seus principais porta-vozes)? O próprio autor mencionado se encarrega de fornecer-nos a resposta: "É interessante mencionar, diz ele, que o liberalismo é uma doutrina propiciadora de múltiplos arranjos". Assim, os setores liberais elitistas que patrocinaram o projeto de Mariani viam "no ensino, predominantemente estatal (por não haver alternativa), meio de criar condi

(12) CUNHA, op.cit. cap.III: "Diretrizes e Bases", p. 110.

ções para a expansão do capitalismo, modernizando suas instituições e produzindo sua legitimidade". Nesse prisma, o exame mais detido do texto de 1948 permite desvendar o seu caráter elitista. Nele, o ensino superior passava a ser proposto como o fator principal de elitização⁽¹³⁾.

Na ótica liberal elitista, o acesso ao ensino superior estaria na dependência de rigorosos exames para o ingresso nas faculdades, precedidos da frequência e aprovação nos colégios universitários, aos quais só um grupo restrito teria acesso. Sob o argumento da "qualidade de ensino", pretendia-se destinar o ensino de terceiro grau aos que tivessem "nível intelectual e aptidões adequadas".⁽¹⁴⁾ Ao lado disso, o anteprojeto udenista propunha a proibição de qualquer tipo de participação estudantil e considerava "vedadas, nas escolas de qualquer grau, as manifestações de caráter político-partidário ou de cunho antidemocrático". Essas mesmas disposições apareceriam, anos depois, na legislação autoritária do pós-64.

A UNE DOS ANOS 50

Talvez mais do que qualquer outro período, a fase dos anos cinquenta tem sido raramente estudada pelos pesquisadores do movimento estudantil brasileiro. Assim, os apontamentos seguintes têm um caráter sobretudo exploratório, destinando-se basicamente a salientar a profundidade das mudanças sofridas pelo movimento estudantil no curto es

(13) Idem, ibidem, p. 124.

(14) Idem, ibidem, p. 115.

paço de tempo que vai de meados dos anos 50 ao início dos anos 60. Com efeito, na fase em questão, a história da UNE apresenta um tema incômodo à maioria dos analistas, principalmente se pensamos nas generalizações já mencionadas sobre o caráter "revolucionário" da atuação universitária. Trata-se da hegemonia liberal-elitista na UNE, iniciada na gestão de 1950-51 e encerrada apenas em 1956 (embora as eleições de 1955 tenham sido nitidamente manipuladas pela "situação" liberal). Até aqui não se dispõem de explicações convincentes para o ascenso do liberalismo antipopular na UNE, além das afirmações de que se trata de uma orientação "espúria" no meio estudantil denominada pelo movimento como a "fase de ascensão direitista", o "período negro" ou "policial" da UNE, ou simplesmente "o tempo de Paulo Egydio" (em referência ao líder da corrente liberal nessa época) (15)

No entanto, a tendência liberal antipopular sempre esteve presente nas manifestações estudantis do período anterior a 1950. Participou da fundação da UNE, exerceu na entidade posição aparentemente hegemônica nos anos de luta contra o Estado Novo e permaneceu ativa durante a fase de predomínio do socialismo democrático (1947-1950). Antes da fundação da UNE, os estudantes de São Paulo aderiram ativamente a mobilizações de conteúdo liberal, como a Revolução de 1932 e os ataques a organizações tenentistas depois de 1930, como mostrou um estudioso do tema (16). No

(15) Ver POERNER, op.cit. ("A ascensão direitista na UNE", pp.181-84).

(16) SAES, "Classe média e política no Brasil...", p.467.

mesmo sentido, o trabalho de Foster Dulles sobre a militância anti-varguista dos acadêmicos de Direito, embora portador de uma visão idealista, relata com precisão o radicalismo das elites liberais que detiveram a hegemonia nas mobilizações daquela escola no início dos anos 40.

Voltando à UNE, pode-se afirmar com pouca margem de erro que o seu comprometimento com a orientação liberal antipopular fundamentou as posições da entidade entre 1950-56, com um breve intervalo de um ano⁽¹⁷⁾. Desse modo, apenas a recusa de seu presidente, que se desligou das correntes que o apoiaram como candidato, impediria a UNE de participar na conspiração pela derrubada de Vargas, em 1954⁽¹⁸⁾. Nesse quadro, mesmo a participação da direção nacional estudantil na campanha da criação da Petrobrás durante a gestão "direitista" não nega a orientação que venho apontar

(17) Assim, para Maria Victoria Benevides: "Durante o governo Kubitschek o PTB conseguiu também o apoio dos estudantes, que até então eram muito "udenizados", pois eram os herdeiros ideológicos da campanha contra o Estado Novo, anti-Getúlio, etc... A UNE passa a ser franqueada a Brizola, p.ex., e não mais apenas aos líderes udenistas". Ver BENEVIDES, O Governo Kubitschek - Desenvolvimento econômico e estabilidade política, Rio, Paz e Terra, 2ª edição, 1976, p.116.

(18) Nesse sentido, Poerner afirma que "em 1953-54, a UNE estava inteiramente dominada pela UDN, que pretendeu, no vamente, utilizar os estudantes para derrubar o Governo nacionalista de Vargas. As démarches efetuadas nesse sentido culminaram, num encontro realizado na residência do futuro Deputado Hebert Levy, com a indicação do estudante Cunha Neto, para disputar a presidência da UNE". Posteriormente, entretanto, o estudante citado recusou-se a apoiar o movimento contra Vargas, aproximando-se da "oposição" à UNE "direitista". Ver POERNER op.cit. p. 182. Poerner não apresenta, contudo, nenhuma hipótese explicativa para a hegemonia da "direita" na UNE.

do. Segundo Dêcio Saes, a UDN, partido que melhor expressava as posições da burguesia comercial e da alta classe média, passou em 1952-53 por um peculiar processo de aproximação com as perspectivas nacionalistas, chegando inclusive a apresentar uma proposta bastante "ousada" de criação do monopólio estatal do petróleo. Essas posições deveram-se principalmente a "razões políticas de curto prazo". Em minha hipótese, é possível que tal reorientação tenha influenciado os estudantes udenistas que então lideravam a UNE (19).

Ao destacar esses fatos, não pretendo evidentemente negar a existência de outras posições no meio estudantil naqueles anos. No entanto, estas se organizavam em quanto "oposição", numa fase em que "a UNE era, praticamente, os seus congressos", para usar a expressão de José Gregori, ex-líder da "oposição" na fase liberal-elitista da entidade (20). Minha preocupação central é somente salientar que, antes de 1956, não se expressa ainda no nível da UNE um movimento de insatisfação das bases estudantis que pudesse levá-las a apoiar correntes nacionalistas e de esquerda. Desde 1955, no entanto, uma frente única de seto-

(19) Ver SAES, op.cit., p.495. Para Poerner, "os diretores da entidade se viam compelidos, mesmo contra a sua vontade, a participar da campanha do "Petróleo é nosso", não só pela linha nacionalista do novo governo Vargas (...) como pelos estatutos da UNE, que obrigavam suas direções a lutar pelo nacionalismo e contra o entreguismo" (p.182). Esta última razão não me parece resistir a uma análise mais detida das posições da UNE daquela fase.

(20) Ver o seu depoimento: "A UNE nos tempos da Democracia", Cadernos de Opinião nº 12, julho de 1979, pp.9-11).

res nacionalistas, comunistas, socialistas, cristãos e trabalhistas retoma a União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro (UME), uma das entidades regionais mais importantes no movimento universitário brasileiro. A partir dessa conquista, esse bloco de forças alcança, um ano depois, a direção da UNE, derrotando os liberais que doravante se apresentarão como "oposição".⁽²¹⁾ A meu ver, começam a se notar aí os primeiros sinais de uma progressiva radicalização do meio estudantil, no quadro da expansão do ensino superior acima mencionado, com o ingresso maciço de estudantes provenientes da classe média. Nesse contexto, as bandeiras udenistas, "recheadas de um liberalismo abstrato e um anticomunismo sem sentido para as (...) dificuldades concretas"⁽²²⁾ dos estudantes, perderiam terreno para as correntes nacionalistas e de esquerda, que passam a dar respostas às insatisfações sentidas pelo meio universitário: má qualidade de ensino, altas taxas nas escolas particulares, necessidade de vagas, autoritarismo e obsoletismo pedagógico, etc.

Assim, no nível da UNE, efetua-se a "recuperação democrática" com o ascenso de um bloco nacionalista apoiado pelo PCB, pelos estudantes católicos independentes e outras tendências. Desde essa data, as direções daquela orga

(21) Ver CUNHA, op.cit.p. 216: "A partir de 1956, a direção da UNE passou para uma coalizão de jucistas, socialistas independentes e comunistas", sob a hegemonia deste últimos.

(22) Idem, ibidem, p. 215.

nização estudantil voltariam suas lutas para temas nacionalistas e populares, em nítido contraste com as orientações anteriores⁽²³⁾. Embora essa fase também exija ainda um estudo mais detido, pode-se propor que as posições da UNE sofreriam então a influência de dois processos diferentes e correlacionados. De um lado, a UNE passa a sofrer a forte influência do crescimento do movimento nacionalista, aproximando-se das orientações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), expressas no nacional-desenvolvimentismo⁽²⁴⁾. De outro, a "vanguarda" estudantil vinculada ao PCB passa a registrar as mudanças ocorridas na linha política desse partido, com a publicação da "Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil", em março de 1958. A partir daí, o PCB passa a defender a "Frente Única" nacionalista e democrática apontando como principais inimigos a serem enfrentados o imperialismo norte-americano e o latifúndio. Ao lado disso, enfatiza o caráter "progressista" do desenvolvimento do capitalismo nacional no país e afir-

(23) Para essa fase ver "A fase de recuperação democrática da UNE", no trabalho de POERNER, pp.184-87.

(24) Para a conceituação do nacional-desenvolvimentismo ver TOLEDO, Caio Navarro. ISEB: Fábrica de ideologias, São Paulo, Ática, 1977. A UNE participou ativamente das atividades do ISEB no governo JK. Segundo o autor citado, depois da publicação da obra de Hélio Jaguaribe, O nacionalismo na realidade brasileira, "uma assembléia extraordinária foi convocada para o exame de seu livro, onde o próprio autor compareceu. O caráter entreguista de suas teses foi ali viva e arduamente ressaltado. Logo depois, uma reunião do Conselho Curador do ISEB era convocada para debater o assunto". Jaguaribe sairia depois do instituto. Nesse mesmo sentido, ver o documento "Esboço de Programa para o Movimento Nacionalista", publicado em MEMOREX, elementos para uma história da UNE, como sendo de responsabilidade da UNE.

ma as condições favoráveis à democratização, passando a propugnar a via "pacífica" para a Revolução, através de reformas parciais que poderiam se efetivar nos quadros do regime vigente⁽²⁵⁾. O conjunto desses processos contribuiu para comprometer a UNE de 1956-60 com uma orientação nacionalista e popular expressa nas várias campanhas da entidade durante o governo Kubitschek. É necessário ressaltar, entretanto, que essas atividades ainda guardariam uma característica basicamente de "cúpula" e se concentrariam em manifestações realizadas na capital federal. No interior delas, no entanto, emerge gradualmente a tendência às mobilizações de sentido mais popular e de "massa". Assim, logo após a posse de Kubitschek, os estudantes cariocas participariam ativamente dos protestos da população do Rio de Janeiro contra o aumento das passagens de bonde, chegando a formar uma aparentemente efêmera "União Operária-Estudantil contra a Carestia"⁽²⁶⁾.

Enquanto isso, outras motivações começavam a crescer no meio universitário. Nesse sentido, o início dos anos 60 presenciaria os primeiros movimentos estudantis de massa voltados agora para os problemas específicos da Universidade. Antes de chegar a essa fase, porém, procurarei expor outra ordem de fatos que esteve também na origem da

(25) Baseio-me aqui especialmente na análise do documento de 1958 que se encontra em MARTINS RODRIGUES, Leôncio. "O PCB: os dirigentes e a organização", in FAUSTO, op. cit. pp. 361-443 (Ver as pp. 427-28).

(26) Ver O Estado de S. Paulo. 1º a 9 de julho de 1956.

rápida radicalização estudantil do início da década de ses
enta.

A RADICALIZAÇÃO DO MEIO ESTUDANTIL CATÓLICO

O surgimento de um movimento estudantil de novo tipo, no quadro da crise final do populismo, foi precedido por um processo gradual de politização do meio universit
tário, ocorrido ao longo da década de cinquenta. Proponho-me aqui a descrever e analisar um dos aspectos centrais dessa tendência: a radicalização do meio universitário catól
lico ou, mais especificamente, a progressiva tomada de posiç
ção de setores da Juventude Universitária Católica (JUC) em defesa de mudanças na Universidade e na sociedade brasil
leiras. Em minha ótica, essas transformações vividas pelos estudantes católicos constituem um dos processos mais relev
vantes para o estudo do movimento estudantil no Brasil, não só no nível de suas mobilizações de massa, como no plano da vanguarda, pois a esquerda cristã - da qual sairia depois a Ação Popular (AP) - foi a corrente hegemônica no moviment
to universitário durante a década de sessenta.

Ao contrário do que ocorre com o tema geral do movimento estudantil, a questão mais restrita da particip
pação política dos estudantes católicos tem recentemente merecido um número significativo de análises, que vieram acrescentar-se a algumas já existentes. Destas, a obra semd
dúvida mais importante é a de Luiz Alberto Gómez de Souza que historia e analisa a trajetória da JUC nos anos. 50

e 60⁽²⁷⁾. Na primeira dessas décadas, pode-se dizer que o apoio dos estudantes da JUC configuraria o "fiel da balança" que permitiu a vitória da "direita" ou da "esquerda" nas eleições da UNE e das entidades regionais, embora os jucistas não votassem em bloco, dividindo seus votos entre as duas correntes. Esse traço aponta para a heterogeneidade do movimento universitário católico e as considerações que farei a seguir referem-se, em geral, aos setores mais avançados da JUC, que se colocaram na vanguarda de suas transformações políticas e ideológicas.

Para os que têm em mente a complexa trajetória da Ação Popular nos anos 60, pode ser surpreendente observar que em seus primórdios a JUC nasceu voltada sobretudo para as tarefas "espirituais" e de "evangelização". Nesse

(27) GÓMEZ DE SOUZA, Luiz A. A JUC: Os estudantes católicos e a política, Petrópolis, Vozes, 1984. Salvo menção em contrário, baseio-me nas informações deste autor para a análise da JUC, embora as minhas interpretações nem sempre coincidam com as dele. Além desse trabalho, recorri também a KADT, Emanuel. Catholic Radicals in Brazil, Londres, Oxford, 1970, onde se analisa com acuidade a questão das bases filosóficas do pensamento radical cristão; SOUZA LIMA, Luiz G. Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1979 (onde se encontram os principais documentos da esquerda cristã, na íntegra) e SOUZA, Hebert J., cujo depoimento está em UCHOA CAVALCANTI, Pedro C. e outros Memórias do Exílio, São Paulo, Livramento, 1978, pp.67-11. Recentemente foi editado um estudo de 1968 de BEOZZO, José O. Cristãos na Universidade e na política, Petrópolis, Vozes, 1984. Como se vê, os estudos sobre a esquerda cristã devem-se, hoje, em sua maior parte, a sociólogos ligados ao catolicismo progressista. O marxismo contribuiu apenas marginalmente para análise do tema. Nesse sentido, análise centrada principalmente na Ação Popular, v. LIMA, Haroldo e Arantes, Aldo. História da Ação Popular - da JUC ao PC do B, São Paulo, Alfa-Ômega, 1984.

sentido, no início da década de cinquenta este grupo se definia como "apolítico" e alguns de seus setores orientavam-se por um acentuado anticomunismo e relações, ainda não de todo definidas, com o integralismo. No contexto das mudanças por que passava o país naqueles anos, não demorou, porém, para que grupos dentro da JUC começassem a se colocar a questão do enfrentamento dos problemas externos à Universidade. Assim, em 1953-54, ainda sob a perspectiva da evangelização, jucistas de São Paulo e Belo Horizonte registram já forte influência das idéias do padre Lebret, que em seus contatos no Brasil insistiu para que realizassem pesquisas sociológicas a fim de fundamentar uma visão católica da "questão social". A primeira experiência social da JUC deu-se, dessa maneira, sob o lema de "Viver o meio" ou, como salientou Gómez de Souza:

"Uma palavra fica em moda na JUC, vivência. A idéia é bem aproximada do neologismo engajamento, que a filosofia existencial celebrizara, (28) que penetraria cada vez mais no movimento".

Nessa época, a JUC não atuava de forma organizada ou unitária na política estudantil, que era considerada como campo de opção individual de seus membros. Gradualmente, entretanto, os mesmos grupos da JUC que passavam a se preocupar com o "social" acumulavam experiências na militância universitária, aproximando-se das posições da "oposição" à UNE liberal-elitista, onde militavam com bastante influência os membros da União da Juventude Comunista, vin

(28) GÓMEZ DE SOUZA, op. cit. p.117.

culada ao PCB. Esses contatos e a vivência da política universitária atuaram no sentido da politização dos setores mais avançados da JUC, mais que as discussões internas e a dinâmica própria do movimento. Assim, já em 1952, em Minas Gerais, a JUC era acusada pelos estudantes "direitistas" por suas posições de esquerda, no que havia certamente algum exagero. Cinco anos depois, no 20º congresso da UNE, a JUC mais uma vez dividiu-se entre a "situação" nacionalista e a "oposição" liberal-elitista. Entretanto, no ano seguinte, o crescimento de seus quadros colaboraria para formar uma sensação de força e confiança que aguçou a necessidade da JUC apresentar-se na política universitária com posições próprias e unificadas. Nesse contexto, surgiria o primeiro tema capaz de cindir as opiniões no chamado "espaço católico": a discussão da Lei de Diretrizes e Bases coloca setores significativos da JUC a favor da escola pública e do ensino gratuito. Essa posição era expressamente condenada pela hierarquia católica, empenhada na defesa do ensino religioso particular, em nome da "liberdade do ensino". Assim, pode-se afirmar que, também na JUC, os problemas específicos sentidos pelo meio estudantil colaborariam para afastá-lo das posições politicamente conservadoras, num processo que só tenderia a aprofundar-se nos anos seguintes.

No final da década de cinquenta, a inquietação política no interior dos grupos mais politizados da JUC conduz à discussão da necessidade de um ideário social próprio que permitisse aos estudantes católicos fundamentar sua atuação na Universidade e na sociedade. Surge a preocupação com o que se denominava a "ausência de soluções cristãs pa

ra os problemas do mundo". Nesse prisma, as carências de uma atividade política marcada pelo espontaneísmo aproximam certos grupos da JUC das idéias sociais dos pensadores cristãos, processo que culminaria, em 1959, na discussão do ideal histórico cristão, na ânsia de encontrar uma diretriz para a intervenção social. Na visão que então se delineia, o "ideal cristão" era assim definido:

"Não é um ser de razão, mas uma essência ideal, realizável (...); não é uma obra feita, mas que se faz; uma essência capaz de existir e que tende a existência num clima histórico dado; que responde, por consequência, a um máximo relativo (...) de perfeição social e política; o que representa apenas (...) as linhas de formação e os esboços ulteriormente determináveis de uma realidade futura". (29)

Essas perspectivas profundamente idealistas passariam a orientar as atividades dos setores mais avançados da JUC, num sentido acentuadamente voluntarista, quase místico, onde os militantes da JUC viam-se como os portadores da consciência destinados a levá-la ao "povo". "A missão da JUC, dizia, em 1959, o P. Almey Bezerra, não é aquela de formar líderes, mas de formar santos". (30) No entanto, no interior da JUC, essas definições tinham um alvo mais específico: destinavam-se a superar o dualismo entre o temporal-espiritual" que impedia os jucistas de se comprometerem mais diretamente com as tarefas da ação política. Nesse quadro, a JUC avançaria rapidamente para a definição de análi

(29) Idem, ibidem, p. 155.

(30) A frase está no documento "Da necessidade de um ideal histórico", publicado em SOUZA LIMA, op. cit., p. 79.

ses sociais calcadas num agudo empirismo e na influência difusa das idéias nacional-desenvolvimentistas. Seus setores de esquerda configuram então um "ideal econômico"- opção pelo 'desenvolvimento', com a perspectiva da "superação do capitalismo; e um "ideal político" - necessidade dos partidos se comprometerem efetivamente com as "classes menos favorecidas", democratização interna dos partidos, política externa independente, etc. Nesse tópicos, a JUC de esquerda salientaria a necessidade da superação do "dilema nacionalismo x entreguismo", através da "evolução para soluções que permitam às forças de trabalho um caráter prioritário no estabelecimento de uma nova estrutura social"⁽³¹⁾. Recorria-se aí a algumas noções marxistas, utilizadas num quadro filosófico cristão, com o recurso às idéias de S. Tomás de Aquino, Mounier, Galvez e Perrin e outros.

O ideal histórico da JUC veio à luz com mais força no chamado "Congresso dos Dez Anos", quando o aumento da participação política dos universitários cristãos torna-se particularmente evidente. Segundo relataria depois um ex-presidente da UNE, ligado à JUC e depois à Ação Popular, "o congresso foi altamente representativo contando com aproximadamente quinhentos representantes de quase todos os estados do país".⁽³²⁾ Nessa altura, a importância da JUC refletia-se diretamente nas entidades estudantis, onde os estudantes da UJC procuram aliar-se com os militantes católicos para vencer as eleições frente à "direita", por uma estreiti-

(31) GÓMES de SOUZA, op.cit., p.162.

(32) LIMA e ARANTES, op.cit. p.28.

ta margem de votos. Chegamos, assim, à década de sessenta, quando a esquerda da JUC irá se apresentar como a corrente política mais forte do movimento estudantil, dominando folgadoamente a entidade, de 1961 até o golpe de 1964.

A ESQUERDA CRISTÃ NA UNE

O processo observado acima - a expansão e radicalização da militância católica no meio universitário - culminaria, no início dos anos 60, no ascenso da esquerda cristã à condição de corrente hegemônica nas principais entidades estudantis. Ao mesmo tempo, a sua tendência à radicalização continuaria a se aprofundar, até resultar no desligamento de um setor da JUC, com o fim de formar a Ação Popular, a cujos quadros pertenceram os últimos presidentes da UNE no período final do populismo.

No 23º congresso da UNE, realizado em 1960, apenas uma manobra de cúpula, operada a nível do "grupão" (que reunia as direções dos diversos grupos de esquerda que atuavam na UNE), impediria a esquerda da JUC de eleger o presidente da UNE. A partir do Congresso da JUC de 1960, as correntes que passaram a se denominar o seu "setor político" deixaram a ação desorganizada e passaram a atuar unitariamente nas eleições estudantis, ganhando influência em vários estados importantes. Em Belo Horizonte, a esquerda jucista concentrava suas forças na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal; em Salvador, esse grupo tinha seu núcleo mais influente na Escola Politécnica da Universidade da Bahia e no Rio de Janeiro a PUC constituía o seu polo principal de aglutinação. Nesses locais, o "se-

tor político" da JUC conquistou as UEEs de Minas e da Bahia e o DCE da PUC do Rio⁽³³⁾.

Foi nesta última escola que se reuniu um grupo de líderes jucistas de esquerda para a redação do "Manifesto do DCE da PUC", em março de 1961. Em termos do movimento estudantil, este documento pode ser considerado um marco divisório na consolidação das posições que vinham amadurecendo desde alguns anos no interior da JUC. Nesse sentido, os estudantes que o assinaram propõem uma orientação cristã crítica da "propriedade capitalista" e fundamentada na necessidade do "compromisso cristão" com o meio e a sociedade onde se vive. Define-se no manifesto de 1961 uma perspectiva humanista ("O universitário cristão só tem uma arma a empunhar - a bandeira do homem"), no interior da qual caberia ao movimento estudantil o papel de "educar as massas" para que estas alcançassem a sua "promoção" econômica e social. Entretanto, os setores mais radicais da JUC continuariam a avançar em suas definições políticas. Em julho de 1961, no Conselho Nacional daquela organização, surgem pela primeira vez os temas da participação dos católicos na "Revolução Brasileira", considerando-se a eventualidade da "luta armada". A JUC de esquerda registrava, assim, a crescente influência da vitória da Revolução Cubana sobre os setores nacionalistas e populares no Brasil⁽³⁴⁾.

(33) Idem, ibidem, pp.28 e 29.

(34) Baseio-me aqui na análise de Gómez de Souza para quem, o texto "trata de sistematizar algumas coordenadas filosóficas e teológicas a partir de uma visão bíblica da história, na perspectiva de uma "teologia do trabalho" e em função de "nosso mundo injusto ameaçado por desequilíbrios crescentes". (p.175) e na leitura do documento original que se encontra em SOUZA LIMA, op. cit. 98-107.

A esquerda da JUC chegou ao 24º congresso da União Nacional dos Estudantes como força amplamente hegemônica, capaz de apresentar dois nomes para as pré-candidaturas à presidência e de impor o nome de Aldo Arantes como candidato do "grupão" à chefia da UNE. No choque das forças políticas dentro do congresso, "a oposição é tão frágil que a disputa não se faz entre a situação de esquerda e a oposição de direita, mas no interior da própria situação"⁽³⁵⁾. Nesse sentido, o congresso da UNE de 1961 expressou o enfraquecimento geral das posições da chamada "direita" estudantil. Ao lado disso, registrou apenas timidamente o crescimento da JUC de esquerda no interior da "situação" nacionalista-popular. Ao que parece, a expansão da influência daquela corrente era já bem mais ampla do que o número de seus membros colocados na diretoria da UNE permitia supor.

A ascensão da JUC esquerdista na UNE apressou seu rompimento com setores hegemônicos da hierarquia católica. As críticas à aliança entre jucistas e comunistas vieram juntar-se à condenação por parte de alguns bispos à posição da JUC na questão da escola pública e da Lei de Diretrizes e Bases. No início de 1962, a Igreja proíbe os membros da JUC de se candidatarem a cargos nas entidades estudantis e expulsa de seus quadros o presidente da UNE, Aldo Arantes. Por sua vez, o "setor político" da JUC caminha rapidamente no sentido de constituir-se em organização política autônoma, utilizando-se inclusive das viagens da UNE-

(35) GÓMEZ de SOUZA, op. cit. p.183.

Volante para enraizar-se nacionalmente. Em julho de 1962 , no 25º Congresso da UNE, a hegemonia desse grupos é irrefutável: os três pré-candidatos à presidência da entidade pertencem à corrente jucista de esquerda e um deles, Vinícius C. Brant, é eleito para presidente da UNE, ao lado de mais quatro membros daquela tendência.

Como explicar tal predomínio da esquerda cristã no movimento universitário do início dos anos 60? Por que outras correntes de esquerda, como o PCB, atuante no meio estudantil há mais tempo que a JUC, não conseguiram deter a liderança do movimento? Alguns autores se dedicaram a analisar esse tema, chegando a conclusões diferentes. Em geral, todos concordam num ponto: a esquerda da JUC surge no movimento universitário como herdeira da estrutura organizativa e da intensa militância dos estudantes católicos nos anos 50, beneficiando-se assim de uma inegável familiaridade com o meio universitário e o fenômeno posteriormente comum da "dupla militância" (na JUC e na organização que resultaria, depois, na Ação Popular).

Essa explicação me parece, entretanto, insuficiente. Em minha perspectiva, pesou também a favor da esquerda cristã a crise então vivida pelo Partido Comunista do Brasil (depois de 1961: Partido Comunista Brasileiro), não tanto no sentido de sua ausência nos movimentos sociais, mas, fundamentalmente, no aspecto de suas posições políticas. A crise do PCB foi também salientada como um dos motivos de sua pouca influência no meio estudantil por autores como Haroldo Lima e Aldo Arantes, ambos ex-militantes

tes da esquerda cristã no período estudado. Ao contrário, para Artur Poerner, o predomínio cristão radical deve-se exclusivamente às vantagens desfrutadas pela JUC ao lado de fatores de difícil avaliação como "o surgimento do ecumenismo" e a "rebelião da juventude contra o clericalismo".

Na realidade, o PCB passava por aguda crise interna desde o XX Congresso do PC da União Soviética, quando foram denunciados os chamados "crimes de Stálin"⁽³⁶⁾. O cerceamento imposto pelo Comitê Central à continuidade das discussões sobre o stalinismo resultaria, um ano depois (1957), na saída de setores significativos da intelectualidade que até então apoiara o partido. É possível que esse processo tenha resultado em perda de influência no meio estudantil, mas as análises disponíveis não fornecem elementos para uma conclusão nesse sentido. Por outro lado, a resolução temporária da luta interna, permitiu que o grupo dirigente definisse, a partir de 1958, uma nova orientação política, expressa na Declaração acima mencionada. Posteriormente, em 1960, essa linha foi ratificada no 5º Congresso do PCB. Configura-se então a estratégia proposta pelos comunistas do PCB diante do aguçamento das lutas sociais do início da década: as contradições fundamentais da sociedade brasileira, segundo as resoluções de 1958 e 1960, seriam as que se estabelecem entre a Nação e o imperialismo e entre o desenvolvimento nacional e a presença do latifúndio. A revolução brasileira estaria em sua etapa nacional e democrática; o desenvolvimento do capitalismo nacional é defendido como

(36) Para esta parte, utilizei a análise de MARTINS RODRIGUES, cit. p. 427 e segs.

"progressita" e confia-se na consolidação das tendências à "democratização" da sociedade brasileira. Com esses pressupostos, o partido passa a propor a Frente Única Nacionalista e Democrática, composta pelo operariado e pelo campesinato, ao lado da pequena-burguesia e da fração "nacionalista" da burguesia. Afirmando a possibilidade do "caminho pacífico" da revolução, os comunistas traçam como objetivo principal a luta pelas "reformas econômicas e políticas, de caráter antiimperialista e popular", vistas como viáveis "nos quadros do atual regime".

No entanto, a definição de uma estratégia reformista e pacífica não impediria o PCB de registrar um significativo crescimento no meio sindical operário⁽³⁷⁾ e nem de atuar como um elemento fundamental da frente nacional-reformista do período final do populismo. Diante disso, por que não ocorreu uma expansão semelhante no meio universitário? Um dos líderes mais ativos da JUC de esquerda naquela fase, Hebert José de Souza, propõe como resposta uma explicação calcada sobretudo no fator cultural. Segundo ele,

"O PC esforçava-se sempre por se auto-afirmar como PC. Mas isso afastava a massa, que estava impregnada de pregação anticomunista. Nós dizíamos o que o PC queria dizer, mas sem usar nenhum slogan. Tínhamos uma maneira de falar que se adaptava ao nosso contexto cultural, e isso num periodo de ascenso da luta de massas"⁽³⁸⁾.

Embora esse motivo talvez tenha algum fundamento,

(37) Para o crescimento do partido na área sindical ver VI-NHAS, Moisés. O Partidão - a luta por um partido de massas, 1922-1974, São Paulo, Hucitec, 1982, p.188.

(38) Ver SOUZA, Hebert, op.cit. p. 75-6.

tanto ele como os fatores acima apontados tiveram influência secundária para a explicação do apoio dado à esquerda cristã a partir de 1960. A meu ver, pesariam fundamentalmente a favor dessa corrente dois outros processos. Em primeiro lugar, a esquerda cristã, por sua linha política em grande parte pragmática e pela falta de maiores compromissos com a estratégia nacional-democrática, apresentou-se ao meio estudantil como a mais radical das correntes políticas universitárias, não apenas no discurso como na prática, como o confirmam as várias e abrangentes atividades da UNE na gestão de Aldo Arantes. Entretanto, um último fator teria, em minha ótica, um peso decisivo. Assim, embora o PCB defendesse a posição do caráter "específico" das lutas estudantis, criticando a esquerda cristã por procurar comprometer o movimento com as lutas políticas mais gerais, foi a corrente originária da JUC que se apropriou com mais decisão e coerência da bandeira mais característica do movimento estudantil: a reforma da universidade. Nesse prisma, as mobilizações lideradas pela UNE em 1961 e 1962 dariam à JUC de esquerda (à época em processo de transição para a Ação Popular) um significativo respaldo no meio estudantil, no que pode ser considerado como a principal razão de sua hegemonia. Passemos, então, ao exame da movimentação pela reforma universitária, luta principal da UNE no imediato pré-64.

A UNE E A LUTA PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA (1961-62)

No quadro da gradual radicalização das lutas políticas, que se configurava no início da década de sessen-

ta, a esquerda cristã soube melhor do que qualquer outra corrente apoderar-se da consigna da Reforma Universitária para potencializar a sua influência no meio estudantil. Ao fazê-lo, deu continuidade e sentido a uma série de lutas esparsas e em grande parte espontâneas que, desde 1960, eclodiam em várias regiões do país, cuja motivação básica era a democratização e modernização da Universidade. Assim, num documento interno da JUC de julho de 1960, a percepção de que esta seria a reivindicação mais sentida pelo movimento estudantil aparece com significativa nitidez:

"A ideologia reformista - diz o texto da JUC - é movimento virgem no Brasil. Afora o Seminário Latino-Americano há pouco realizado na Bahia, não temos recordações recentes de qualquer outra iniciativa. O MOVIMENTO NÃO TEM DONO, portanto. Faltam-lhe ideólogos, pessoas que conheçam os princípios e a REALIDADE DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA; e façam dos dois uma síntese de soluções diretas. Se outros se tornarem donos da vaga, sem a nossa participação, será culpa nossa e da JUC o fato de ser ela novo instrumento de lutas contra a religião católica" (as maiúsculas estão no original). (39)

A JUC se propunha, assim, disputar com o PCB a hegemonia nessa luta, que alguns de seus setores percebiam ser passível de amplo respaldo de massas. Favorecida pelas condições particulares de atuação mencionadas atrás, a esquerda da JUC conseguiu fazer-se porta-voz da reivindicação do meio estudantil de classe média por uma universidade livre de seu caráter autoritário e obsoleto, adaptada às necessidades do mercado de trabalho e onde os estudantes tivessem voz e participação ativas. Abriu-se, assim, a possi

(39) GÓMEZ de SOUZA, op.cit.p.177.

bilidade de uma convergência entre as aspirações da massa estudantil e as consignas levantadas pela direção do movimento, que se expressaria com nitidez no respaldo conseguido pela UNE quando decretou, em maio de 1962, a greve nacional pela conquista da representação estudantil de 1/3 nos órgãos de direção da Universidade.

Com tal perspectiva, a categoria estudantil radicalizou suas lutas, encontrando em seus interesses específicos motivações que a afastariam das orientações do liberalismo elitista da alta classe média - manutenção da barreira do vestibular para o ingresso na Universidade, proibição da atuação política estudantil e não-representação dos estudantes na direção da Universidade. Ao mesmo tempo, com a luta pela "abertura" e modernização da universidade, o meio estudantil católico afastava-se das orientações da Igreja Católica na questão do ensino público, onde o interesse corporativo a levava a defender a educação paga e confessional, em nome da "liberdade do ensino". Finalmente, essas motivações específicas conduziram o movimento universitário a aproximar-se da luta mais geral pelas reformas de base no seio das quais se situaria a Reforma da Universidade. No período 1961-62, abriu-se a possibilidade de que tal aproximação encontrasse uma significativa base de massa. Em seguida, como veremos depois, a participação no movimento reformista e nacionalista iria se restringir gradualmente a setores mais localizados do meio universitário.

Nesse quadro, a gestão do jucista de esquerda

Aldo Arantes na União Nacional dos Estudantes, na fase 1961-1962, foi a expressão mais característica da confluência entre a radicalização da "massa" e da "vanguarda" estudantis. Precedida pelo I Seminário Nacional de Reforma Universitária (SNRU), a presidência de Arantes iniciou-se no bojo de uma série de movimentações estudantis isoladas, voltadas sobretudo para a questão da qualidade do ensino e da ausência de métodos democráticos na gestão da Universidade. Antes que pudesse dedicar-se a elas, entretanto, a UNE viu-se diante da crise criada pela renúncia de Jânio Quadros e a subsequente tentativa militar de impedir a posse do vice-presidente. Deslocando-se para o Rio Grande do Sul, a direção nacional do movimento universitário participaria, então, ativamente, da resistência organizada pela chamada "Cadeia da Legalidade", ocasião onde grupos de estudantes chegaram mesmo a se unir a outros setores populares para a coordenação de grupos armados. Tal atuação da UNE marcaria o seu ingresso efetivo na Frente Nacionalista e Popular, ao mesmo tempo em que lhe garantiria, no contexto de 1961, importante repercussão favorável entre os estudantes (40).

Em tal quadro de intensificação da mobilização popular em geral e das atividades estudantis em particular

(40) Para a gestão de Aldo Arantes na UNE ver, no livro de Poerner, o capítulo: "A fase de ascensão católica", pp. 188 e segs. Ver também os depoimentos do próprio Arantes em História da UNE, cit., p.14 e segs; em História da Ação Popular..., p.19 e segs e em Cadernos de Opinião, cit., ("A UNE no período 1961-62"), pp.10-14, além do "Relatório da Presidência" em Resoluções do Conselho da UNE, UNE, 1962.

a UNE dedicou-se em seguida à organização do II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em março de 1962. Nesse encontro, as posições estudantis sobre a questão seriam sintetizadas num texto que ficou conhecido como Carta do Paraná, juntando-se este ao documento do I SNRU, a Declaração da Bahia.

Define-se nesses manifestos a visão estudantil sobre o conteúdo da reforma universitária almejada pelo movimento⁽⁴¹⁾. Neles, a reivindicação central é a "abertura", democratização e modernização da universidade. Na linguagem da época, tratava-se de abolir a universidade "alienada", considerada "poderoso instrumento do capitalismo e fator de sobrevivência da classe dominante", a fim de construir a Universidade "autêntica". Definia-se esta última como "a serviço da Nação e, de modo específico, das massas populares". Examinaremos depois os pressupostos políticos que iluminavam as proposições reformistas dos estudantes. Neste momento, creio ser necessário salientar o conteúdo das modificações aí reivindicadas. A motivação central dos dois documentos era a da "modernização" do aparelho universitário, com o objetivo explícito de possibilitar que a universidade cumprisse o seu papel de "instrumento do desenvolvimento", através da remoção dos obstáculos que impediam a formação de profissionais de nível superior capaci-

(41) Baseio-me aqui, fundamentalmente, na análise de LUIZ CUNHA em A Universidade Crítica (Cap. "Reforma Universitária e Realidade Brasileira", p.207-251) e na leitura da "Declaração da Bahia" em 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária, UNE, 1961.

tados para alcançar tal objetivo. Desse modo, de acordo com a Declaração da Bahia, a escola superior deveria "formar os profissionais para as necessidades do meio e os núcleos esclarecedores, promovedores e dirigentes da Nação"⁽⁴²⁾.

Procurando situar a reforma da universidade no quadro da "Revolução Brasileira", os estudantes propunham naqueles textos que sua função específica seria a de "criação da intelectualidade revolucionária que esteja impregnada de ideologia a serviço das massas trabalhadoras". Com a reforma, a instituição universitária deveria voltar-se para a produção da "pesquisa das referidas soluções inéditas que a realidade brasileira implica" ou, numa passagem onde era evidente a influência da esquerda cristã, "colocar a universidade a serviço do povo". Com esses objetivos, defendia-se a elaboração de uma cultural nacional e popular capaz de possibilitar a conscientização das massas populares, o que permitiria que estas deflagrassem um "movimento ascensional". Mais uma vez, estão aí presentes as orientações do radicalismo cristão.

De um para outro documento, como mostrou Luiz Cunha, pode-se notar nitidamente o crescimento da influência das idéias nacionalistas radicais de Álvaro Vieira Pinto. Assim, enquanto a consigna da autonomia universitária é um dos objetivos centrais da Declaração da Bahia, na Carta do Paraná, publicada quase um ano depois, este ob

(42) Ver as considerações de Luiz Cunha sobre o livro de Vieira Pinto, A questão da Universidade. A citação está à p. 78 apud CUNHA, p.232.

jetivo foi suprimido. O pressuposto mais geral dessa mudança de posição da UNE parecia ser a adesão à noção de que o Estado representaria os interesses populares e nacionais, diante da posição conservadora dos reitores e dos professores catedráticos. Nesse sentido, um trabalho daquele autor, publicado pela editora da UNE, afirmava:

"No caso brasileiro, o que há a fazer é justamente reduzir cada vez mais a autonomia didática e administrativa da Universidade, a fim de torná-la mais dependente das forças progressistas, as massas e o povo em geral, representados pelos agentes políticos da comunidade, sobretudo pelos estudantes!" (42a)

Munida dessas orientações, a UNE define, após o seminário de março de 1962, que a luta imediata a ser travada pela reforma universitária consistiria na conquista da regulamentação da participação estudantil nos órgãos da direção da Universidade, a partir do que seria possível conseguir as outras mudanças reivindicadas. A urgência dessa conquista estava definida no prazo previsto pela Lei de Diretrizes e Bases para que os conselhos universitários mudassem os regimentos de cada escola. Diante disso, afirmam os dirigentes: "Os estatutos das universidades estão aí para serem organizados. A exigirem a nossa voz e a nossa escolha. A nenhum estudante deve passar despercebido este momento, pois é agora que podemos influir fundamentalmente". Em seguida, afirmava-se a luta pela participação estudantil de um terço nos órgãos diretivos - nos termos da UNE:

(42a.) Idem, ibidem, p.78, apud CUNHA, p. 232.

"Co-governo é a perspectiva mais imediata de nossa luta pela reforma". (43)

Essa reivindicação encontraria rápido e extenso apoio da categoria universitária. Através da UNE-Volante, a direção nacional do movimento consegue, pela primeira vez, suplantar as limitações dos conselhos e congresso anuais, visitando quase todos os estados e, segundo suas estimativas, realizando cerca de 200 assembléias universitárias, ao mesmo tempo em que levava 50 mil estudantes às apresentações do teatro popular do CPC. O lema das excursões alcança significativa difusão-"A UNE veio para unir" (44).

Os resultados viriam logo depois. Unidos em torno da reivindicação do terço, os estudantes aderiram maciçamente, em dimensões inéditas, à greve decretada pela UNE em fins de maio. Nas palavras de dois ex-líderes do movimento:

"A greve foi praticamente total, atingindo a maior parte das 40 universidades brasileiras que, na época, contavam com mais de cem mil estudantes. Foi a greve estudantil mais ampla até então ocorrida no país. No seu curso, os estudantes

(43) Ver a nota da UNE assinada por Aldo Arantes publicada em Memorex, s.p.

(44) Esses dados estão no artigo "A UNE-Volante" do jornal O Movimento, órgão oficial da UNE, 1962, citado em Memorex, sem pag. Para mais dados sobre a UNE-Volante ver BERLINCK, Manoel T. Centro Popular de Cultura, Campinas Papyrus, 1984, pp.38 e segs. Este autor aponta um fato importante: o CPC, a partir de 1963, principalmente, estava ligado ao grupo político que no interior da frente de esquerda se opunha à Ação Popular - o PCB. Para ele, "o grupo político da UNE não possuía recursos - especialmente artistas - à sua disposição para substituírem os já existentes no CPC" (p.24).

permaneceram em mobilização permanente, realizaram assembléias, seminários para debate dos problemas da faculdade, passeatas (45).

Essa avaliação é corroborada por outros autores, fortalecendo a perspectiva de que este movimento representou o apogeu do apoio de massa à UNE e às reivindicações que a entidade levantava, na fase anterior ao golpe de 1964. Entretanto, as dificuldades encontradas pelos estudantes fizeram com que o movimento durasse mais de três meses, mudasse seu foco de pressão dos Conselhos Universitários para o Congresso Nacional e, depois de ser apoiado no Congresso da UNE, em julho, que votou sua continuidade, acabasse por esgotar-se pouco depois, sem conquistar sua principal reivindicação, a não ser em poucas escolas. Encontrando o apoio tardio do Executivo populista, que requereu ao Congresso plenos poderes para estabelecer a legislação em favor de 1/3, o principal obstáculo à vitória da greve nacional estudantil foi a oposição do Congresso, que marcava, assim, na prática, a sua oposição às "reformas de base"⁽⁴⁶⁾.

A greve do 1/3 pode ser considerada como a expressão do apoio estudantil a uma reivindicação que se definia como o objetivo central do movimento universitário daquela fase: a democratização da universidade e a sua modernização, com a abertura de vagas, através do subsídio estatal à educação, e a modificação dos métodos e estrutu-

(45) LIMA e ARANTES, p. 22.

(46) Ver a "Nota oficial sobre a suspensão da greve por 1/3" em Relatório da Diretoria da União Nacional dos Estudantes, gestão 1962-63, UNE, 1963.

turas educacionais, a fim de formar profissionais de nível superior "necessários ao desenvolvimento". Como forma de atingir esses fins, os estudantes definiriam a participação estudantil como meta mais imediata, mediante a qual se ria possível influenciar as decisões educacionais. Este objetivo fica nítido num texto da UNE redigido naqueles meses:

"Agora, mais do que nunca, reivindicamos uma presença no Conselho Federal de Educação e nos Conselhos Estaduais de Educação"(47).

Com esse conteúdo, a greve de 1962, "sob todos os títulos, a mais representativa das greves estudantis"⁽⁴⁸⁾, nodizer de Marialice Foracchi, pode ser considerada como a expressão mais característica da aspiração do meio estudantil de classe média ao acesso à Universidade e à participação nas decisões educacionais, como forma de influir diretamente na manutenção dos direitos adquiridos, bem como na conquista de outros. O seu fracasso, a meu ver, inauguraria uma nova fase no relacionamento da categoria com a sua vanguarda política e a União Nacional dos Estudantes.

(47) Ver o documento da UNE citado na nota 43.

(48) A mais aguda análise do conteúdo de classe da greve por 1/3 está em FORACCHI, O estudante e a transformação ..., cit., ("A luta pela reforma universitária", - p.252 e segs), onde, no entanto, a autora não situa com mais precisão o contexto político nacional em que se deu a greve.

A "VANGUARDA" ESTUDANTIL E A RADICALIZAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR (1963-64)

O caráter geral da crise do populismo foi já analisado por vários estudiosos, interessando-me aqui apenas destacar os seus traços principais, para o que recorro à interpretação de Francisco Weffort⁽⁴⁹⁾. Segundo este autor, a partir do final do governo Kubitschek, o "compromisso" populista começa a dar mostras de crise, colocando-se na ordem do dia a necessidade de estabelecer um conjunto de medidas estruturais abrangentes que removesses os obstáculos antepostos ao ingresso do país em uma etapa mais elevada de seu desenvolvimento capitalista. Surge aí o tema das "reformas de estrutura", o qual, apropriado pelo movimento nacionalista e popular, coloca o Estado populista diante do desafio de provar, na prática, a sua propalada soberania e a sua autonomia diante das classes sociais, que constituíam as bases ideológicas do mito populista do Estado neutro e representante do bem-geral.

Nesse quadro geral, e no contexto da crise econômica esboçada desde o final dos anos 50, dá-se o aparecimento de um movimento popular de "tipo novo", que ameaça transbordar os limites tradicionais da movimentação política sob o populismo. Desse modo, as organizações populares

(49) WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira, Rio, Paz e Terra, 1980, 2a.edição.

e nacionalistas intensificarão ao máximo as potencialidades da "dialética de massas" característica daquele sistema político⁽⁵⁰⁾. Inspiradas na ideologia hegemônica do nacional-reformismo, promoverão intensa mobilização a fim de pressionar o Estado no sentido do atendimento de suas reivindicações, bloqueando assim, gradualmente, as perspectivas de adoção de uma política econômica de estabilização, passível de conseguir o apoio de setores da classe dominante. Abre-se nesse período uma conjuntura de amplas lutas sociais, concentradas, contudo, na movimentação da estrutura sindical de Estado, através da atuação das entidades sindicais paralelas, com o fim de exigir do Estado as reformas de base. O aumento da pressão do movimento popular levaria o Estado populista a radicalizar, a partir do início de 1964, as suas políticas, pretendendo basicamente estender a estrutura de mobilização populista ao campo. Com isso, o conjunto da classe dominante passa a recusar o apoio ao populismo como política de ordem e como política de desenvolvimento, deslocando-se para o apelo à intervenção militar contra o governo de Goulart e, em última instância, contra a ascensão do movimento popular.

Quanto ao movimento estudantil, a derrota da greve nacional pela participação de um terço colocou-o diante de uma situação de relativo esvaziamento das mobilizações de massa. Embora este processo tenha sido pouco salientado, a partir de agosto de 1962 a dinâmica do movimento iria se deslocar gradualmente para as atividades de

(50) Ver SAES, Décio. "Classe moyenne..." cit. p.215 e segs.

seu setor mais politizado, que acompanhava as diretrizes da "vanguarda" estudantil. No plano geral, tal redirecionamento foi acentuado pela intensificação das lutas sociais mais amplas, no seio das quais a UNE e outras entidades regionais passariam a desempenhar importante papel⁽⁵¹⁾. No nível específico do movimento estudantil, o descolamento progressivo entre as atividades da base e as da direção deu-se no quadro da radicalização das posições da esquerda cristã, com a criação de uma nova organização política autônoma e particularmente ativa: - a Ação Popular -, no início de 1963. As orientações dessa corrente levarão a UNE a posicionar-se como um dos integrantes mais radicais da frente antiimperialista e popular, nos últimos anos do populismo.

Nos congressos da UNE de 1962 e 1963, a hegemonia do grupo ligado à Ação Popular é inquestionável. Assim, enquanto essa tendência reuniu forças para deter cinco cargos na diretoria no 25º congresso da UNE, no encontro do ano seguinte (1963) é novamente um membro da AP que encabeça a chapa das forças de esquerda, denominada "Unidade". Nas eleições desse ano, a "direita" estudantil foi derrotada por 679 votos contra 55, o que parece confirmar que a categoria universitária não via esta tendência como expressão de suas reivindicações⁽⁵²⁾. Após o final da greve de

(51) Para uma síntese das lutas políticas do governo Goulart utilizei-me de TOLEDO, Caio N.O governo Goulart e o golpe de 1964. São Paulo, Brasiliense, 1982, onde se faz a análise dos limites do movimento popular e do caráter de classe da política janguista.

(52) Para a correlação das forças políticas na UNE de 1961-63, ver LIMA e Arantes, op.cit. pp.34 e segs; e GÓMEZ DE SOUZA, op.cit., p.183 e segs e p. 201 e segs.

1962, o meio estudantil, presencia a formação de duas posições diferentes no nível da direção do movimento - enquanto os militantes do PCB passam a defender a concentração nas "lutas específicas", a corrente filiada à Ação Popular "empolgava-se com a tese de que a luta pela reforma universitária estaria sendo travada mais fora da universidade(...) do que dentro dela". Na visão da AP, "o movimento estudantil deveria se engajar diretamente nas lutas de todo o povo, das quais a reforma universitária seria mais uma consequência do que um fator de impulso"⁽⁵³⁾. Configurou-se, assim, uma nítida mudança no eixo das mobilizações universitárias.

Tais transformações na política da UNE pareciam corresponder à radicalização das posições da Ação Popular desde 1962, quando essa corrente ainda estava em formação. Nesse sentido, o manifesto de fundação do novo grupo político - o Documento-Base⁽⁵⁴⁾ - , publicado no início de 1963 definia que os quadros da organização deveriam concentrar sua militância no movimento operário, para "levar a massa às organizações sindicais", bem como no movimento camponês, no qual a AP chegou efetivamente a deter alguma influência, participando da fundação de numerosos sindicatos rurais⁽⁵⁵⁾. Surpreendentemente, a Ação Popular definia o seu meio so-

(53) CUNHA, op. cit., p. 246.

(54) Ver SOUZA LIMA, op. cit., pp. 118-144, para a íntegra do documento.

(55) Para as práticas da AP no Movimento de Cultura Popular e sua intervenção no sindicalismo rural ver KADT, op. cit. cap. VI. Para um depoimento de ex-militantes ver LIMA e ARANTES, op. cit., cap. V: "A ligação da AP com o movimento de massas".

cial mais característico - o movimento estudantil - como setor "não-prioritário", ressaltando que este se situava entre os que "apresentam condições de um trabalho eficaz". "A prioridade de nosso trabalho referir-se-á às organizações operárias e camponesas", defendia o documento. Com esse prisma, não se mencionavam as lutas do ano anterior pela reforma universitária e, nas oito linhas dedicadas ao movimento universitário, propunha-se para este um novo papel político:

"O próprio fato da radicalização de suas perspectivas é útil para demonstrar a possibilidade de avanços na condução das organizações estudantis como órgãos de pressão e agitação política" (o grifo é meu). (56)

Com tais diretrizes, a UNE da Ação Popular abandonou as lutas pela reforma universitária e engajou-se integralmente nas mobilizações da frente antiimperialista e popular, passando a figurar como parceira obrigatória do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em todas as manifestações e movimentos reivindicatórios do período. Apóia ativamente a campanha pelo retorno do presidencialismo, solidariza-se com as greves convocadas pelo CGT e participa da fundação da Frente de Mobilização Popular, ao lado do CGT e da Frente Parlamentar nacionalista⁽⁵⁷⁾. Após o recuo de

(56) Ver Documento-Base in SOUZA LIMA, p.143. O trecho final do manifesto pode ser encontrado também em CARONE, Edgard, Movimento operário no Brasil (1945-1964) São Paulo, Difel, 1981, pp.149-154.

(57) As notas oficiais e documentos da UNE, de julho de 1962 a julho de 63, estão em "Relatório da Diretoria da União Nacional dos Estudantes - gestão 62-63", UNE, 1963. Ver também o depoimento de José Serra, presiden

Goulart na questão do Plano Trienal, a UNE concentra suas forças na pressão pelas "Reformas-Jã", em conjunto com as outras forças populares.

A atuação da UNE nas mobilizações do bloco anti imperialista fez dela um dos alvos centrais das forças sociais que se aglutinavam contra o ascenso do movimento popular e nacionalista, através do incentivo à intervenção militar para pôr fim ao populismo. Tanto organizações para militares como os governadores que se opunham ao movimento das reformas de base passaram a atacar a entidade nacional estudantil em diversas ocasiões⁽⁵⁸⁾. Por sua vez, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) escolheria o meio universitário como um de seus principais campos de atuação⁽⁵⁹⁾. Assim, segundo René Dreifuss, "visando a contrariar os esforços da AP e da UNE, a elite orgânica desenvolveu uma difícil e dura campanha de contenção e desa

te da entidade nacional dos estudantes desde julho de 1963: "Quando assumimos a UNE, tendo a crise como pano de fundo, a inquietação social era enorme - greves, reiterados rumores de golpe articulado pela extrema direita ou pelo próprio Jango, agitação no campo, intensa mobilização e propaganda das forças de direita". (História da UNE, cit.p.24.)

(58) Ver, por exemplo, na publicação da UNE acima citada, a "nota sobre as ameaças do governador da Guanabara contra o Congresso de Solidariedade a Cuba", p.21(26-3-63). E também as "Resoluções do Conselho da UNE", sobre o atentado do MAC ao prédio da UNE, em 6 de janeiro de 1962, p.12 ("Atentado terrorista").

(59) Para este tópico, ver DREIFUSS (René A. 1964: a conquista do Estado-Ação Política, poder e golpe de classe, Petrópolis, Vozes, 1981, 3a. ed., especialmente o subtítulo "A ação no meio estudantil e cultural", pp.282- 290.

gregação dirigida especialmente contra a UNE".⁽⁶⁰⁾ Com esse fim, criou-se o Movimento Anticomunista (MAC), a Frente da Juventude Democrática (FJD) e o Movimento Estudantil Democrático (MED). Essas entidades, amplamente financiadas pelos recursos do IPES, não conseguiriam, no entanto, aliar maior apoio no meio universitário. Diante disso, optaram pela alternativa das ações de terrorismo puro e simples. Conforme relato do cônsul norte-americano em São Paulo, citado por Dreifuss, esses grupos pretendiam metralhar e jogar bombas no recinto onde se reuniria o 26º Congresso da UNE, em Santo André. Segundo a mesma fonte, os ativistas da FJD "haviam feito todo o tipo de planos de arrepiar os cabelos"⁽⁶¹⁾. Essas ações foram acompanhadas por uma intensa campanha através da imprensa golpista, auxiliada pela publicação de textos como o livro de Sônia Seganfredo - UNE, Instrumento de Subversão, patrocinado pelo IPES.⁽⁶²⁾ Nesses meios, a UNE passou a ser definida como uma "Célula Vermelha"⁽⁶³⁾.

(60) Idem, *ibidem*, p. 283

(61) Segundo o cônsul Daniel Baddock, "eles (a FJD) foram impedidos de bombardear e metralhar o Congresso, mais por revista feita pela polícia do que por bom senso. (...) Os líderes mais responsáveis da oposição evitaram deliberadamente contato com a FJD. (...) O jornal O Estado de S. Paulo (...) deu destacada cobertura noticiária a seus vários manifestos". A citação é de DREIFUSS, *op. cit.* p. 285.

(62) Ver a correspondência de Sônia Seganfredo com Heitor Ferreira Aquino e outros membros do IPES em *idem, ibidem*, pp. 689 e segs, onde esta autora reclama o pagamento pelos serviços prestados.

(63) O termo é de um editorial da revista católica Vozes, então em franca discordância com a JUC. Aí se fala do "tenebroso e deprimente Congresso da UNE (onde) se desmascarou a subjugação comunista daquela entidade. A UNE não é mais do que uma Célula Vermelha". GÓMEZ DE SOUZA, *op. cit.*, p. 202.

Entretanto, antes de passar ao tema final deste capítulo - a situação do movimento estudantil no momento do golpe militar de 1964 -, é preciso abordar, ainda que brevemente, um tema bastante polêmico: o do suposto "atrelamento" da UNE ao populismo, ou, como querem outros, a sua dependência do governo Goulart. Sob a forma de indagação: o que distinguiu a atuação da UNE no interior da frente antiimperialista e popular na fase da crise final do populismo?

Na acesa luta de posições que caracterizaria o movimento estudantil de 1968, a corrente que se opunha à Ação Popular não fazia um retrospecto muito positivo das atividades da UNE no período ora examinado:

"Até o grande susto de 1964 - dizia, quatro anos depois, o Jornal da UEE-SP - a UNE vivia casada com o Estado brasileiro. (...) Julgava que João Goulart era nacionalista e democrático, antiimperialista" (64).

Tal caracterização tende a apagar os contornos particulares da atuação da UNE no seio do movimento popular do pré-64, impedindo que se chegue a uma compreensão mais precisa de suas orientações naquela conjuntura. A fim de su perar essas generalizações é preciso salientar que a UNE

(64) Ver o Jornal da UEE, São Paulo, agosto de 1968, edição especial "30 anos da UNE", p.1. Os presidentes da UNE no período de 1961-64 procuraram rebater às críticas à política da entidade. Ver, nesse sentido, os depoimentos de Aldo Arantes e José Serra em História da UNE. Por sua vez, Vinícius Brant afirma que "na meia dúzia de trabalhos sistemáticos publicados sobre o movimento estudantil brasileiro, os fatos naufragam nas elucubrações" (ver BRANT, "Nos tempos da legalidade", em Plural, nº6, junho de 1979, p.11-15). Para Serra, "nossa independência em relação a Jango era total" (p.27).

procurou manter uma atitude de constante independência frente ao governo Goulart, ao mesmo tempo em que, no interior da Frente Única, buscou cumprir um papel de força radicalizadora na luta pelas reformas, atribuindo-se a função de aproximá-la das perspectivas populares e de conseguir a união das diversas correntes de esquerda. Quanto ao seu relacionamento com o Executivo populista, é necessário lembrar que a UNE, como de resto outras forças populares, negou apoio a Goulart na questão do pedido de decretação do Estado de Sítio, em fins de 1963. Nos primeiros meses de 1964, o presidente da UNE passou a atacar em seus discursos a possibilidade de intervenção federal nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, ao mesmo tempo em que denunciava a interferência do embaixador norte-americano nos assuntos internos do Brasil. Tais posições criaram dificuldades para que a UNE pudesse discursar no comício de 13 de março, em virtude da oposição, depois superada, do presidente da República. (65)

Essas considerações apontam para uma constatação a meu ver fundamental: na realidade, a dependência da

(65) Sobre o comício de 13 de março, relata José Serra, então presidente da UNE "Neste, embora convidado, tive dificuldades para falar, devido a que o presidente Goulart não havia gostado do discurso que eu fizera na Cinelândia" (comício em homenagem à memória de Getúlio Vargas). Ver História da UNE, p.27. É interessante lembrar, por outro lado, que Jango foi o primeiro presidente a visitar a UNE com todo o seu ministério, logo após sua posse, para agradecer a participação da UNE na campanha da "Legalidade" (Ver ARANTES, "A UNE no período 1961-62", cit., p.10).

UNE não se configurava no nível do "atrelamento" político direto, como tampouco se definia no plano da subordinação econômica, devida à dotação de verbas federais à entidade. Nesse sentido, o eixo da análise deve se deslocar para a questão da dependência ideológica. Aí, apesar do radicalismo da AP - expresso, em seu "Documento-Base", nas críticas freqüentes ao "reformismo do PCB", na proposta de "preparação revolucionária" das classes populares e na alusão à possibilidade da via armada para a "Revolução Brasileira" ("pode-se dizer que a história não registra quebra de estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas") , aquela corrente política não ultrapassou os limites do nacionalismo reformista que via no Estado o sujeito principal das transformações sociais. Num manifesto da UNE de setembro de 1962, esses limites aparecem com nitidez:

"Nosso compromisso de honra é com a emancipação nacional e as reformas estruturais indispensáveis para a construção de uma sociedade justa, a sociedade do operário, do camponês, do homem que trabalha" (66).

Finalmente, essas posições nacional-reformistas radicais inseriam-se, no caso da AP, num quadro teórico e filosófico marcado pela visão idealista e cristã do processo histórico. No "Documento-Base" a perspectiva defendida pela Ação Popular aponta no sentido de um socialismo humanista, visto como a "terceira via" entre o capitalismo e o socialismo autoritário. No plano dos pressupostos mais gerais, a ideologia dessa corrente política não alcançava a

(66) Ver o "Relatório da Diretoria...", cit., p.10.

visão da história como um processo onde se chocavam os interesses de classes sociais antagônicas. Ao contrário, a AP fundamentava-se no enfoque da história como um conjunto de relações interpessoais, visualizando-a "como uma espécie de movimento assimétrico que tende à reconciliação final" - como o salientou E. Kadt, em seu estudo sobre o radicalismo católico no Brasil⁽⁶⁷⁾. As bases idealistas dessas concepções aparecem com nitidez em sua idéia da dialética da história como uma dialética do "reconhecimento das consciências", que tende à libertação, à universalização e à socialização. Com essas perspectivas, como apontou Kadt, "a esperança fora da história transforma-se na crença da possibilidade real da utopia"⁽⁶⁸⁾. Desnecessário ressaltar que tais conceituações abriam espaço para um acentuado voluntarismo, que não raro configurou-se numa atuação política sobretudo "vanguardista". Afinal, na ótica da AP,

"A eficácia principal (da Revolução) é a chama interna comunicada de homem para homem"⁽⁶⁹⁾.

A UNE E A CATEGORIA ESTUDANTIL DIANTE DO GOLPE MILITAR DE 1964.

Diante do quadro acima esboçado - refluxo do mo

(67) KADT, op.cit., p. 86. Para a análise do Documento-Base da AP ver também GÓMEZ de SOUZA, p.199 e segs e LIMA e ARANTES, op.cit., que o consideram um "retrato oficial e efetivo do pensamento da organização na altura do seu surgimento" (Ver pp.36 e segs.)

(68) KADT, cit., p. 89.

(69) Idem, ibidem, p. 92.

vimento estudantil de massa após a greve de 1962, radicalização das posições da vanguarda universitária, no contexto da intensificação geral das lutas de classe -, qual foi a atitude da UNE e do movimento dos estudantes diante do golpe político-militar que pôs fim ao populismo?

Inicialmente, tendo em vista a perspectiva de análise que tenho proposto, é necessário voltar a atenção para as orientações mais gerais dos setores sociais que forneciam a principal base de recrutamento do meio estudantil: as camadas médias urbanas. Estas, frente ao ascenso do movimento nacionalista e popular e à radicalização final das políticas do Estado populista, dividiram-se mais uma vez em posições divergentes. Como apontou um analista de seu comportamento político, na conjuntura de contra-mobilização antipopular organizada pelos setores da classe dominante que visavam a derrubada do governo populista, destaca-se sobretudo "a participação maciça de setores da classe média na criação de um clima político favorável à intervenção militar: a 23 de março de 1964, 500 mil pessoas se manifestam em São Paulo, contra o governo federal; a 2 de abril de 1964, um milhão de pessoas comemoram publicamente, no Rio de Janeiro, o golpe de Estado do 19 de abril⁽⁷⁰⁾". Nessas mobilizações, setores importantes da classe média expressam a sua oposição à ascensão do movimento popular e se constituem na principal base de apoio de massa à contraofensiva golpista. Processos diversos atuariam conjunta-

(70) SAES, "Classe média e política...", p. 499.

mente no sentido de permitir esse apoio.

Assim, pode-se atribuir à reativação da aliança política entre a classe média liberal e a burguesia comercial a convergência de suas posições em 1964, expressa nas posições do Movimento Feminino e do movimento dos profissionais liberais que, a partir de motivações específicas, colocam-se a favor da intervenção militar para a derrubada do governo populista. Segundo Décio Saes, essa convergência dá-se agora "a serviço de um objetivo político mais geral: a repressão ao movimento popular e, como condição prévia, a deposição de um governo politicamente incapaz de conter a ascensão popular"⁽⁷¹⁾. Nesse contexto, a alta classe média desenvolve um autoritarismo de crise, cuja expressão ideológica mais característica foi a oposição da "democracia" ao "comunismo".

O comportamento da baixa classe média foi mais diversificado e complexo. Enquanto alguns de seus setores orientados pelo estatismo populista característico, por exemplo, do sindicalismo bancário-alinharam-se com o reformismo, outros, movidos pelo "temor à proletarização", associaram-se às Marchas da Família. Assim, "o apoio, a hesitação e mesmo a oposição (esta provocada pelo medo à proletarização) coexistem no seio da "massa" da baixa classe média"⁽⁷²⁾. Finalmente, um setor emergente da classe média, a "nova classe média", cuja situação de trabalho no interior das

(71) Idem, *ibidem*, p. 500.

(72) Idem, *ibidem*, p. 504.

grandes empresas define motivações ideológicas específicas, desenvolveria uma atitude de apoio crescente ao golpe militar e à posterior militarização do Estado no Brasil, fundamentado-se no culto do Estado-ordem e numa disposição autoritária mais permanente.

Situada nesse contexto social mais amplo, qual foi a participação da categoria estudantil e da direção política do movimento universitário na conjuntura do golpe de Estado? Sobre este tema, não há análises disponíveis, contentando-se a maior parte dos autores em repetir a generalização já referida: o "estudante sempre ao lado do povo". No entanto, embora as hipóteses que procurarei levantar tenham um cunho sobretudo exploratório, uma análise mais dedicada das orientações desse setor revela nuances em geral despercebidas e foge à linearidade até aqui amplamente aceita.

Em minha perspectiva, o meio estudantil universitário não esteve imune à diversidade de orientações de suas camadas de origem e, por outro lado, não se podem analisar as suas reações sem distinguir entre as posições da "massa" e as atitudes da "vanguarda". Nesse prisma, as orientações da direção política do movimento, cuja influência atingia também um círculo um pouco mais amplo de estudantes politizados (a "massa avançada", na expressão do próprio movimento) situaram-se nitidamente no seio do bloco antiimperialista e popular, no interior do qual a UNE procurou marcar posições sempre à esquerda. A expressão mais conhecida desse posicionamento foi a participação de grupos de

estudantes nas tentativas de resistência ao golpe, quando, em diversas cidades, os universitários reuniram-se "à espera de armas" para organizar-se contra o movimento militar⁽⁷³⁾. Nesse sentido, a União Nacional dos Estudantes decretou imediatamente uma greve geral estudantil em todo o território do país para impedir o golpe "que está sendo pretendido pelas forças de direita, para deporem o presidente Goulart"⁽⁷⁴⁾. As escolas mais ativas transformaram-se em polos de aglutinação para os que esperavam diretrizes dos partidos e organizações populares, como ocorreu nas Faculdades de Filosofia da USP e da Universidade do Brasil e na Faculdade Nacional de Direito. Diante da derrocada da mobilização popular, carente de direção política autônoma, dependente das expectativas de atuação do "esquema militar" de Goulart e das iniciativas do Estado, os estudantes aí reunidos sofreram aguda decepção, que vai estar na raiz de muitas posições da vanguarda do movimento no pós-64.

No nível da "massa" estudantil, no entanto, o posicionamento dos estudantes não foi tão nítido. O conjun

(73) Para as atividades estudantis nos dias seguintes ao golpe ver POERNER pp.203-204 e a sua descrição da "tentativa, sonhadora e romântica, de enfrentar o golpe militar de abril" na FNF (p.216); o depoimento de Vladimir Palmeira em CASO, Antonio. A esquerda armada no Brasil 1967-1971, Lisboa, Moraes, 1976, p. 22-23; O Jornal da UEE, cit. e a entrevista de José Genoíno Neto ao autor (19-06-83). Outras fontes serão citadas nos capítulos seguintes. "No dia do golpe, afirma Vladimir Palmeira, estávamos desorientados, sem vanguarda, sem direção, mas decididos a resistir na medida de nossas forças" (v.o. depoimento citado, p.21).

(74) Ver "Nota da UNE" em Memorex, cit., s.pág.

to dos processos apontados acima parece ter atuado no sentido de afastar as bases das posições de sua direção política, ficando as primeiras numa situação de relativa "paralisia" política. Mais do que isso, a massa estudantil expressou a sua condenação à política da UNE em 1963-64 através da eleição de diretorias de oposição à frente única de esquerda em várias entidades estudantis regionais. Entre estas se destacam as Uniões Estaduais de Pernambuco, Minas e Bahia e, especialmente, a União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro, tradicional termômetro das modificações de tendências do movimento. Embora a nível de hipótese, é possível propor que as direções assim eleitas representavam uma retomada das posições liberais-elitistas no meio universitário, ao lado de alguns casos menos expressivos de vitória de grupos francamente direitistas⁽⁷⁵⁾. É importante notar que as quatro entidades regionais mencionadas não foram proibidas de funcionar após o golpe de 1964, ao contrário do que ocorreria com as direções aliadas ao movimento popular. Em minha perspectiva, essas tendências expressavam o afastamento entre a categoria estudantil e a sua direção política nacional, resultante do abandono da pa

(75) Artur Poerner afirma que as direções dessas entidades "apesar de progressistas, foram consideradas "reacionárias" pela UNE sectária do final do governo Goulart" e atribue à UEE de Minas uma posição "centrista". Essa caracterização me parece, entretanto, equivocada, pois tudo indica que elas deram apoio tácito ao golpe de 1964. Depois do golpe, elas se voltariam contra a legislação autoritária, como veremos, mas isso não justifica o uso retrospectivo da qualificação "progressista". Nesse caso, a posição de Poerner fundamenta-se na política de frente ampla do PCB no meio estudantil, que enfatizava a aliança com os liberais. (ver POERNER, p.255).

lavra-de-ordem da reforma universitária, do fracasso da greve de 1962 e, sobretudo, do descaso da "vanguarda" com o próprio meio estudantil, "não-prioritário". Esses fatores teriam permitido uma aproximação difusa de setores das bases estudantis com as posições de suas camadas de origem, basicamente com o "autoritarismo de crise" da alta classe média. Assim, por exemplo, segundo um ex-líder estudantil filiado ao PCB, a diretoria eleita antes de 1964 na UME do Rio de Janeiro "Era uma chapa que expressava o deslocamento das camadas médias para uma posição que viria a ser, em geral, de apoio ao golpe de 64"⁽⁷⁶⁾. Vale ressaltar, entretanto, que não se pode falar em qualquer forma de apoio ativo do meio estudantil ao golpe militar.

De todo modo, o recuo da massa estudantil está registrado nos próprios documentos das entidades. A situação na Universidade de São Paulo, polo extremamente ativo do movimento universitário, foi definida num documento da UEE-SP de 1968, que se referia aos meses do pós-golpe:

"Na faculdade de Filosofia de São Paulo, quinhentos universitários continuaram organizados clandestinamente durante alguns meses. Mas, isolados da massa, descobriram que falavam num deserto"⁽⁷⁷⁾.

Por sua vez, o ex-presidente da UME na gestão de 1966-67, Jean Marc von der Weid, assim relatou as condições do movimento no Rio de Janeiro, num recente depoimento pessoal:

(76) DAVID CAPISTRANO FILHO, entrevista ao autor (27.6.83)

(77) Ver Jornal da UEE, cit., p.1.

"Não fui o único estudante a apoiar, ingênua e ativamente, o governador Carlos Lacerda e o golpe contra o que pensávamos ser uma ameaça às liberdades. Em dois anos, verificamos - eu e minha classe média - que a democracia já era e que havíamos apoiado a implantação da ditadura" (78).

(78) O depoimento de Jean Marc está em Flagrante, Rio, março-abril de 1978 nº 0, p.4 ("Os cabeças da revolta").

CAPÍTULO II

O ESTADO E O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PÓS-GOLPE (1964-66)

Como já foi ressaltado por vários autores⁽¹⁾, o golpe de Estado de 1964 constituiu a resposta do conjunto das classes dominantes brasileiras ao processo de ascensão e radicalização das lutas políticas populares, que tivera lugar no país desde o início da década de 60. Através do apelo à intervenção militar contra o populismo, aqueles setores expressariam a rejeição deste sistema enquanto política de ordem e de desenvolvimento, uma vez que permitira o ascenso da mobilização popular. O golpe político-militar define-se, assim, inicialmente, como uma contra-revolução voltada para o objetivo imediato da contenção e liquidação dos instrumentos de pressão e de defesa das classes trabalhadoras. Nesse sentido, contaria com amplo respaldo da classe dominante. Com o recurso à chamada "Operação Limpeza", as forças policiais-militares do esquema golpista perseguiriam os líderes das organizações populares, os partidos de esquerda e os políticos vinculados ao governo populista; interviriam de forma rápida e extensa no sindicalismo operário, usando os meios proporcionados pela legislação sindical de Estado - que foi ciosamente

(1) Ver, por exemplo, FERNANDES, Florestan A Revolução Burguesa no Brasil, Rio, Zahar, 1976, p. 316 e segs.; "Revolução ou contra-revolução?" em Contexto, nº 5, março, 1978, p. 20 e segs.; IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil, Rio, Civilização Brasileira, 4a. ed., 1978, p. 150; TOLEDO, Caio N. de. O governo Goulart e o golpe de 64, cit. p. 120 e WEFFPORT, Francisco. O populismo na política brasileira, cit. pp. 76-78, além dos autores citados na nota seguinte.

preservada -, e procurariam desarticular os movimentos so
ciais mais ativos. No movimento camponês, especialmente, a
 repressão inicial coube também a organismos paramilitares
 e milícia privadas que recorreram a torturas e assassina-
 tos. Ao mesmo tempo, tomaram-se as medidas para impedir
 as manifestações de oposição a essas ações. Do ponto de
 vista das classes dominantes, cumpria-se assim um objeti-
 vo indispensável para a implantação de uma nova ordem so-
 cial e política. A militarização provisória do aparelho
 de Estado, na forma como se expressou no Ato Institucio-
 nal de abril de 1964, contou desse modo com seu apoio ge-
 ral (2).

O apoio dos setores dominantes à intervenção
 militar não significou, no entanto, a sua adesão unânime
 a um projeto de militarização permanente do aparelho esta
tal. Para certas frações da burguesia, o "autoritarismo
 de crise" que fundamentou o apelo ao golpe implicaria, em
 seguida, na retomada de um projeto de restauração da libe-
 ral-democracia, depurada dos aspectos "de massa" do siste-
 ma político precedente. Assim, pretendiam esses setores
 preservar as formas democrático-parlamentares e, com elas,
 a sua capacidade de influenciar as políticas do Estado. Ao
 contrário destas expectativas, porém, a militarização de-

(2) Minha análise sobre o caráter do Estado no pós-64 ba-
 seia-se fundamentalmente em CARDOSO, Fernando H. O mo-
 delo político brasileiro, São Paulo, Difel, 1972 e
 SAES, Décio. Classe média e sistema político..., cit.
 em quem me baseio para a interpretação das relações
 entre o Estado e as frações burguesas depois do golpe
 (v. cap. IV do livro citado).

fine-se como o meio para a centralização horizontal e vertical do Estado, um novo momento de aprofundamento da dimensão intervencionista e industrializadora do Estado brasileiro, que corresponderia fundamentalmente aos interesses do grande capital monopolista. Em suma, no processo posterior ao golpe, a lógica da acumulação capitalista apropriou-se da lógica contra-revolucionária, na definição do caráter de classe do novo sistema político. Nesse quadro, o grupo militar dirigente define-se como o agente social da implantação da hegemonia da fração monopolista da burguesia.

As motivações ideológicas específicas do grupo militar - expressas sinteticamente na doutrina dos "Objetivos Nacionais" - atuariam no sentido de reforçar o seu "apolitismo" e a sua visão da "classe política" como principal responsável pela crise anterior. Num processo que não se efetuaria sem contradições e tensões internas, as Forças Armadas passariam a enfocar a neutralização do conjunto da "classe política" como indispensável à implantação da nova ordem. Avançam assim, gradualmente, no sentido da rejeição das formas democráticas e parlamentares, culminando com a decretação de um novo Ato Institucional, que superaria o caráter "provisório" do primeiro, reafirmando a "Revolução" como poder constituinte e retirando dos políticos a possibilidade da eleição para a presidência e a vice-presidência da República, com a criação do sistema indireto. Ao lado disso, o AI-2 consolida a centralização de poderes nas mãos do Executivo, toma medidas que permitem o controle absoluto do Congresso e cerceia

as atribuições do Judiciário. Ao invés de "depurar" o sistema político-partidário o governo militar extingue os partidos políticos e cria dois novos agrupamentos, com funções sobretudo de legitimação ideológica. As resistências da "classe política" a esse processo resultariam no fechamento do Congresso por um mês, em outubro de 1966, o que contribuiria, ao lado das cassações e outras medidas, para aplainar o caminho para a aprovação sem maiores obstáculos da Constituição de 1967⁽³⁾.

Foi nesse contexto social de militarização progressiva do aparelho de Estado, de repressão às organizações populares e de definição de uma política de desenvolvimento favorável ao grande capital monopolista - em oposição aos interesses dos setores não-hegemônicos da burguesia - que o movimento estudantil retomou suas atividades políticas, comprometendo-se progressivamente com a luta antiditatorial e procurando retomar alguns dos temas que motivaram sua mobilização na fase precedente. Procura-se aqui abordar na parte seguinte a relação entre as suas orientações e as disposições mais gerais das camadas médias urbanas frente à política autoritária. Antes, porém, surge uma indagação prévia e necessária: por que o meio

(3) Para o processo de militarização do Estado ver MOREIRA ALVES, M.H. Estado e oposição no Brasil, 1964-1984, Petrópolis, Vozes, 1984 (caps. II, III e IV); FLYNN, Peter. Brazil: a political analysis, Londres, Ernest Benn, 1978 (cap. "1964-67, The shaping of the authoritarian State") e o relato jornalístico de Carlos CASTELLO BRANCO. Os militares no poder, Rio, Nova Fronteira, 1977, 3a. ed., vol. I.

universitário conseguiu vencer as dificuldades do momento político ditatorial antes de outros movimentos sociais, reconstruindo as suas formas de participação política e retomando os seus protestos?

Numa primeira abordagem, é possível propor que as raízes sociais do movimento estudantil - e especialmente a participação da classe média na contramobilização golpista - impediram uma repressão mais intensa às suas áreas radicais, a exemplo da que ocorreu no meio camponês ou operário. Nessas condições, foi possível organizar gradualmente a oposição às medidas tomadas pelo novo regime na área universitária, medidas essas que atingiram algumas das principais conquistas do meio estudantil na fase anterior. Como procurarei mostrar mais adiante, a resistência inicial à política do governo militar partiria das organizações sobreviventes ao golpe, basicamente de orientação liberal. Em seguida, outro fator pesaria favoravelmente na continuidade das lutas estudantis: a sua autonomia organizativa frente ao Estado, que impediu o desmantelamento do sindicalismo estudantil no mesmo nível do ocorrido com os sindicatos operários de Estado. A partir daí, foi possível a retomada das entidades pela esquerda estudantil e a reorganização de suas atividades, ainda que numa situação de semi-clandestinidade. Feitas essas observações, procuremos situar a resistência do meio estudantil à política autoritária no quadro das orientações mais gerais de sua classe de origem.

CLASSE MÉDIA E ESTADO MILITAR

No capítulo anterior, já examinamos as características de "integração" política que marcaram as relações entre os setores médios e o sistema político populista, bem como a diversidade de suas orientações frente ao Estado, que iam do liberalismo antipopular da alta classe média ao populismo estatista da baixa classe média. Diante das transformações sofridas pela sociedade brasileira após o golpe militar de 1964, coloca-se uma nova questão de interesse especial para a análise do movimento estudantil: qual a atitude da classe média brasileira diante da militarização do Estado e da política autoritária de desenvolvimento?

A resposta a tal indagação tem conseqüências importantes para a abordagem do movimento estudantil do pós-golpe. Com efeito, se aceitamos as análises até há pouco preponderantes, que atribuem às camadas médias um comportamento de "apatia complacente" ou de "adesão passiva" perante o autoritarismo, as disposições antiditatoriais do movimento universitário deveriam ser vistas como frontalmente contrárias às de sua classe de origem, reforçando assim as hipóteses de "autonomização" da categoria estudantil, examinadas em outra parte deste trabalho. Em outras palavras, se se aceita a tese da "corrupção pelo consumo" para explicar as orientações positivas da classe média diante da política autoritária, caberia à análise a tarefa de explicar por que o meio estudantil desenvolveu posições diametralmente diversas, na fase histórica

aqui considerada⁽⁴⁾.

O exame mais atento das posições da classe média no quadro da militarização do Estado no pós-64 permite, entretanto, situar o protesto universitário num contexto social diverso, caracterizado - ao contrário do que supõem as análises citadas acima - pela oposição de setores majoritários da classe média à política autoritária. Começando pelo setor que tem até aqui nos interessado mais de perto - a alta classe média -, vale lembrar que o "autoritarismo de crise" não conduziria ao abandono de suas orientações liberais elitistas anteriores e nem à aprovação da militarização "permanente" do aparelho de Estado. Ao contrário, uma vez eliminadas as motivações de seu apoio à intervenção militar - com a contenção do movimento popular e o afastamento da ameaça da "república sindical" -, a alta classe média retomaria suas aspirações a um regime liberal-democrático "puro", livre das características "de massa" da democracia populista, no qual seria preservado o jogo político-partidário e mantidas as instituições do liberalismo parlamentar. Em outros termos, ela aspira "à reconstituição de uma democracia parlamentar 'pura', isto é, um sistema caracterizado pela hegemonia dos partidos liberais clássicos - dos quais a UDN continua a ser o modelo"⁽⁵⁾. Como vimos, essas expectati-

(4) A análise seguinte baseia-se na leitura do livro acima mencionado de Décio Saes, à luz das modificações esboçadas em seu artigo publicado no volume Brasil Republicano, já citado.

(5) Ver SAES, Classe média e sistema político..., cit. p. 175.

vas foram frontalmente contrariadas pela política autoritária: o AI-2 destruiu, ao invés de 'depurar', o sistema partidário, incluindo-se aí a própria UDN, inicialmente poupada no processo das "cassações" políticas do pós-golpe. As outras medidas ditatoriais cerceariam progressivamente as possibilidades de manifestação da oposição liberal, através dos meios tradicionais de que antes dispunha.

Por outro lado, embora a alta classe média não se constituísse no setor social mais atingido pela política econômica do Estado militar, o avanço do processo de monopolização não deixa de promover a gradual desintegração das profissões liberais, ao mesmo tempo em que a nova situação política afastava a alta classe média de sua aliança tradicional com a burguesia comercial, interessada, agora, sobretudo na manutenção da ordem social. Nessas condições, não se pode atribuir uma funcionalidade e um equilíbrio interno absoluto ao comportamento dessas camadas a fim de defender o seu apoio à política do Estado, em virtude de seu favorecimento econômico. Na realidade, estaríamos diante de um caso de "consciência liberal dilacerada", como apontou Décio Saes, dividindo-se a alta classe média entre a aprovação da "economia" e a condenação da "política", num quadro geral marcado por características crescentes de "ilusão política". Isto não impediu, no entanto, que as organizações e entidades profissionais desses setores se constituíssem em polos de crítica constante ao autoritarismo, como depois ficaria mais claro, com a participação da classe média liberal nas manifestações antiditatoriais de 1968.

Da mesma maneira, o contexto sócio-político do pós-64 não presenciou a adesão da baixa classe média à política do Estado, nem tampouco o abandono de suas disposições prévias, populistas e estatistas. Atacadas em seus interesses econômicos diretos pela política de concentração de renda, privadas de seus meios de pressão tradicionais, com a neutralização do sindicalismo médio e em presença da anulação de outros elementos da legislação social populista, as baixas camadas médias caracterizariam a sua atuação política pelo apego nostálgico à imagem do "Estado protetor" da fase populista. Nesse sentido, seus setores majoritários ficaram paralisados perante a nova imagem do Estado, enquanto as categorias que conseguiram retomar as lutas reivindicatórias ficaram limitadas à aspiração básica da restauração do sindicalismo populista, sem enfrentar os temas da autonomia sindical e da crítica do sindicato de Estado. Com relação às baixas camadas médias, como salientara já um analista de seu comportamento político, "o Estado militar não só as empobreceu, mas, por suas práticas e sua estrutura, também retirou-lhes a esperança, jamais desmentida pelo Estado populista, de concretização do progresso e do bem-estar social" (6).

Assim, o apoio à política autoritária iria se restringir apenas a um setor ainda minoritário da classe média: a "nova classe média", cujas disposições autoritárias, já mencionadas, encontraram uma imagem engrandecida

(6) Idem, *ibidem*, p. 192.

na política do Estado militar. No entanto, as características desmobilizadoras do novo sistema político, cujas raízes se encontram em sua construção em oposição ao populismo mobilizador do período precedente e no apolitismo característico das Forças Armadas, não permitiram que a nova classe média superasse a condição de base potencial de apoio ao autoritarismo.

O conjunto dessas considerações coloca em novo quadro a análise do movimento estudantil antiditatorial do pós-64. Em contraste com a "integração política" da fase anterior, a classe média passaria então a enfrentar uma progressiva exclusão política, o que permite definir o seu apoio à destruição do populismo como suicídio político. Assim, as participações da alta classe média e da nova classe média na contramobilização de 1964 "não provocam apenas a destruição política das camadas médias identificadas com o populismo, mas também a sua própria; ou seja, lançam as bases da exclusão política do conjunto das camadas médias urbanas" (7). Nesse sentido, "as manifestações 'antiditatoriais' e 'democráticas' de 1968 constituem uma tentativa de retorno ao passado, um último grito de revolta contra a exclusão política e de reivindicação do 'direito' à política" (8). Fundamentado nesses pressupostos,

(7) Segundo Saes, "a participação das camadas médias tradicionais e das novas camadas médias no movimento político-militar de 1964 tornou-as co-responsáveis pela destruição de um sistema político que havia atribuído o direito à reivindicação e à cidadania ao conjunto das camadas médias urbanas, enquanto fragmento do mundo do trabalho urbano" (ver op.cit., p. 150).

(8) Idem, ibidem, p. 24.

procurarei, a seguir, examinar os aspectos específicos da política do Estado militar para a Universidade e o movimento estudantil, no quadro mais amplo da exclusão política da classe média e da resistência de setores significativos dessas camadas ao processo de militarização do Estado e da sociedade.

O ESTADO MILITAR E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Iniciada imediatamente após a deflagração do movimento golpista de abril de 1964, a fúria repressiva que atingiu o meio universitário cunhou a expressão "terrorismo cultural", para definir o caráter violento e obscurantista das ações do aparato policial-militar e dos organismos paramilitares contra os estudantes, contra as escolas superiores e a instituição universitária em geral. No mesmo dia do golpe, foram atacadas a tiros de metralhadora as escolas mais politizadas, como a Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP⁽⁹⁾. O velho prédio da UNE foi depredado, incendiado e destruído, numa ação comandada por um conhecido apresentador de televisão que convidou a população a invadir a entidade⁽¹⁰⁾. No incêndio, perderam-se todos os documentos do arquivo da UNE. Quase todas as enti-

(9) Para o levantamento dos acontecimentos no meio estudantil no imediato pós-golpe pesquisei as edições do jornal O Estado de S. Paulo e da revista Visão de abril e maio de 1964. Ver também o cap. X da obra de Poerner, pp. 218-30.

(10) Ver Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 3 de abril de 1964 ("Fogo na sede da UNE foi comandado por televisão: convite").

dades estudantis sofreram intervenção. Símbolo do projeto educacional nacional-desenvolvimentista, a Universidade de Brasília sofreu invasão e teve suas instalações arrasadas, seguindo-se a prisão de professores e alunos. No clima de incerteza e paralisia das semanas subsequentes, organizações que anteriormente não conseguiram nenhuma expressão no meio estudantil apresentaram-se temporariamente como as "autênticas" representações dos estudantes "democratas", ocupando as interventorias criadas pelo novo regime e considerável espaço nas páginas da imprensa golpista (11). Passado o momento inicial de medo e desorientação um professor da Universidade de São Paulo conseguiu a publicação de uma carta de protesto onde denunciava:

"Criou-se, evidentemente, um ambiente de pânico e revolta dentro da Universidade" (12).

Em seguida, o meio estudantil e a Universidade passaram a ser vasculhados pelos IPMS (Inquéritos Policiais-Militares), criados pelo Ato Institucional e regulamentados por lei de 27 de abril de 1964. A UNE, a Ação Po

(11) Nesse sentido, as notícias do jornal O Estado de São Paulo são uma boa amostra da polarização ideológica daquela época, bem como do caráter arcaico e obscurantista das acusações que se faziam ao movimento popular: as reportagens se referiam aos estudantes "totalitários" (de esquerda) ou "democratas" (os que apoiavam o golpe)

(12) Ver a carta do professor Paulo Duarte protestando contra a prisão dos professores M. Schemberg e W. Kerr e a invasão de faculdades na capital e no interior em O Estado de S. Paulo, 15-5-64 ("USP: professor formula protesto"). O fato do jornal acolher a carta de seu antigo colaborador já evidencia algumas discordâncias com os acontecimentos na área universitária.

pular, a JUC e o PCB mereceram inquéritos especiais. Apenas no IPM da UNE foram indiciados setecentos e cinquenta pessoas e, em junho de 1965, ainda se investigava nele as atividades de mais de uma centena de estudantes⁽¹³⁾. "Uma Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) composta de professores, reitores e funcionários indicados pelas autoridades foi instalada em cada universidade para levar a efeito os expurgos", o que permitiria aos professores e burocratas de posição conservadora mover perseguições a colegas por motivos puramente ideológicos⁽¹⁴⁾. A Universidade de Minas Gerais passou a ser dirigida diretamente por um interventor militar e os chamados "coronéis dos IPMs" se constituíram durante algum tempo em reitores efetivos de várias escolas. Na onda de acusações voltadas contra a universidade e o movimento estudantil, aquela foi acusada de estar ocupada por "pequenos agitadores e ladrões transformados em líderes" e a este foi atribuído o objetivo central de "subverter as instituições nacionais ou submeter a pátria ao calvário do anti-Deus"⁽¹⁵⁾. O ca-

(13) Os outros haviam sido absolvidos por "falta de provas": ver Visão, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1964 e 11 de junho de 1965).

(14) Ver MOREIRA ALVES, M.H., op.cit., p.66 e seqs. para a atuação dos interventores na Universidade e p.56 e seguintes para um relato sobre a instalação dos IPMS.

(15) A primeira citação está em História da UNE, cit. no depoimento de Altino Dantas (p.34); a segunda acusação foi citada por Poerner à p.232 de seu livro O poder Jovem (tais declarações foram extraídas do jornal Diário de Notícias, 13 de agosto de 1965 e 29 de setembro de 1964). Sobre o arcaísmo da reação golpista, no plano cultural, ver SCHWARZ, Roberto. O pai de família e outros estudos, Rio, Paz e Terra, 1978, pp.70.

râter arcaico e obscurantista desses ataques, que se inseriam no clima geral de retrocesso cultural da época, a gestão dos coronéis nas universidades e os protestos que começaram a aparecer na imprensa colaboraram decisivamente para superar a atitude de paralisia que caracterizou setores significativos do meio estudantil na conjuntura do imediato pré-golpe e para a criação de um clima geral de antipatia e condenação à política do governo militar⁽¹⁶⁾. É possível dizer, assim, que, logo nos primeiros meses, o regime deparou-se com uma oposição difusa e não-articulada no meio estudantil, que se aprofundaria depois com a luta contra a "Lei Suplicy".

A repressão sofrida pela Universidade e pelas organizações estudantis no imediato pós-golpe deve ser entendida como um capítulo da ofensiva geral das forças golpistas contra o movimento popular e os meios sociais onde a política populista encontrara mais respaldo. Entretanto, uma vez cumprida essa etapa, o regime militar não demorou a definir uma estratégia mais duradoura para o movimento estudantil, cujo objetivo central seria o de impedir as atividades políticas dentro da universidade. Com tal fim,

(16) Em setembro de 1964, o governo militar foi obrigado a dar satisfações à opinião pública sobre a prática de torturas e as arbitrariedades ocorridas em várias áreas da sociedade. Referindo-se às comissões de inquérito instaladas nas escolas superiores, o jornalista Carlos Castello Branco afirmava em nota de 15 daquele mês: "Cada coronel que desembarca numa Faculdade estaria (na visão de setores do governo, segundo ele) não propriamente trabalhando pela Revolução, mas ferindo gravemente o prestígio interno do Governo Revolucionário". (V. Os Militares no poder, cit. p. 130).

apenas dois meses após a derrubada de Goulart, o governo militar já dispunha de um projeto de lei que previa a extinção da UNE e das UEEs com sua substituição por organizações diretamente subordinadas ao Estado. A rapidez na elaboração dessa legislação - posteriormente conhecida como "Lei Suplicy", em referência ao ministro de Educação do governo Castelo Branco - permite supor que seus princípios gerais já estavam definidos antes mesmo da intervenção militar de abril.

Como já tinha apontado no capítulo precedente, o propósito de controlar as atividades políticas no meio universitário não era recente, estando presente no anteprojeto udenista da Lei de Diretrizes e Bases, apresentado, no final da década de quarenta, pelo então ministro Clemente Mariani. Anos depois, a preocupação dos políticos liberais com este tema continuava a existir, como o mostra o projeto do deputado udenista Geraldo Freire, prevendo a adoção de medidas de controle e fiscalização da entidade nacional dos estudantes, que tramitava na Câmara no momento do golpe⁽¹⁷⁾. No entanto, é fundamental para nossa análise ressaltar que tais projetos liberais elitistas não propunham a extinção da UNE, mas o seu controle e fiscalização, e tampouco previam a criação de uma estrutura de representação estudantil subordinada ao Estado. Assim, como procurarei mostrar mais adiante, defendia-se nessa perspectiva a "depuração" da UNE, com o afasta-

(17) Ver a íntegra do projeto em O Estado de S. Paulo, 3 de abril de 1964.

mento da influência da esquerda, mas não a sua destruição. Na conjuntura final do populismo, quando era mais intensa a articulação a favor da intervenção militar, o "autoritarismo de crise" dos setores liberais atuou no sentido de aproximá-los de posições existentes em setores das Forças Armadas, definindo-se então a UNE da Ação Popular como o inimigo comum a ser enfrentado. Essa aproximação apareceria no programa de entidades vinculadas ao IPES, como o Grupo de Ação Patriótica (GAP), criado especialmente para aglutinar estudantes universitários contrários aos "rumos comunizantes e anárquicos a que o governo estaria levando o país". Com esse objetivo, o GAP propunha em seu programa o "combate ao sistema de representatividade da classe estudantil (UNE e UEEs)" (18).

Contudo, uma vez vitorioso o movimento militar e vencida a etapa inicial de desarticulação da mobilização estudantil da fase populista, a política autoritária para o meio universitário define-se com rapidez não pela "depuração", mas pela extinção pura e simples da UNE e das demais entidades estudantis regionais. Em minha perspectiva, as raízes ideológicas dessa estratégia devem ser buscadas não no liberalismo antipopular mas na sub-ideologia militar da Segurança Nacional, cujas teses conquistaram a hegemonia na Escola Superior de Guerra, no decorrer da década de cinquenta. Se confirmada essa hipótese, a área estudantil universitária deve ser considerada como

(18) Ver SILVA, Hélio. Março-64, São Paulo, Editora Três, 1975, p.69 (Coleção História da República, vol. 19).

um dos primeiros setores da política autoritária onde se fez notar o crescimento da influência do grupo da ESG, no interior do aparelho de Estado, após a intervenção militar.

A Doutrina da Segurança Nacional foi desenvolvida na conjuntura internacional da "Guerra Fria" e defendia a existência de objetivos nacionais suprapolíticos, dos quais as Forças Armadas se fariam portadoras, como "encarnação viva da nação"⁽¹⁹⁾. Nela se defendia o alinhamento do Brasil no bloco ocidental, postulando-se que o contexto da guerra nuclear transformara radicalmente a situação dos conflitos entre as nações. Nessa ótica, o mundo se dividira em dois grandes blocos - o capitalista e o comunista - que, não podendo se enfrentar diretamente sem o risco da destruição mútua devido às armas atômicas, lutavam pela conquista de novos espaços de maneira permanente, mas indireta. Em tal quadro, a guerra convencional, direta e de agressão externa, seria progressivamente ultrapassada pelo conflito indireto entre o mundo comunista e o mundo ocidental. Ao mesmo tempo, a guerra se transformara, na visão desses ideólogos, num conflito total, global e permanente, onde "não se sabe já distinguir onde finda a paz e onde começa a guerra"⁽²⁰⁾. Nesse contexto, ainda

(19) A este respeito v. SAES, Classe média..., cit.p.158. A minha análise dos aspectos essenciais da doutrina de Segurança Nacional baseia-se essencialmente em MOREIRA ALVES, op.cit. e em RIZZO DE OLIVEIRA, Eliezer As Forças Armadas: política e ideologia (1964-1969), Petrópolis, Vozes, 1976. (v. cap.I "Segurança Nacional - doutrina e ideologia").

(20) Ver MOREIRA ALVES, op. cit., p. 36 apud Golbery do Couto e Silva. Conjuntura política nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil, p. 24.

segundo a DSN, crescia significativamente o uso da subversão interna pelo comunismo internacional, podendo esta exprimir-se através da insurreição direta ou, como ocorreria com mais frequência, através da guerra revolucionária: "conflito normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação" (21). Como já destacaram vários analistas, a noção de guerra assim estendida passava a abranger "toda iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas do Estado" (22). A agressão indireta se faria preferencialmente através da guerra psicológica - lenta e gradual ação que visaria explorar as vulnerabilidades da democracia ocidental, conquistando as mentes e criando as condições para a posterior tomada do poder. O recrutamento para este tipo de guerra seria realizado no próprio interior do país-alvo, podendo visar o "público interno" (militares, civis com função em áreas militares) e o "público externo" - praticamente todos os setores da sociedade passíveis de serem influenciados pelo comunismo.

No interior do "público externo", os estudantes apareceriam como um setor social particularmente sensível à guerra psicológica, no enfoque da DSN. Vimos já como o IPES concentrara sua atenção nas entidades univer-

(21) Manual Básico da Escola Superior de Guerra, p.78, citado em MOREIRA ALVES, op.cit., p. 37.

(22) A afirmação está em MOREIRA ALVES, op. cit., p. 37.

sitárias e apontamos acima como em seu seio surgiram as primeiras idéias de neutralizar a UNE. De resto, o ideólogo principal da ESG se encarregara, ainda nos anos 50, de definir a importância das atividades estudantis sob a ótica da segurança interna:

"A democracia ocidental não dispõe de recursos eficientes para combater a infiltração comunista, especialmente entre a juventude, posto que o respeito à consciência individual e a dignidade humana dificultam a repressão eficaz da atuação desagregadora da quinta-coluna soviética". (grifo meu) (23).

Em 1964 a ascensão dos militares ao poder removeria tais obstáculos e abriria o caminho para a referida "repressão eficaz" postulada por Golbery do Couto e Silva. Nesse contexto, o movimento estudantil foi visto, desde o início, como uma área potencial de "subversão", que preencheria, depois, numerosos dos "índices de inconformismo" enumerados pelo Manual Básico da ESG. A "Lei Sublicy" visaria, assim, estabelecer uma "contra-ofensiva preventiva" na Universidade, antecipando-se à retomada das atividades políticas estudantis, através do controle de suas entidades. Guardadas as diferenças entre a categoria estudantil e o meio operário, o que se pretendia era estender àquela os limites do sindicalismo de Estado, obviamente sem a instituição do imposto sindical, mas com o recurso da subordinação das candidaturas à regulamentação do Estado e através da implantação do controle direto do Ministério da Educação sobre as atividades e as contas

(23) O trecho, de autoria de Golbery do Couto e Silva, está citado em RIZZO DE OLIVEIRA op. cit., p. 33.

dos organismos estudantis.

Algumas páginas atrás, fiz menção à importância da autonomia das entidades estudantis para a retomada de suas mobilizações políticas. Anteriormente, considerei também a questão da propalada "dependência" da UNE na fase populista, definida pelos setores conservadores como a sua dependência das verbas do Estado e mesmo de recursos estrangeiros. Vimos assim, como as verbas recebidas pela UNE não comprometiam sua autonomia política frente às políticas do governo populista. Aqui, o ponto central a ser destacado é que a UNE e as UEEs não se subordinavam a uma estrutura de representação "de Estado", promovendo livremente suas eleições, com candidaturas isentas de proibições ideológicas, e não se subordinando organicamente a nenhum setor do aparelho de Estado. Por outro lado, mencionei também, de passagem, que o Estado autoritário iria atacar as formas populistas do sindicalismo sem, no entanto, alterar os aspectos centrais do sindicalismo operário de Estado. Nesse quadro, o objetivo central da "Lei Suplicy" passou a ser a anulação da autonomia da representação estudantil.

Apresentada em forma de projeto no mês de junho e aprovada com o nº 4464 em 11 de novembro de 1964, a "Lei Suplicy" propunha-se na visão do seu autor, a:

"salvar a universidade, instituir uma elite autêntica e deixar de lado a UNE" (24) (grifo meu),

(24) Declaração do ministro Flávio Suplicy de Lacerda em O Estado de S. Paulo, 21-10-64 ("Suplicy debate reestruturação dos grêmios").

revogando assim o decreto getulista que regulamentara, em 1942, o funcionamento da entidade nacional dos universitários. No lugar da UNE e das UEEs, o governo militar propunha a construção de uma nova estrutura de representação: os diretórios estudantis em cada escola substituiriam os centros acadêmicos (entidades civis, até então); acima deles, ficariam os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs), eleitos por voto indireto pelos representantes dos primeiros; os vários DEEs elegeriam, também indiretamente, a cúpula do Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), cuja sede seria em Brasília. A lei vinculava os diretórios de cada escola à administração universitária e a entidade nacional, além das regionais, ao Ministério da Educação. Impunha diversos limites às candidaturas⁽²⁵⁾, subordinava as eleições ao controle dos burocratas do ensino e criava o voto obrigatório. Segundo ex-líderes estudantis, este último contribuiu, no ambiente de oposição generalizada que caracterizaria o meio estudantil nos anos seguintes, para trazer às eleições o voto amplamente contrário à política do governo. Ainda de acordo com alguns ex-militantes, o governo militar teria se inspirado nos sindicatos estudantis criados na Espanha de Franco, ao conceber a estrutura prevista na nova lei.

No texto da lei nº 4464 atribuía-se ao DNE, no artigo 10º, a função da "aproximação entre os estudantes

(25) Não poderiam se candidatar os repetentes, dependentes ou estudantes em regime parcelado, o que confirmava que, na ótica do governo militar, o "estudante é para estudar" (v.as interdições no art. 6º).

e o Ministério da Educação e Cultura". Ao conjunto das entidades pretendia-se conferir o papel de órgãos de "colaboração" e "assessoramento" junto ao governo. Finalmente, retomavam-se as disposições já contidas nos projetos anteriores da UDN:

"É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares" (26).

Paradoxalmente, o governo não tomou medidas complementares imediatas no sentido de impedir o funcionamento da UNE também como entidade civil, o que pode ser atribuído à sua visão de que a força da entidade era "artificial" e devida a fatores externos, não representando as aspirações dos "verdadeiros estudantes". Vimos já em parte precedente como o crescimento da UNE deu-se no bojo de um processo de radicalização geral do meio estudantil no início dos anos 60 e à sua capacidade de expressar as reivindicações dos universitários. Na ótica oficial, no entanto, esses fatores não eram considerados e o pensamento dominante parecia ser o de que a simples criação da estrutura de representação subordinada ao Estado retiraria conteúdo à existência da UNE, impedindo a sua "manipulação" pelas forças esquerdistas. Essa visão aparece com nitidez nas declarações do ministro Suplicy de Lacerda, logo após

(26) Lei nº 4464 de 9 de novembro de 1964, art. 14.A "Lei Suplicy" foi aprovada no Congresso por estreita margem de votos, 126 a favor e 117 contra, além de 5 abstenções, o que denota a existência de amplos setores políticos desfavoráveis à extinção da UNE.

a aprovação da lei de sua autoria:

"Se sobreviver nessas condições, (a UNE) terá dado prova de capacidade e de autenticidade de representação, pois sobreviverá sem o estímulo de gordas e fáceis dotações federais" (27).

Os acontecimentos subseqüentes capacitariam o movimento estudantil a responder positivamente ao desafio do ministro. Frente à retomada das mobilizações e ao fracasso efetivo da legislação autoritária, um decreto presidencial proibiria finalmente, no início de 1966, o funcionamento da UNE também como associação civil, o que fez surgir daí em diante o termo "Ex-UNE" nas referências da imprensa à intensa atividade clandestina daquele organismo nos anos 1967-68⁽²⁸⁾. Essa proibição estendeu-se depois a qualquer entidade estudantil a nível de diretório, com a publicação do chamado "Decreto Aragão", no início de 1967, pelo novo ministro da educação. A ineficácia da tentativa inicial de substituir a UNE pelo DNE refletiu-se aí na decisão de anular a existência deste último e procurar substituí-lo por uma entidade denominada Conferência Nacional dos Estudantes, que também não conseguirá sobrevivência

(27) O Estado de S. Paulo, 23-12-64, ("Suplicy dá balanço de sua pasta").

(28) Antes de proibir a UNE, o governo militar ordenara a invasão do refeitório estudantil do Calabouço, no Rio de Janeiro, onde a entidade nacional e a UME funcionavam precariamente. "A partir dessa invasão, a UNE não mais montou sede, funcionando em vários Centros Acadêmicos e se tornando efetivamente itinerante por todo o país", afirma Altino Dantas, presidente da entidade na gestão 1965-66 (História da UNE, cit., p. 38).

efetiva (29).

A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL À POLÍTICA AUTORITÁRIA

A oposição do meio estudantil à tentativa de subordinar ao Estado as suas entidades representativas e de proibir o recurso às suas formas tradicionais de expressão política, como as greves e manifestações públicas, não se fez esperar. Antes mesmo da aprovação da primeira das leis autoritárias, tornou-se evidente que o meio universitário resistiria tenazmente às decisões que visassem a sua exclusão política e a anulação de sua capacidade de influenciar as decisões educacionais. A defesa da UNE passou a ser, desse modo, um ponto comum nas manifestações das mais diversas tendências do movimento, excetuando-se aí alguns grupos francamente minoritários. Nesse sentido, procurarei mostrar, em seguida, que o protesto inicial contra a política autoritária de exclusão dos estudantes não se limitou às correntes de esquerda, de resto relativamente desarticuladas até o final de 1964, devido à rigorosa perseguição que sofreram após o golpe. Ao contrário, nas condições de repressão que se seguiram à derrubada de Goulart, seriam as próprias entidades que, no meio estudantil, deram apoio tácito ao golpe, as primeiras a se levantarem contra a "Lei Suplicy", um fato até aqui pouco conhecido tanto pelas análises, quanto pela esquerda

(29) Ver o Decreto-Lei 228 de 28 de fevereiro de 1967, que revogava a "Lei Suplicy". Segundo este a finalidade da Conferência Nacional dos Estudantes seria "o exame objetivo de problemas universitários, para a elaboração de teses, sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgãos competentes, sendo vedados os temas de cunho religioso, partidário ou racial" (art.18).

estudantil. Logo após o golpe de 1964, a tentativa autoritária de controlar a representação estudantil encontrou oposição também entre os portadores da orientação liberal antipopular, que se manifestaram contrariamente à perda das entidades e à subordinação da representação estudantil ao Estado. Como explicar este fato, se a UNE fora um dos principais alvos do ataque dessa corrente, no período anterior ao golpe?

Na realidade, como já apontei acima, o liberalismo elitista não se colocava exatamente contra a UNE, mas contra o domínio da UNE pelas correntes de esquerda. Nesse sentido, não pretendia a sua extinção mas a sua "renovação", colocando-se contra a perda de uma entidade que considerava de fundamental importância para a representação dos interesses dos estudantes "democratas". Vejamos como se manifestou concretamente essa orientação nos meses subsequentes ao golpe de abril.

Silenciadas as vozes das entidades que integraram a frente antiimperialista e popular antes de abril de 1964, as primeiras manifestações de descontentamento do meio universitário diante das medidas anunciadas pelo governo militar originaram-se das entidades que haviam escapado ao fechamento e à repressão, porque haviam se colocado tacitamente a favor da intervenção militar. Trata-se, como foi visto, das UEEs de Pernambuco, Minas Gerais e Paraná (cujas orientações na conjuntura do golpe mereceriam um estudo específico) e da União Metropolitana dos Estudantes, do Rio de Janeiro, talvez a entidade, depois da UNE, de maior tradição política no movimento universitário

rio. As posições defendidas por esta última organização constituiriam o exemplo mais significativo da oposição liberal ao golpe. Ao lado disso, a evolução posterior em direção a posições antiditatoriais, com a sua retomada pelas forças de esquerda em 1966, faz desta entidade um exemplo de especial interesse na trajetória do meio estudantil: em mãos da esquerda até 1963, a UNE passou à hegemonia liberal-elitista na conjuntura do golpe para, logo depois, voltar a ser dirigida pelas correntes de esquerda. Vejamos, agora, as suas posições frente à política autoritária.

Já em junho de 1964, a União Metropolitana dos Estudantes dirigia-se ao presidente Castelo Branco para manifestar a sua preocupação com as anunciadas modificações planejadas pelo governo na área estudantil. Pela importância desse documento na definição das posições que examino, transcrevo integralmente o telegrama da UNE ao marechal-presidente:

"Universitários cariocas, através de seu órgão representativo, dirigem-se respeitosamente a V. Exa., face sugestão ilustre Ministro da Educação extinção entidades estudantis, a fim de ponderar sobre fato inédito nossa vida política. Acreditamos patrióticos princípios e ideais democráticos grande maioria estudantes nacionais. Apelamos V.Exa. evitar marginalização juventude brasileira permitindo sejam reorganizadas suas entidades representativas. Lembramos ilustre Presidente continuamos disposição V. Exa. conforme entendimento verbal Rio, a fim de apresentar sugestões relacionadas entidades estudantis" (grifos meus) (30).

(30) O telegrama está publicado em POERNER, op. cit., p. 255, talvez a única fonte que registrou as atividades dessas entidades depois do golpe (devido à posi-

Como se pode notar à primeira leitura, os dirigentes da UME colocavam-na como uma entidade situada no campo antipopulista, que se propunha a colaborar e fornecer sugestões ao governo militar (considerado legítimo) embora preocupados com os rumos da política do regime militar no setor estudantil. Os grifos no documento visam destacar o argumento central desta parte do trabalho: a presença da defesa liberal das entidades de representação estudantil e do direito de manifestação política dos estudantes "democráticos". Entretanto, apesar dos apelos da UNE, o governo militar insistiu na aprovação da "Lei Sublicy" e na manutenção do conteúdo já examinado deste decreto.

Diante disso, uma vez aprovada a lei, a UME abandona o diálogo e passa à oposição frontal contra a política autoritária. Assim, quando em março de 1965 o presidente Castelo Branco deparou-se com a primeira manifestação pública de repúdio ao regime, no episódio da vaia que recebeu dos estudantes durante a aula inaugural da Universidade do Brasil, as posições da UME frente ao governo federal já tinham sofrido alteração significativa: em nota oficial, a entidade carioca defendeu a espontaneidade daquele protesto estudantil, referindo-se à posição adotada pelos órgãos estudantis de não participar do evento, "em

ção deste autor, favorável a uma aliança com os liberais no meio estudantil). Como veremos depois, era esta a posição do PCB no pós-64, de resto francamente minoritária no interior das forças de esquerda. Os entendimentos da UNE com o presidente Castelo Branco voltaram a se repetir em fins de agosto, também sem resultados (v. O Estado de S. Paulo, 30-8-64, "Castelo dialoga com estudantes").

sinal de protesto pacífico contra as medidas adotadas pelo governo de liquidação do movimento estudantil: (grifo meu) fechamento de DAs, punições e prisões por motivos políticos". Em seguida, afirmava-se no documento:

"Achamos que a referida manifestação é um produto automático das ações do governo, contrárias aos interesses estudantis e seus sentimentos democráticos" (31).

Colocando-se totalmente solidária aos estudantes presos depois do incidente, a UME expressava com nitidez os propósitos liberais de preservação da autonomia das entidades estudantis e de oposição à política autoritária, em seus aspectos repressivos e excludentes. Esta posição não seria, de resto, exclusiva da UNE: nas resoluções do II Conselho Extraordinário da União Nacional dos estudantes, realizado em janeiro de 1965, com presença amplamente majoritária dos delegados de entidades sob hegemonia liberal, as mesmas posições de defesa da autonomia estudantil aparecem novamente (nessa reunião, a esquerda estudantil contou apenas com as delegações da UEE de São Paulo e da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB), ambas sob controle da AP). No documento publicado após o encontro, o predomínio das posições liberais elitistas evidencia-se especialmente no capítulo intitulado Liberdades democráticas, onde se pode ler:

(31) Ver POERNER, pp.257-58, para a íntegra do documento da UME.

"Na atual conjuntura, tem o Brasil vivido momentos de verdadeiro terror, com o desrespeito aos princípios fundamentais que amparam uma autêntica sociedade democrática e, por isto mesmo, progressista" (32).

Manifestava-se, assim, no meio estudantil, de forma precoce, uma nítida condenação liberal à política do Estado autoritário. Em seguida, é possível desvendar no texto as motivações que provocaram o apoio liberal ao golpe e, ao lado delas, as razões de seu repúdio à militarização:

"Com o pretexto de sanear uma sociedade, impediram que parte desse todo se fizesse representar através de seus legítimos mandatários, o que culminou com inúmeras cassações de direitos políticos. E, como se não bastasse, deixou-se de cumprir decisões judiciais, ignorando-se mandados de soltura e outras medidas" (grifo meu) (33).

Finalmente, na parte destinada especificamente às aspirações estudantis, a orientação liberal expressava-se, em janeiro de 1965, na defesa da "participação do estudantado no movimento político nacional" e na preocupação com as medidas que pusessem em risco a "democratização do ensino". A meu ver, essas reivindicações representam o ponto de união das aspirações do meio estudantil na quele momento e fundamentaram o repúdio dos universitários

(32) Ver UEE-SP, "Resoluções do II Conselho Extraordinário da União Nacional dos Estudantes" mimeo, jan. 65. A UEE publicou o documento precedido de uma introdução onde registra sua oposição à diretoria eleita no encontro. No entanto, o simples fato de tê-lo publicado já é um sinal de que as posições aí expressas eram contrárias ao governo.

(33) Idem, ibidem.

ã legislação "Suplicy". No entanto, como já afirmei anteriormente, o liberalismo antipopular postulava a preservação do movimento estudantil "depurado" da influência da esquerda e procurava apresentar-se como o porta-voz das "legítimas aspirações estudantis" e dos "estudantes democratas". Nesse quadro, por surpreendente que possa parecer, os primeiros meses após o golpe presenciariam frequentes manifestações dos setores estudantis udenistas em defesa da UNE. O título de uma reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, em março de 1965, sintetizaria com rara precisão o conteúdo das aspirações liberais: "Estudantes do Paraná querem a UNE, renovada"⁽³⁴⁾. Abre-se, assim a possibilidade de se entender porque o mais notório líder golpista da UDN fez-se, na fase seguinte, defensor da existência da UNE (em agosto de 1964, o ex-governador Carlos Lacerda condenou o ataque à entidade e defendeu a autonomia dos órgãos estudantis e a devolução da sede da UNE aos estudantes): "É melhor deixar a UNE funcionando e fechar o Ministério da Educação"⁽³⁵⁾. Dessa maneira, com base na pesquisa realizada, é possível afirmar que a sus-

(34) Ver a reportagem na edição de 14-7-64, p. 8.

(35) A declaração está em Visão, 6 de agosto de 1965. Pouco antes, Lacerda passara a atacar pela imprensa a figura do presidente Castelo Branco. Para mais relatos da oposição de Lacerda e dos estudantes udenistas à extinção da UNE ver O Estado de S. Paulo, 23-3-65 onde se noticia o encerramento da VII Convenção dos Departamentos estudantis da UDN, em Curitiba ("Lacerda foi aclamado por estudantes"). A defesa da autonomia das entidades está em matéria anterior, de 16-8-64 ("Lacerda examina questões estudantis com universitários").

tentação da política autoritária de destruição da UNE e da representação estudantil contou no meio universitário apenas com a adesão extremamente minoritária de algumas tendências que parecem representar os setores burgueses do estudantado (por exemplo, o "C.A. Horácio Lane" da Universidade Mackenzie e o "Partido da Representação Acadêmica", da Faculdade de Direito da USP) (36).

Apesar das evidências, no entanto, a presença de uma orientação liberal antipopular ativa no meio estudantil do pós-64 não tem sido considerada pelas análises existentes. A meu ver, a argumentação precedente evidencia que ela não pode ser ignorada e a análise deve acompanhar a evolução de sua influência e o papel que essas correntes possam ter desempenhado nos anos seguintes.

Por sua vez, a acentuada polarização ideológica do pré-golpe colocaria obstáculos intransponíveis a uma possível aliança entre as tendências liberais e as correntes da esquerda universitária, na defesa de objetivos comuns, como a liberdade de participação política dos estudantes. Por parte dos liberais, o afastamento da influência da esquerda era considerada como indispensável para a formação de um movimento estudantil "autêntico". A esquerda estudantil, por seu lado, procurava englobar todas as posições que integraram o apoio ao golpe sob a designação

(36) Tais organizações aparecem com freqüência no noticiário do jornal citado, que procura superdimensionar a influência delas (v. especialmente as edições de junho a outubro de 1964).

de "direitistas". Nesse sentido já tínhamos ressaltado a tendência das correntes de esquerda a considerar "espúria" a orientação liberal na universidade. No pós-64, num contexto geral onde os dois campos tinham há poucos meses se confrontado diretamente, mantém-se evidentemente essa caracterização. Para o presidente de UNE em 1967-68, a situação do meio estudantil carioca depois do golpe era amplamente desfavorável à esquerda (que se refugiou no C.A. da Faculdade Nacional de Direito) e "no resto do movimento estudantil da Guanabara ainda predominava a direita"⁽³⁷⁾. Tal avaliação, se plenamente justificada no clima político da época, impedia os líderes de esquerda de perceberem divergências que se estabeleciam no próprio campo golpista. Assim, quando a UEE de São Paulo procura marcar posição contra a diretoria da esquerda que permitiu o predomínio liberal, ela acusa aquela diretoria de estar "sob influência nefasta de interventores e elementos ligados à atual política do Ministério da Educação e Cultura". No entanto, seria esta diretoria da UNE a responsável pelo documento que examinamos acima, onde as divergências com o governo militar estão plenamente caracterizadas⁽³⁸⁾. Nos anos seguintes, como veremos, a análise de conjuntura que

(37) Ver o depoimento de Vladimir Palmeira em CASO, A. A esquerda armada no Brasil, 1967-71, cit., p. 23.

(38) No próprio documento da UEE reconhecia-se que apenas as UEEs de Minas, Maranhão e Paraíba "eram interventorias ou conseqüência das interventorias". De resto, como afirmamos na nota 32, se as posições daquele encontro fossem favoráveis à política autoritária a UEE não as teria publicado.

seria realizada pela esquerda reforçaria a sua propensão a situar os críticos liberais da militarização no campo das correntes inimigas.

Para fins dessa análise, interessa sobretudo destacar que o repúdio à política autoritária para a universidade se constitui num ponto comum ao conjunto da categoria estudantil, logo depois do golpe. Desse modo, embora não atingisse as proporções que a historiografia do movimento lhe tem atribuído, o plebiscito realizado pela UNE em março de 1965 expressaria uma significativa condenação da "Lei Suplicy" no seio do estudantado⁽³⁹⁾. Por outro lado, a luta contra a legislação autoritária se configuraria na motivação inicial para a reaglutinação política e organizativa do movimento, durante o ano de 1965 e, nesse quadro, criaram-se as condições iniciais para a gradativa retomada da influência da esquerda. Por fim, vale salientar que o movimento apresentou-se em 1965 ainda bas

(39) Num total de 24.513 estudantes universitários da Guanabara, foram consultados 7.584 e os votos contrários à lei atingiriam 80%. Estes dados estão em BRITO, Sulamita. "A juventude universitária e a política" em Cadernos Brasileiros, Rio, julho-agosto de 1968, nº 48, pp. 5-19. Aí, Sulamita afirma que a dificuldade de conseguir dados sobre os resultados conseguidos fora do Rio e de São Paulo poderia ser atribuída "ao receio dos estudantes em fornecer os dados exatos da amplitude ou debilidade do movimento estudantil". Há notícias sobre os resultados de São Paulo em O Estado de S. Paulo, edições de 26 a 31 de março de 1965. O repúdio à lei coincidiria assim com o primeiro aniversário do golpe. Por outro lado, os dados divulgados pela UNE e citados por Poerner, segundo os quais 92,5% dos universitários de todo o país votaram contra a lei parecem bastante improváveis. (v. p. 260, onde há cifras detalhadas sobre os resultados na Guanabara, escola por escola).

tante desarticulado, em relação à intensa atividade do ano seguinte (v. quadro I), concentrando sua atuação apenas na Guanabara, em São Paulo e Brasília. Passemos, então, ao momento seguinte da luta estudantil do pós-64.

POLÍTICA REPRESSIVA E MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL

A luta contra a repressão policial promovida pela "ditadura militar" foi o aspecto central das manifestações universitárias de 1966. (v. quadros II e III). Mal vieram à luz, os protestos estudantis, voltados inicialmente para os problemas educacionais, tiveram que se defrontar com intensa e imediata ação repressiva que mudou o eixo das mobilizações para a solidariedade inter-estudantil e a denúncia da "repressão". Por sua importância na definição do conteúdo das reivindicações daquela fase, vale situar o contexto em que se daria a opção autoritária pelo enfrentamento do movimento estudantil como uma mobilização "subversiva".

As análises sobre o processo político brasileiro do pós-64 têm em geral concordado em caracterizar a decretação do segundo ato institucional, em outubro de 1965, como o início da primeira fase de aprofundamento do processo de militarização do Estado⁽⁴⁰⁾. Definido como um "golpe dentro do golpe", o Ato nº 2 significou a resolução das tensões internas às Forças Armadas no sentido do abandono das formas liberais e democráticas e da neutrali

(40) Ver, por exemplo, FLYNN, op. cit., p. 338 e segs; RIZZO DE OLIVEIRA, op. cit., p. 64 e segs; MOREIRA ALVES, op. cit., p.91 e segs e SAES, op.cit., p. 168.

zação do conjunto da "classe política". As medidas aí previstas - eleições indiretas para presidente da República, extinção dos partidos políticos, direito de cassação de mandatos parlamentares - transformaram o parlamento em uma instituição sem poderes e abriram espaço para uma outra fase repressiva. Em seguida, a extensão da forma indireta às eleições para os executivos estaduais e a decretação da nomeação dos prefeitos das capitais (previstas no AI-3) aprofundariam as discordâncias entre os representantes políticos e o grupo militar dirigente. Em outubro de 1966, o governo fechou por um mês o Congresso. À mesma época, políticos dissidentes, como o ex-líder golpista Carlos Lacerda, passavam a procurar a formação de uma aliança das oposições liberais burguesas, com a proposta da Frente Ampla.

A intensificação da militarização fez-se acompanhar do reforçamento da política de Segurança Interna, na perspectiva da Doutrina da Segurança Nacional. Nesse sentido, como parte da Grande Estratégia, que deveria criar as condições para a implementação da Política Nacional (Política de Desenvolvimento e Política de Segurança), a DSN definia uma Estratégia Psicossocial, voltada para as instituições da sociedade civil, entre as quais se destacava a Universidade. Em cada área social, onde potencialmente estivessem presentes condições para o surgimento de "óbices, antagonismos e pressões" contra a política do Estado, caberia àquela estratégia avaliá-los, com o objetivo de definir o "grau de coerção" exigido pelos diferentes graus de oposição" encontrados. O Manual Básico

da ESG era extremamente explícito neste ponto, ao fornecer um conjunto de "índices de inconformismo" a serem permanentemente medidos, a fim de determinar a política a ser adotada⁽⁴¹⁾. Como procurarei mostrar em seguida, o movimento estudantil preencheu em 1966 a maior parte das condições que o configurariam como uma "ameaça" à Segurança Interna, justificando-se, na ótica da DSN, o emprego da coerção para eliminá-lo.

Em outubro de 1964, o jornal O Estado de S. Paulo alertava o governo federal: "o setor estudantil é um daqueles em que a Revolução não logrou ainda introduzir o seu processo de saneamento"⁽⁴²⁾. A promulgação e posterior aplicação da legislação autoritária não conseguiria mudar esse quadro. Com exceção dos diretórios estudantis, criados na maioria das escolas, a estrutura de representação "de Estado" não chegou efetivamente a se consolidar no nível das entidades regionais e da entidade nacional. Além disso, mesmo nos primeiros, as eleições realizadas a partir de 1965-66 presenciariam a retomada da influência da esquerda universitária, num processo favorecido inclusive pela obrigatoriedade do voto. Dessa maneira, as correntes de esquerda passaram a deter a hegemonia não apenas nos centros acadêmicos que conseguiram manter-se em funcionamento, nas escolas mais politizadas. Por outro lado, a UNE mostrou-se capaz de sobreviver aos objetivos da

(41) Ver MOREIRA ALVES, op. cit., p. 36 e segs.

(42) Ver o editorial sobre a crise da Faculdade Nacional de Direito na edição de 21-10-64.

"Lei Suplicy", realizando seu último congresso legal em julho de 1965⁽⁴³⁾ e, a partir daí, desenvolvendo intensa atividade clandestina. Quando as UEEs foram enfim proibidas, passaram a atuar nas mesmas condições.

A sobrevivência da autonomia organizativa do movimento estudantil e a permanência da UNE, mesmo na clandestinidade, marcaram o fracasso das expectativas autoritárias de controle do meio estudantil. Ao contrário, as correntes de esquerda conseguiriam reorganizar suas atividades e retomar sua influência no movimento. Já no final de 1964, os remanescentes da Ação Popular detinham a direção da UEE de São Paulo⁽⁴⁴⁾. Enquanto isso, no Rio de Janeiro (então estado da Guanabara), o intenso processo de divergências, iniciado nas bases estudantis do PCB, não impediu que as correntes que depois se denominariam as "Dissidências" voltassem à direção dos centros acadêmi

(43) O congresso da UNE se efetuou na Escola Politécnica de São Paulo, reunindo cerca de 400 delegados. Sua principal resolução foi o boicote à Lei Suplicy, transformando o dia 16 de agosto num "Dia Nacional de Luta". Para um relato mais pormenorizado, ver o depoimento de Altino Dantas em História da UNE, p. 33-34.

(44) Em fevereiro de 1965, o jornal O Estado de S. Paulo, denuncia a rearticulação da esquerda na UEE, desde outubro do ano anterior. Segundo o diário citado, a chapa eleita naquela data para reestruturar a entidade compunha-se de membros da AP, da JUC e de estudantes "democratas" (v. "Comunistas alojados da UEE; manifesto", na edição de 2-2-65). Para Poerner, nos meses após o golpe, "a AP, desorganizada internamente pela repressão e incapaz por conseguinte, de levantar o movimento estudantil, se refugiava em São Paulo - onde estabeleceu, a partir daí, o seu quartel general" (v. p. 256).

cos mais importantes; no ano seguinte (1965), estas alcançaram a hegemonia na União Metropolitana dos Estudantes, encerrando assim um período de três anos de predomínio liberal⁽⁴⁵⁾. Por fim, na União Nacional dos Estudantes, o congresso de julho de 1965 possibilitaria o retorno da Ação Popular à direção nacional do movimento e, posteriormente, nas condições da clandestinidade, a entidade se tornaria território exclusivo das correntes de esquerda⁽⁴⁶⁾. Nos capítulos seguintes, procurarei acompanhar as transformações ideológicas que ocorriam no nível da vanguarda estudantil nesta fase, bem como as alterações na relação de forças no interior da esquerda universitária. Aqui, entretanto, interessa registrar sobretudo que a retomada da influência da esquerda significou o fracasso também das perspectivas do liberalismo antipopular para o movimento estudantil. Ao contrário das aspirações liberais, a preservação das atividades estudantis não se fez acompanhar de sua "depuração". Nesse sentido, seus objetivos de neutralizar a influência da esquerda e reservar o movimento aos estudantes "democratas" estariam destinados ao insucesso. Quais seriam as razões da vitória das correntes políticas de esquerda sobre as posições liberais no meio estudantil do pós-64? Para examinar esta questão, voltemos às mobilizações de 1966.

(45) Ver o depoimento citado de Vladimir Palmeira em A Esquerda Armada...

(46) Para as resoluções do congresso ver O Estado de S. Paulo, 19-8-65.

O PROTESTO ANTIDITATORIAL DE 1966

O fracasso da legislação autoritária de controle do meio universitário e os sinais de retomada da atividade e influência da esquerda bastariam já para definir a universidade como uma área de preocupação, na ótica da política de segurança interna. A volta dos estudantes às ruas e a inédita onda de solidariedade que tomou o movimento estudantil após as primeiras ações repressivas do regime contribuiriam para completar o quadro e, no contexto de "fechamento" político de 1966, determinar a alternativa repressiva como meio de tratar a rebeldia do estudante. Entre os "índices de inconformismo" que a DSN propunha considerar na configuração da atitude do governo diante da sociedade destacavam-se:

1. A maior ou menor quantidade de núcleos de inconformismo;
2. o grau de intensidade de sua atuação;
3. a qualidade e quantidade de pessoas que integram esses núcleos;
4. as repercussões emocionais provocadas pela sua atuação no seio da população" (47).

Com base em tais índices, o governo militar definiu o meio estudantil como um dos objetivos privilegiados de sua ação "contra-ofensiva". Desse modo, os analistas políticos da imprensa puderam registrar, já no início de abril de 1966, os sinais de endurecimento: "Nos dois últimos relatórios ao governo, mostra-se o SNI preocupado com a inquietação nos meios estudantis, pressentindo que aí se localiza o perigo próximo" (48). Em seguida, o

(47) MOREIRA ALVES, op.cit., p. 45

(48) Ver a nota de 6 de abril de 1966 em Os militares no Poder, p. 463.

próprio marechal Castelo Branco dedicaria ao movimento universitário um diagnóstico que antecipava o tratamento posterior que o regime destinaria aos estudantes:

"O governo chegou à conclusão de que a agitação estudantil que se observa neste momento tem inspiração comunista e alcance subversivo e vai agir em conseqüência" (49).

Com essa perspectiva, o regime militar reprimiu com violência todas as reuniões estudantis consideradas proibidas e colocou nas ruas um aparato de repressão até então desconhecido no Brasil na ação contra protestos universitários. Em março, o ciclo de passeatas, seguidas de repressão e protestos em solidariedade, enfrentados com novas ações repressivas, apenas esboçou os acontecimentos do segundo semestre (v. quadro II). Alguns meses depois, fins de julho, o governo federal acionou a polícia militar e tropas das Forças Armadas em Belo Horizonte a fim de impedir a realização do 28º congresso da proscrita União Nacional dos Estudantes. Deu-se início à prática de ocupar as áreas centrais das cidades com imensos aparatos repressivos com a propósito de conter as atividades estudantis. Conforme relato da época, nessa ocasião, "eram cinco mil homens e 400 carros da Polícia Militar, do Exército, da Aeronáutica e da Guarda Civil" (50), além de for-

(49) Visão, 29 de abril de 1966, p. 12.

(50) Ver o relato da operação militar contra o 28º Congresso da UNE em Jornal da Tarde, 28-7-66 ("Sinal Vermelho para a UNE"). As tentativas de transformar a UNE numa ameaça à paz interna têm um bom exemplo nas declarações do Secretário da Segurança de Minas,

ças de outros organismos de repressão política. No entanto, apesar dessas medidas, a "ex-UNE" conseguiu reunir-se no interior de um convento católico. Poucos dias depois, a polícia militar de São Paulo invadiu o local onde legalmente se realizava o congresso da UEE paulista, dissolvendo a reunião e prendendo 178 estudantes⁽⁵¹⁾. Este último incidente se constituiria na motivação inicial para a extensa série de protestos estudantis que se estenderam por dez dias em todo o território do país e passaram a ser conhecidos depois como a "Setembrada". (v. quadro III).

Confirmando a tendência à repressão mais violenta nos estados onde a polícia militar fugia completamente do controle dos governadores (Minas e Guanabara, onde elegeram-se candidatos considerados de oposição), o ato seguinte aconteceria no Rio de Janeiro, onde 20 mil policiais e soldados atacaram com inusitada violência uma manifestação de protesto contra a repressão em São

à época da reunião: segundo ele, se realizado, "o certo seria o ponto de partida para um movimento nacional destinado a promover a dissolução violenta da estrutura social" (O Estado de S. Paulo, 27-7-66). Ver também as edições do ESP de 28 a 30 de julho de 1966. Para um relato detalhado do encontro ver História da UNE, p. 39 e segs e também POERNER, p. 269 e segs. As resoluções do congresso estão publicadas na íntegra em História da UNE, pp. 114-116.

(51) POERNER, p. 274. Ver também O Estado de S. Paulo, 8-9-66 ("Dops proíbe ação da UEE").

Paulo⁽⁵²⁾. Houve mais de uma centena de presos e feridos com gravidade. Em resposta, deflagrou-se uma ampla e espontânea onda de manifestações estudantis de solidariedade que culminaria no "Dia Nacional de Luta contra a Ditadura" (22 de setembro). A amplitude da reação estudantil não impediu novos e intensos choques, com numerosas prisões, outros feridos e, até, o emprego de armas de fogo (v. quadro III, cont.). A ação policial-militar de maior repercussão nacional teria lugar, entretanto, justamente no centro estudantil mais ativo e politizado do país. No Rio de Janeiro um grupo de dois mil estudantes foi cercado por forças militares no interior do prédio da Faculdade Nacional de Medicina (Praia Vermelha), no final do ciclo de protestos do Dia Nacional de Luta. A iminência de uma invasão com conseqüências imprevisíveis levou parlamentares e dirigentes da universidade a tentar conseguir o levantamento do cerco. Apesar dessas tentativas os chefes da operação ordenaram que as portas do edifício fossem derrubadas e, em seu interior, os jovens foram caçados e longamente espancados, enquanto familiares e a imprensa esperavam do lado de fora. À saída, formou-se um

(52) Para o relato da "setembrada", v. POERNER, p. 274 e segs., que reproduz a carta de uma mãe detalhando a violência da ação policial na Faculdade Nacional de Medicina. Ver também Visão, 23 de setembro de 1966: "Os lastimáveis acontecimentos certamente contribuirão para agravar o divórcio entre estudantes e governo, instaurando um "estado de beligerância" que em nada aproveita o país ("Argumento é a força", p. 19). Há outros relatos na mesma revista em 30-9-66 ("A violência que gerou a violência", p. 12). Cf. também as edições do ESP de 16 a 30 de setembro de 1966.

"corredor polonês com novas violências contra os estudantes presos. Os equipamentos da escola foram totalmente destruídos e houve inúmeros feridos. Posteriormente, ouviram-se denúncias de violências sexuais contra as estudantes.

O chamado "Massacre da Praia Vermelha" foi seguido de uma outra e menos intensa onda de protestos. Sem perspectivas de continuidade, o movimento esgotou-se logo depois e seria retomado somente no ano seguinte. Ao contrário do que ocorreria em 1968, o protesto estudantil não encontrou eco em outros setores sociais. No entanto, a partir daí, as relações entre os militares e os estudantes estariam marcadas por tais antecedentes, que repercutiram profundamente nos setores sociais mais próximos à universidade. Nesse sentido, é possível dizer que a consciência antiditatorial - que se manifestou com mais força na crise de 1968 - encontraria aqui suas raízes mais distantes.

Enquanto isso, a radicalização das lutas estudantis diante da política repressiva do Estado criaria as condições para uma nova ascensão da esquerda às direções das entidades universitárias, encerrando assim um ciclo temporário de predomínio liberal que, como vimos, iniciou-se no período anterior ao golpe. Assim, a partir de 1966 (num processo que ficaria mais nítido no ano seguinte) a categoria passa a reconhecer, outra vez, a esquerda universitária como portadora de suas reivindicações.

1964-66: DA OPOSIÇÃO LIBERAL À NOVA ASCENSÃO DA ESQUERDA

Com base na análise precedente, é possível afirmar que a política autoritária para a Universidade encontraria imediata oposição no meio estudantil, antes mesmo da reorganização das forças de esquerda que detinham no pré-64 a hegemonia no movimento. Através das mobilizações contrárias à aplicação da "Lei Suplicy", em 1965, os estudantes expressaram a sua rejeição das medidas do governo militar que visavam impedir a sua manifestação política, colocando em risco as conquistas alcançadas na época populista. No quadro mais amplo da exclusão política da classe média, após a destruição do populismo, o meio estudantil parece ter interpretado a neutralização de seus instrumentos de reivindicação como uma ameaça à "democratização do ensino", como se pode observar nos documentos publicados ainda no primeiro ano após o golpe. Em seguida, a partir dos conflitos do início de 1966, a exclusão política objetivada pela estratégia do governo militar expressa-se em sua política repressiva e no intuito de anular as formas tradicionais de manifestação da insatisfação estudantil.

Embora basicamente espontâneo, socialmente isolado, pouco organizado e incapaz de encontrar uma perspectiva de continuidade, o movimento estudantil de 1966 conseguiu entender a luta anti-repressiva como aspecto da luta contra a ditadura, como mostram os protestos de setembro e o "Dia Nacional de Luta". Assim, em minha perspectiva, pode-se afirmar que os aspectos "políticos" da estra

tégia autoritária para a universidade se constituiriam na motivação inicial do protesto estudantil. Nesse sentido, a Política Educacional do Governo só aparecerá como tema central no ano seguinte. Estas considerações contrariam a hipótese de um caminho linear e necessário da consciência estudantil e do protesto universitário, que deveria partir dos problemas "específicos" para chegar às questões "políticas" mais gerais. Ou, nas palavras do importante líder estudantil de 1968, Vladimir Palmeira:

"Ao lutar contra a política educacional do regime, os estudantes partiriam de suas próprias contradições no meio em que viviam, das contradições que expressam a dominação de classe da burguesia de uma forma concreta e, desse modo, cada luta reivindicativa serviria para caracterizar o governo como um governo ditatorial, como uma ditadura de classe, chegando, por esse caminho, à compreensão da impossibilidade de resolver os problemas universitários dentro do sistema capitalista" (53).

No entanto, como o reconhece o próprio dirigente citado, "o critério básico que guiou a revolta estudantil, durante esse ano (1966), foi sempre político e não propriamente reivindicativo"⁽⁵⁴⁾ Como se verá, a divergência sobre a política a ser seguida pela esquerda estudantil, expressa na oposição entre a "luta específica" e a "luta política", colocou depois em primeiro plano a questão aqui considerada. Diante da análise anterior, é possível defender, entretanto, que em 1964-66 a oposição estu-

(53) Depoimento de Vladimir Palmeira em A esquerda armada ..., cit., p. 29.

(54) Idem, *ibidem*, p. 27.

dantil contra a ditadura não seguiu o caminho que levaria da luta estudantil "específica" para a luta "política" mais geral. Assim, é difícil prever uma trajetória necessária da consciência política estudantil, dependendo o conteúdo de suas lutas de múltiplas circunstâncias, entre as quais se destaca a atitude do Estado diante das reivindicações universitárias.

Por fim, cabe enfrentar o tema das razões da nova ascensão da esquerda e da decadência da influência das correntes liberais, que puderam assumir um papel central nos meses subsequentes ao golpe. Para isso, é preciso situar a perda de influência das posições liberais no meio estudantil no quadro mais amplo da fragilidade das posições liberais diante da militarização do Estado no pós-64. Assim, os setores liberais da classe média viram-se desprovidos, depois do golpe, do apoio organizacional e ideológico de que dispunham anteriormente, isolando-se de seus tradicionais aliados burgueses. Essas camadas "tornar-se-ão, a partir de 1964, cada vez mais isoladas e frágeis, e suas manifestações trarão marcas crescentes de ilusão política"⁽⁵⁵⁾. Nesse contexto, o avanço da militarização e a da política repressiva tornam cada vez mais impraticáveis as formas usuais de expressão da oposição liberal-democrática. "Impedindo o liberalismo de expressar-se livremente, a repressão contesta concretamente a eficácia de suas armas de combate; igualmente, ao nível dos mē

(55) Ver SAES, Décio. Classe média e sistema..., cit., p.176

todos políticos, o liberalismo mostra cada vez mais ser uma ilusão" (56).

Voltando ao movimento estudantil, pode-se então situar o endurecimento da política repressiva e a radicalização das lutas de massa, em 1966, como o momento-chave que marcaria a decadência da influência liberal e o início da nova ascensão da esquerda. Citando uma vez mais o líder Vladimir Palmeira nos protestos de 1966, "o movimento estudantil brasileiro avançou muito, do ponto de vista de sua organização, e, no mês de agosto, a esquerda obteve, pela primeira vez, uma grande vitória eleitoral no conjunto das escolas universitárias" (57). As razões dessas modificações devem ser buscadas, a meu ver, nas melhores condições políticas e ideológicas de que dispunha a esquerda para enfrentar a situação de endurecimento da política autoritária. Evitando abordar aqui o tema das perspectivas políticas da esquerda nessa época (que serão examinadas no último capítulo), cabe destacar, no entanto, que, ao contrário das correntes liberais, a esquerda viu no avanço da militarização e no endurecimento da política repressiva a confirmação de suas teses sobre a inviabilidade da democracia burguesa no Brasil. Ideologicamente, estava então preparada para propor o avanço das lutas contra a ditadura. Ao lado disso, as formas de atuação política da esquerda iriam se adaptar com maior facilidade às condições de intensa perseguição e de ativi

(56) Idem, *ibidem*, p. 177

(57) Depoimento de Vladimir Palmeira, *cit.*, p. 27.

dade clandestina do pós-64, podendo contar com o apoio organizacional dos partidos políticos que operavam na clandestinidade. Enfim, deve-se lembrar a familiaridade das correntes de esquerda com os mecanismos de poder característicos do movimento. O conjunto desses fatores permitiria às suas chapas expressar radicalmente a insatisfação estudantil contra sua exclusão política.

QUADRO I
GREVES ESTUDANTIS EM 1964-65

Escola	Data	Motivo
FFCL - USP	out-64	Demissão de professores
FAU - USP	out-64	Demissão de professores
Fac.Nacional de Direito (Rio)	out-64	"Terrorismo cultural" punição de ex-dirigentes
Esc.de Engenh.-Recife	mar-65	Transfer.da escola para o campus
Fac.de Medicina - Sorocaba	abr-65	Reivindicação por hospital
Fac.de Medicina - Campinas	abr-65	Condições de ensino
Fac.Nacional de Direito	abr-65	Punição de estudantes
Fac.de Direito (USP)	maio-65	Suspensão de alunos
Univ. de Brasília	jun-65	Crise da universidade
Univ. de São Paulo	jun-65	Invasão do campus pela polícia/condições de ensino
Fac.Medicina Botucatu	jun-65	Transfer.de excedentes
Univ.Federal de M.Gerais	ago-65	Lei Suplicy
Univ. de Brasília	ago-65	Aumento do preço das refeições
Fac.Nacional de Filosofia	ago-65	Demissão de professores
Univ.de S.Catarina	set-65	Fechamento do restaur.
Univ.de Brasília	out-65	Crise geral da universidade

FONTES: O Estado de S. Paulo e POERNER, A.J. O poder jovem

QUADRO II
 MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS DO PRIMEIRO SEMESTRE-1966

Escola ou local	Tipo da mobilização	Motivo	Data
UMG	Boicote	Pagamento de anuidades	fev.
USP	Ato público	Aumento nas taxas escolares	março
Escola Paulista de Medicina	Greve	Transferências arbitrárias de estudantes excedentes	março
Faculdade Nacional de Medicina (Rio)	Acampamento	Excedentes	março
Belo Horizonte	Passeata de calouros (reprimida com violência)	Política educacional	12-3
Belo Horizonte	Greve e passeata (mil estud.)	Violência policial	15-3
Curitiba	Passeata	Solidariedade aos estudantes mineiros	17-3
São Paulo	Passeata (700-2000 estudantes)	Solidariedade aos estudantes mineiros	18-3
Rio de Janeiro	Passeata (3000 estudantes). Fonte: Poerner)	Solidariedade aos estudantes mineiros	18-3
Rio de Janeiro	Passeata (1500-5000)	Solid. aos estudantes mineiros	23-3

Quadro II (cont.)

Escola ou local	Tipo de mobilização	Motivo	Data
São Paulo	Passeata (1500)	Solidariedade aos estudantes mineiros	24-3
Rio de Janeiro	Invasão de restaurante	Aumento nos preços	abril
Medicina e Odontologia da Univ. do Brasil (Rio)	Greve	Atraso de salários	abril
FFCL da UFSCatarina	Greve	Demissão de professores	junho
FNFj (Rio)	Greve	Punição aos líderes de greve anterior	junho

FONTE: O Estado de S. Paulo.

Observação: O número de participantes refere-se à estimativa do jornal consultado, exceto nos casos onde há dois números: Então, o primeiro se refere à estimativa do O Estado de S. Paulo e o segundo à de POERNER, op. cit.

QUADRO III
 MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 1966 (incluindo a Setembrada)

Escola ou local	Tipo de mobilização	Motivo	Data
Belo Horizonte	Congresso da UNE (*)		julho
Fac.Nacional de Direito (Rio)	Boicote	Anuidades	agosto
São Paulo (Sto.André)	Congresso da UEE-SP (178 estudantes presos: o congresso foi dissolvido)		agosto
Fac.Nacional de Direito e Fac. de Ciências Econômicas (UB-Rio)	Greve	Política educacional e repressões em S. Paulo	set(8-9)
Direito - USP	Greve	Solidariedade aos estud.presos	set(9-9)
USP	Greve geral	Solidariedade aos estud.presos	set(9-9)
Medicina e Arquitetura (UB-Rio)	Greve	Política educacional e repressões em S. Paulo	set(12-9)
São Paulo	Passeata (1000)	Solidariedade aos presos	set(13-9)
Rio de Janeiro	Passeata (repressão violenta: 100 presos: feridos graves)**	Política educacional: repressões em S. Paulo	set(15-9)

Quadro III (cont.)

Escola ou local	Tipo de mobilização	Motivo	Data
Belo Horizonte	Passeata (choques com a polícia: cerco)	Solidariedade aos estudantes cariocas	set (16-9)
São Paulo	Passeata (1000)	Solidariedade aos estudantes cariocas (contra a repressão policial)	set (16-9)
Porto Alegre	Passeata (cerco de estudantes)	Solidariedade aos estudantes cariocas (contra a repressão policial)	set (16-9)
Recife	Comício estudantil	Solidariedade aos estudantes cariocas (contra a repressão policial)	set (16-9)
Brasília	Assembléia geral	Solidariedade aos estudantes cariocas (contra a repressão policial)	set (16-9)
Niterói	Greve geral	Solidariedade aos estudantes cariocas (contra a repressão policial)	set (16-9)
Curitiba	Passeata	Solidariedade aos estudantes cariocas (contra a repressão policial)	set (17-9)

Quadro III (cont.)

Escola ou local	Tipo de mobilização	Motivo	Data
Brasília	Greve geral	Solidariedade aos estudantes cariocas (contra a repr.polic.)	set (17-9)
São Paulo	Passeatas em múltiplos locais (estimativa de 500 prisões)	Solidariedade aos estudantes cariocas (contra a repr.polic.)	set (17-9)
Interior de S. Paulo (Campinas, Rib. Preto, Piracicaba, S. Carlos)	Passeatas	Solidariedade aos estudantes cariocas (contra a repr.polic.)	set (21-9)
São Paulo	Greve geral de 72 hs	Solidariedade aos estudantes cariocas (contra a repr.polic.)	set.
Goiânia	Passeata (1000)	Solidariedade aos estudantes cariocas (contra a repr.polic.)	set.
Rio de Janeiro	Greve geral e passeatas	"Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura"	22-9
São Paulo	Greve geral e passeatas	"Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura"	22-9
Recife	Greve geral e passeatas	"Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura"	22-9

Quadro III (cont.)

Escola ou local	Tipo de mobilização	Motivo	Data
Salvador	Greve geral e passeatas (choques violentos: cerco, prisões de estudantes e feridos graves)	"Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura"	22-9
Goiânia	Greve geral e passeatas (choques violentos: cerco, tiroteio, morte de 1 policial)	"Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura"	22-9
Rio de Janeiro	Cerco da Faculdade Nacional de Medicina (2000 estudantes: prisões e espancamentos após a invasão do prédio: Fonte: POERNER, op. cit.) ***	"Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura"	23-9
Recife	Passeatas	Repressão no dia anterior	23-9
Goiânia	Passeatas	Repressão no dia anterior	23-9
Florianópolis	Passeatas	Repressão no dia anterior	23-9
Salvador	Passeata (choques violentos)	Repressão no dia anterior	23-9
Belo Horizonte	Julgamento simulado do Presidente da República	Repressão no dia anterior	23-9
Curitiba	Passeata	Repressão no dia anterior	23-9
São Paulo	Passeata de secundaristas	Repressão no dia anterior	23-9

Quadro III (cont.)

Escola ou local	Tipo de mobilização	Motivo	Data
= Todo o país	Greve nacional decretada pela UNE	Repressão no dia anterior	23-9
São Paulo	Passeata	Eleição indireta para presidente	outubro
Rio de Janeiro	Campanha do luto	Eleição indireta para presidente	outubro
Belo Horizonte	Ato público	Eleição indireta para presidente	outubro
Rio de Janeiro	Congresso da "União Metropolitana dos Estudantes"		outubro

FONTE: O Estado de S. Paulo

* O Congresso da UNE foi proibido e a cidade ocupada por 5 mil policiais e tropas militares, com o uso de quatrocentos carros.

** Início da Setembrada.

*** Massacre da Praia Vermelha.

Observação: Os números citados, exceto indicação em contrário, são do jornal consultado, devendo ser tomados como uma estimativa modesta.

CAPÍTULO III

O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O ESTADO NA CRISE DE 1967-1968

O declínio do movimento estudantil de 1966 esteve ligado a vários fatores. Dentre eles, à parte o caráter ainda embrionário da reorganização das entidades estudantis, destacam-se o isolamento social do protesto universitário e a atitude "dura" do Estado, evidenciados na análise da "Setembrada". Nesse sentido, a conjuntura que se abre com a subida do general Costa e Silva ao poder, em março de 1967, apresentaria algumas alterações significativas, que definiram um novo contexto para as lutas do movimento nos meses seguintes. Inicialmente, cumpre lembrar que os meses finais do governo Castelo Branco foram marcados por uma ofensiva legisladora voltada para o que se denominou de "institucionalização da revolução".

Um mês depois dos atos estudantis de setembro, o regime, enfrentando um esboço de reação do Congresso à nova fase de militarização, ordenou o seu fechamento temporário. Nesse clima, conseguiu garantir maioria parlamentar para a "situação" nas eleições daquele ano, graças aos efeitos das inúmeras restrições às atividades tradicionais de oposição política. Em seguida, através do Ato Institucional nº 4, baixou normas para a discussão e aprovação de uma nova constituição, elaborada por um conjunto de juristas chefiados pelo Ministro da Justiça. Aprovada no ano seguinte, a Constituição de 1967 incorporou diversos aspectos da centralização do poder em mãos do Executivo, embora ainda preservasse alguns princípios democráticos liberais. Em seu texto estavam previstos a eleição presidencial indireta, o papel legislador do presidente através dos decretos-

leis e a ampliação das áreas em que o Executivo poderia criar leis, além de uma nova definição dos "crimes contra a segurança nacional". Este último tema voltou à luz nos instantes finais do período Castelo Branco, quando o término da vigência do AI-2 provocou a promulgação da Lei de Segurança Nacional, ponto culminante de uma série de medidas que estenderam a competência da Justiça Militar, consolidaram a implantação de um sistema de vigilância cada vez mais abrangente e atribuíram a cada cidadão a responsabilidade pela segurança interna⁽¹⁾.

Foi nesse quadro geral de avanço da militarização que o novo general-presidente apresentou suas propostas de uma "liberalização" do sistema político, acenando com a "abertura" democrática e com o "diálogo" para a classe trabalhadora e os estudantes, ao mesmo tempo em que procurava despertar esperanças de reativação do jogo político partidário e de retomada das liberdades individuais⁽²⁾. O contraste entre esse discurso e as medidas tomadas na fase imediatamente anterior pode ser compreendido como uma das principais evidências da contradição então vivida pela camada militar dirigente diante da alternativa da preserva-

(1) Para a fase de "institucionalização" do regime militar, no período final do governo Castelo Branco, ver MOREIRA ALVES, M.H., op.cit., cap.IV (especialmente a análise da Constituição de 1967); CASTELLO BRANCO, C. op.cit., vol. I, p.574 e segs (cujo ponto alto parece ser o relato dos conflitos entre o regime militar e a "classe política") FLYNN, P., op.cit., pp.350-57; e FIGUEIREDO, Marcus, "A política de coação no Brasil pós-64" em KLEIN, Lúcia & FIGUEIREDO, M. Legitimidade e coação no Brasil pós-64, Rio, Forense, 1978, pp.124 e segs.

(2) Ver CASTELLO BRANCO, C., op.cit., pp.660 e 675 e RIZZO DE OLIVEIRA, E., op.cit., cap. III.

ção das formas da democracia "ocidental" ou de seu abandono em benefício do aprofundamento da militarização, a fim de garantir a continuidade da política de desenvolvimento do pós-64⁽³⁾. Como veremos, no curso das agudas lutas sociais dos meses seguintes, o governo Costa e Silva abandonará rapidamente as suas frágeis promessas de "redemocratização" e retomará a estratégia de progressivo endurecimento diante da oposição social ao autoritarismo.

No entanto, no que nos interessa aqui mais de perto, a "liberalização" de 1967, advinda da crise interna ao grupo dirigente, viria permitir a manifestação do descontentamento de vários setores da sociedade frente às políticas do Estado e o aprofundamento da militarização. Cria-se, assim, uma nova situação política na qual as contradições internas ao regime interam-se às contradições entre este e a sociedade⁽⁴⁾. Essas transformações mudaram substancialmente o quadro para a atuação do movimento universitário. Em primeiro lugar, porque na nova conjuntura o protesto dos estudantes irá juntar-se a um conjunto de manifestações de oposição que lhe permitem superar o isolamento de 1966, tornando mais complexa a análise de sua participação social. Além disso, porque a "abertura" do governo Costa e Silva inaugurou um período em que a política do regime diante da atuação estudantil alternará a repressão com as promessas de "diálogo" e, embora o primeiro termo

(3) A este respeito, ver SAES, D., Classe média e sistema..., cit., p.169.

(4) CARDOSO, F.H. O modelo político..., cit., pp.76 e segs.

viesses afinal a predominar, tal dicotomia exigirá do movimento uma definição mais sofisticada de suas relações com o Estado.

Procurarei abordar mais à frente a atitude do regime diante das manifestações estudantis na conjuntura de 1967-68. Nesta introdução, interessa salientar brevemente o contexto da oposição dos diversos setores sociais ao processo de militarização, a fim de compreender quais eram as efetivas possibilidades de aliança que então se abriam para o movimento dos estudantes. Nesse sentido, a fase em questão veria surgir as primeiras manifestações de oposição burguesa aos rumos da política de desenvolvimento. Descontente com a política econômica favorável ao grande capital, a fração da burguesia sobre a qual a esquerda colocava grandes esperanças no pré-64 passa a propor a "redemocratização" como forma de recompor a sua influência sobre as decisões do Estado, no quadro da anulação das atividades parlamentares. Tal insatisfação da média burguesia encontrará expressão na formação da Frente Ampla, cujo programa pregava a "restauração do poder civil" e a "preservação da soberania nacional", procurando apresentar-se como porta-voz do "desenvolvimento nacional".

No entanto, na conjuntura de 1967-68, as frações burguesas descontentes não avançaram qualquer proposta de retomada da participação popular nos moldes do regime anterior. Em outras palavras, a supressão da legislação social populista e a repressão ao sindicalismo oficial atenderam fundamentalmente aos interesses de tais setores e o apoio

a essas medidas configurou-se como uma importante linha de marcatória que condicionava a priori as possibilidades de uma atuação comum na luta contra o regime militar. A média burguesia não apresentou sinais de pretender mobilizar as classes populares contra o governo. Dessa maneira, conforme a caracterização de um analista, "a Frente Ampla se define desde o começo como um movimento "civilista" de elite, aspirando infiltrar-se nas estruturas do Estado militar a fim de poder comandar, do alto, o processo de desmilitarização e de redemocratização"⁽⁵⁾. Na prática, tais características impediriam qualquer tentativa real de aproximação entre a oposição estudantil e a oposição burguesa ao regime do pós-64.

No polo oposto da sociedade, o movimento operário também não se apresentava como um aliado efetivo dos estudantes na conjuntura estudada. Em linhas gerais, de acordo com Francisco Weffort, "depois de 1964, o rígido controle governamental sobre a organização sindical oficial e a aplicação das interdições legais à qualquer forma de organização paralela'levaram à desarticulação da estrutura dual do movimento operário anterior e, por efeito também das novas leis de greve e de salários, à redução da classe operária a uma impotência quase total"⁽⁶⁾. A liberalização

(5) SAES, D., op.cit., p.199. Para a análise da oposição burguesa ao processo de militarização do Estado, ver as pp. 162 e segs e 195 e segs.

(6) A fonte fundamental para o estudo das mobilizações sindicais em 1968 continua a ser WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968, Cebrap, São Paulo, 1972 (a citação está à p.8). Ver também MOREIRA ALVES, M.H., op.cit., p.119 e segs.

de 1967 abriria aos sindicatos possibilidades maiores de reorganização mas o movimento não conseguirá ultrapassar um limite fundamental à sua eficácia política: nas novas condições do regime do pós-64, a tentativa de refazer as entidades paralelas a fim de reativar o sindicalismo oficial esbarrará na impermeabilidade do Estado às reivindicações trabalhadoras. Assim, o apego às formas populistas de atuação sindical levará a maior parte do movimento a um beco sem saída, conduzindo os sindicatos a evitar qualquer perspectiva de enfrentamento. Evitando mobilizar as massas, o sindicalismo oficial apresenta-se desarmado e ineficaz diante do quadro de hegemonia política do grande capital.

Entretanto, a conjuntura de 1968 presenciaria também a eclosão dos primeiros esboços de superação do sindicalismo populista: as greves de Contagem e Osasco marcaram o aparecimento de um movimento operário de novo tipo. Esses protestos constituiriam os principais pontos de referência do movimento estudantil em sua busca de aliança com o movimento operário. Contudo, Osasco e Contagem nunca conseguiram superar o seu caráter de acontecimentos isolados, suprimidos antes que pudessem produzir qualquer efeito sobre o conjunto do movimento operário. Basicamente espontâneos, não conseguiram criar mecanismos de direção e organização que permitissem a superação da estrutura sindical oficial, sendo violentamente reprimidos pela ação das forças repressivas do Estado. Pode-se afirmar, assim, que não estavam presentes em 1968 as condições para uma efetiva união de forças entre a classe trabalhadora e a categoria estudantil.

Diante disso, resta examinar o conteúdo da oposição dos setores médios na crise de 1968. Análises recentes encarregaram-se de destacar a diferenciação interna nas orientações dessas camadas ⁽⁷⁾. Quanto à alta classe média, o surgimento da oposição da média burguesia ao Estado militar possibilitaria o reavivamento das suas disposições liberais na crítica contra a militarização. No entanto, diante da não disposição das frações burguesas a mobilizar contra a ditadura as classes populares, a insatisfação da alta classe média encontraria em seu próprio meio social o canal para a expressão de sua oposição ao regime. Nesse sentido, foi a luta dos estudantes universitários nas ruas das principais cidades do país em 1968 que permitiu a eclosão do protesto liberal, pela via da crítica aos aspectos repressivos da política do Estado para os estudantes.

Mas a participação comum dos estudantes e da alta classe média nas grandes manifestações de abril-junho de 1968, sobretudo no Rio de Janeiro, não permite deduzir daí uma identidade de orientações políticas. Para essas camadas médias, a luta contra a ditadura e a solidariedade aos estudantes representavam um meio para a concretização de seus objetivos de restauração das formas democrático-parlamentares "depuradas" dos mecanismos de participação de massa da fase populista. Dessa maneira, também esses gru-

(7) Para a análise das orientações políticas das camadas médias urbanas baseio-me especialmente em SAES, D., op. cit., cap. V. Também aqui, utilizei-me da abordagem deste autor à luz das modificações encontradas em sua versão mais recente: "Classe média e política no Brasil, 1930-64", em Brasil Republicano, vol. 10, cit., pp. 447-506.

pos apresentaram-se na conjuntura examinada sem uma perspectiva real de aliança com o movimento popular. Assim , com o aprofundamento da militarização, sua atitude inicial de apoio aos estudantes evoluirá para uma posição sem alternativas, permanecendo a alta classe média como espectadora silenciosa do fechamento progressivo, no segundo semestre. O movimento estudantil, ao contrário, procurou aproximar-se do protesto das classes trabalhadoras, defrontando-se com os limites esboçados acima.

Visto isso, cabe abordar as disposições de um setor médio que aderiu espontaneamente às grandes manifestações urbanas de junho de 1968 no Rio de Janeiro: a baixa classe média (v. os quadros sobre a participação nos conflitos de rua, segundo as profissões). A nível da atividade política organizada, a abertura de 1967 permitiu ao sindicalismo desses setores retomar as suas reivindicações corporativas diante da política de arrocho salarial e das medidas de supressão do sindicalismo médio. Em 1968, o setor de ponta da baixa classe média, o sindicalismo bancário, participou ativamente da formação das entidades paralelas, e chegou a esboçar a crítica à ditadura militar. A radicalização das bases bancárias levaria as entidades a preparar uma greve nacional por melhores salários naquele ano. No entanto, o sindicalismo bancário também não conseguiu superar os limites das práticas populistas. Apegado à reativação do sindicalismo oficial, não se propôs a mobilizar as bases na luta contra o regime. Ao invés disso, enredou-se nas contradições de uma política voltada para o apelo ao

Estado, nas condições já mencionadas de impermeabilidade do regime às reivindicações populares. Apresentou-se, assim, impotente diante das medidas de endurecimento da segunda metade do ano. Os limites do populismo estatista que caracterizara sua atuação na fase anterior só foram ultrapassados brevemente na explosão espontânea das massas da baixa classe média, em apoio à luta estudantil contra a repressão no centro do Rio de Janeiro. Sem uma direção efetiva, essa aproximação esgotou-se porém em sua própria espontaneidade, não encontrando formas de aliança efetiva com a luta dos universitários contra a ditadura.

Seria esse o contexto mais amplo da irrupção das manifestações estudantis de 1967-68. Passemos agora ao estudo das motivações específicas do protesto universitário.

O ESTADO E O MOVIMENTO ESTUDANTIL: A POLÍTICA EDUCACIONAL.

A classe Média e a Crise da Universidade: os "excedentes".

Já examinei em parte anterior deste trabalho os aspectos gerais da crise por que passava, desde o início da década de sessenta, o aparelho universitário brasileiro. Vimos como os seminários de reforma universitária, promovidos pela UNE em 1961-62, trouxeram à luz os problemas da estrutura acadêmica baseada na cátedra vitalícia, da falta de equipamentos e instalações, da carência de vagas nas escolas públicas e do arcaísmo dos currículos, pouco adaptados às novas necessidades do desenvolvimento econômico do país. Nos anos que se seguiram ao movimento político-mili-

tar de 1964, a crise da Universidade não encontrou soluções - ao contrário, a política educacional dos governos militares não fez senão agravá-la, ao mesmo tempo em que crescia a pressão dos setores sociais médios por mais vagas na escola superior.

Com sua política de concentração de recursos nas áreas diretamente produtivas, o governo Castelo Branco reduziu acentuadamente as dotações federais para o Ministério da Educação (que caíram de 11% para 7,7%, de 1965 a 1968, no total do orçamento da União). No conjunto das verbas destinadas ao MEC, as dotações para as universidades federais diminuíram visivelmente sua participação⁽⁸⁾. Entretanto, o controle das atividades políticas na Universidade parece ter impedido por algum tempo que as manifestações estudantis retomassem o tema da crise da Universidade. Como notamos, o movimento estudantil de 1965-66 voltou-se basicamente contra a estratégia repressiva do Estado, deixando para segundo plano as reivindicações educacionais. Contudo, no início de 1967, o quadro de crise do aparelho universitário voltou à tona com particular vigor, através dos constantes protestos de estudantes que, aprovados nos vestibulares, não conseguiam vagas devido à incapacidade das escolas em absorver a crescente demanda. Em todo o país,

(8) Segundo dados compilados por Florestan Fernandes, no período 1964-68, "as universidades federais receberam cortes que reduziram seus orçamentos em 37%... Chegou-se a tal extremo que os reitores tiveram que romper a barreira do silêncio e cumplicidade, denunciando a gravidade do processo de deterioração financeira adotado pelo Executivo". Ver FERNANDES, Florestan, Universidade brasileira: reforma ou revolução?, S.P., Alfa-ômega, 1979, p.53

fizeram-se ouvir os protestos dos "excedentes", sintoma mais evidente do agravamento da crise da escola superior brasileira.

Do ponto de vista deste trabalho, interessa salientar que o problema dos "excedentes" constituiu, no pós-64, uma das expressões mais nítidas do processo de abandono da anterior política educacional integradora por parte dos governos militares. Após o golpe, a estratégia educacional populista foi substituída pela contenção das verbas para a educação e pela quase paralisação dos investimentos públicos na universidade. Assim, no plano da universidade, a ausência de verbas e, conseqüentemente, de vagas, passa a ser uma das manifestações da situação mais geral de "exclusão política" dos setores sociais médios no pós-64. Contrariando os interesses desses grupos, já nos primeiros anos do pós-golpe, o Estado deixou de financiar a expansão do ensino, política que se inseria no contexto mais amplo de suas novas funções como agência de concentração do capital e da estratégia de redução de gastos em áreas não diretamente produtivas⁽⁹⁾. Configura-se, assim, um forte contraste entre a política educacional do governo militar e as medidas tomadas na mesma área pelos governos populistas. No ano de 1962, que pode ser considerado como o

(9) Para esta parte do trabalho, as fontes fundamentais são os estudos de Luiz Antônio Cunha: "A expansão do ensino superior: causas e conseqüências", em Debate e Crítica, São Paulo, nº 5, março de 1975, pp.27-58 e "O milagre brasileiro e a política educacional". em Argumento, Rio, nº 2, novembro de 1973, pp.45-54. Ver também CUNHA, L.A. A universidade crítica, cit.

ápice da anterior estratégia de integração educacional, todos os índices de expansão escolar universitária atingiram o seu ponto máximo, com o expressivo crescimento do número de vagas e a correspondente diminuição do coeficiente inscritos/vagas e da porcentagem dos que não conseguiam entrar nas faculdades. Nos dois anos seguintes os índices caíam um pouco, mas há evidências seguras de que o governo Goulart pretendia dar continuidade à política de integração e expansão: a mais importante foi a adoção, em 1964, poucas semanas antes do golpe, de um Programa Nacional de Expansão das Matrículas, que previa a duplicação imediata das vagas dos primeiros anos nas áreas de saúde e tecnologia, consideradas prioritárias⁽¹⁰⁾.

Após o movimento militar, esses mesmos índices sofreriam uma brusca guinada, evoluindo em direção oposta até o auge da crise, em 1967. Assim, enquanto a procura de vagas aumentava de ano para ano, o número de matrículas oferecidas nas escolas superiores passava a crescer em progressão muito mais lenta. Em decorrência disso, subiram marcadamente os índices da crise: aumentaram o coeficiente inscritos/vagas, a porcentagem de excluídos no total de inscritos e, dentre estes, o número de alunos que conseguiam aprovação nos exames mas não podiam realizar matrícula porque sua classificação os afastava do grupo restrito cujas vagas estavam garantidas. Por sua particular importância, vale reproduzir a evolução dos índices mencionados, tomando-se como base o período 1960-1968, que nos interessa mais direta

(10) CUNHA, L.A. A Universidade crítica, cit., p. 88.

mente. Nesse período, os anos de 1962 e 1967 adquirem significado especial, como evidência da guinada na política educacional no pós-64, que afetaria frontalmente o projeto de ascensão social das camadas médias urbanas, pela via da educação.

Nº de inscritos, vagas, excedentes e suas relações no Ensino Superior brasileiro, cursos de graduação de 1960-1968.

Ano	Nº de inscritos	Nº de vagas	Nº de inscritos por vagas	Nº de excedentes	Nº de excedentes inscritos
1960	64.637	35.909	1,8	28.728	44,4%
1961	70.147	38.971	1,8	31.176	44,4%
1962	70.942	47.295	1,5	23.647	33,3%
1963	86.716	51.009	1,7	35.707	41,2%
1964	97.481	57.342	1,7	40.139	41,2%
1965	110.834	58.334	1,9	52.500	47,4%
1966	123.379	58.752	2,1	64.627	52,4%
1967	183.150	79.630	2,3	103.520	56,5%
1968	214.966	89.582	2,4	125.414	58,3%

FONTE: CUNHA, Luís A. "A expansão do Ensino Superior: causas e conseqüências", p.34.

Outros dados ajudam a completar esse quadro, sempre com a ênfase no contraste entre a situação de 1962 e a de 1967. Assim, enquanto no primeiro desses anos o número de vagas aumentara em 21,4% em relação ao ano anterior, como conseqüência da ampla expansão das vagas incentivada pelo governo Goulart, nos anos seguintes ao golpe estas permaneceriam quase estagnadas. Em 1965, ocorreu um acréscimo

de apenas 1,7% e em 1966 de 0,7%, (sempre em relação ao ano precedente). Quando, em 1967, procurou-se corrigir esta tendência, com um aumento de vagas da ordem de 35%, a grave crise dos excedentes já não pôde ser contornada. Estes aumentaram em 60,2% entre 1966 e 1967!⁽¹¹⁾

Com a abertura do ano letivo de 1967, sucederam-se as greves universitárias em solidariedade aos excedentes, ao lado de manifestações dos alunos que pleiteavam mais vagas na universidade (v. quadro 1). No contexto da prometida "abertura" do governo Costa e Silva, procurou-se evidenciar uma mudança de disposição do regime militar frente aos estudantes. Assim, o Ministério da Educação e Cultura recebeu a determinação de implementar convênios com as escolas superiores, fundações e universidades com a finalidade de abrir vagas de emergência, possibilitando transferências e outros expedientes. As medidas tomadas viriam, entretanto, apenas agravar o quadro de crise. Consideradas demagógicas pelo movimento estudantil, provocaram novos protestos devido aos problemas causados pelo ingresso de um número excessivo de alunos, sem qualquer mudança na estrutura universitária. O fracasso delas levaria o movimento estudantil a retomar rapidamente a crítica à organização universitária brasileira voltando a ordem-do-dia a problemática da Reforma Universitária⁽¹²⁾.

(11) CUNHA, L.A. "A expansão do ensino superior...", cit. p.35.

(12) A este respeito ver SOUZA MARTINS, Heloísa H.T. "Movimento estudantil e reforma universitária", em Contexto, nº1, novembro de 1976, pp.119-131, onde esta autora comenta a obra de Foracchi, especialmente as anotações de "Ideologia e comportamento efetivo: o movimento estudantil na

Nesta parte do trabalho, interessa destacar principalmente a influência da crise da universidade na criação de um clima de acentuada insatisfação estudantil a partir de 1967, o que viria a acrescentar-se às já desgastadas relações entre o meio universitário e o regime militar. Em seu sentido mais amplo, do ponto de vista de seu conteúdo de classe, os protestos dos excedentes expressavam a luta das camadas médias pela preservação e expansão das conquistas realizadas no período populista, no quadro de seu projeto de ascensão social pela via educacional. Entretanto, outros fatores contribuiriam para completar o quadro de crise entre estudantes e governo, nas vésperas das grandes manifestações universitárias de 1968.

O PROJETO AUTORITÁRIO DE "MODERNIZAÇÃO" DA UNIVERSIDADE

A questão dos "excedentes" marcaria, no início de 1967, uma mudança fundamental no eixo das mobilizações estudantis do pós-64. Com efeito, a partir daí, a oposição às medidas do governo militar na área do ensino viriam juntar-se às denúncias contra a política repressiva na conformação de um quadro geral de resistência do meio universitário às políticas do Estado. Nesse processo, surgiu com mais força nas movimentações estudantis o tema da Política Educacional do Governo (PEG). Ainda mal delineada no início do governo Costa e Silva, a estratégia do regime militar para a universidade já apresentava, porém, alguns pontos básicos

sociedade brasileira em 1967", comunicação apresentada ao IX Congresso Latino-Americano de Sociologia, novembro de 1969, datilografado.

que logo se logo se tornariam alvos da crítica estudantil. Evitarei a abordagem cronológica para tentar uma visão mais abrangente do conteúdo do projeto autoritário de modificação do aparelho universitário.

Nesse sentido, o projeto governamental de modernização da universidade só encontraria uma forma mais acabada num documento de 1968, elaborado por uma comissão criada logo após o ápice das movimentações universitárias daquele ano, no final do primeiro semestre. Trata-se do "Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Reforma Universitária (GTRU)"⁽¹³⁾ redigido por um grupo de burocratas do Estado e de intelectuais conservadores, sem qualquer participação estudantil (os dois universitários convidados recusaram-se a participar). O objetivo imediato do documento era fornecer uma resposta à crescente pressão do movimento estudantil, propondo uma reforma da universidade a partir de cima, a fim de retirar às vanguardas estudantis as suas palavras de ordem de mais eficácia política. Com tal intento, o Relatório do GTRU propôs a reestruturação das universidades visando principalmente à sua racionalização interna, à economia de recursos e ao melhor aproveitamento das condições já disponíveis. Reiterou a organização do aparelho universitário em unidades de ensino, divididas em departa-

(13) "Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária" em Revista Paz e Terra, Rio nº 9, outubro de 1969, pp.243-282. Para a análise do documento, CUNHA, L.A. "O milagre brasileiro e a política educacional", cit., p.50 e segs e FERNANDES, Florestan. "Os dilemas da reforma Universitária consentida" em Universidade Brasileira: reforma ou revolução, cit. pp.205-246 (também em Debate e Crítica, São Paulo, nº2, janeiro-junho de 1974, pp.1-42).

mentos, o que poria fim à antiga e irracional estrutura baseada na cátedra, onde os mesmos cursos eram repetidos em locais diferentes para cada faculdade. Sugeriu a matrícula por disciplina, a criação de um ciclo básico e a fragmentação do grau acadêmico (criando cursos de menor duração). Para resolver os problemas com os excedentes, propôs o vestibular unificado e classificatório. Em sua essência, tais objetivos de racionalização já estavam presentes em dois decretos do final do período Castelo Branco, editados em novembro de 1966 e fevereiro de 1967.

Ao formular uma proposta de modernização da universidade, o governo militar retomava os princípios de vários projetos anteriores à 1964: entre eles, principalmente, os de criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica e da Universidade de Brasília⁽¹⁴⁾. No aspecto formal, a estruturação interna desta última seria quase que copiada pelo projeto do GTRU. No entanto, cabe superar a abordagem meramente formal e tentar compreender as principais características de conteúdo da proposta de 68. Estas já estavam presentes em outros documentos legais e, mesmo antes de estar publicado o relatório em questão, constituíam alvo preferencial das críticas estudantis em 1967-68. Em seu aspecto central, a proposição de racionalização do ensino supe

(14) Para uma abordagem dos projetos modernizadores do pré-64, ver VEIGA, Laura da, "Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e Universidade no Brasil (1954-1964)", em Educação e Sociedade, São Paulo, nº 11, janeiro de 1982, pp. 25-71; CUNHA, L.A., A universidade Crítica, cit., cap. IV. E também RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária, Rio, Paz e Terra, 1969, cap. VII.

rior apresentada pelos governos militares cumpria o objetivo de adaptar a universidade brasileira às novas necessidades do desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista. Nesse prisma, a educação era enfocada como um pré-requisito para que se atingissem as metas do desenvolvimento econômico, devendo a estrutura educacional subordinar-se às metas de crescimento da economia. O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social de 1967 definia, assim, o seu papel:

"A educação brasileira deverá permitir, no período 1967-76, a consolidação da estrutura de capital humano no País, de modo a acelerar o processo de desenvolvimento econômico"(15).

Com tal objetivo, o projeto do governo pretendia instrumentalizar a estrutura educacional, modernizando-a, a fim de permitir a formação da mão de obra e da tecnologia necessárias ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro em sua nova fase. A anterior organização universitária passara a ser um obstáculo à dinamização da formação dos recursos humanos para as tarefas do desenvolvimento monopolista. Enfocada como uma "indústria de prestação de serviços", a educação passava a ser vista como instrumento essencial à consecução dos objetivos econômicos do governo. Ao mesmo tempo, as contingências do papel desempenhado pelo Estado nas condições de hegemonia do grande capital monopolista conduziam à necessidade de economizar recursos em áreas não diretamente produtivas. Assim, apesar das promes

(15) Citado em SALGADO DE SOUZA, Maria Inês. Os empresários e a educação - o IPES e a política educacional após 64, Petrópolis, Vozes, 1981, p.119. Este trabalho, ao lado das obras citadas acima, constitui uma das fontes para a análise desta seção.

sas de aumento das dotações de verbas previstas no relatório do GTRU, a Política Educacional do Governo acabou por se definir pela progressiva privatização do ensino superior, a fim de atender ao aumento da demanda. Inserem-se aí as anunciadas medidas de criação do "ensino pago" e das fundações que provocaram intensos protestos em 1967-68. Impedidas de serem implantadas diante da resistência estudantil, essas metas seriam atingidas por outros meios, depois da derrota política do movimento estudantil de 1968. Em síntese, a partir de fins de 1966, define-se gradualmente uma Política Educacional autoritária voltada principalmente para a modernização da Universidade com a finalidade de adaptá-se aos imperativos do desenvolvimento capitalista. Tal reforma universitária "consentida", que só seria implantada em 1969, representava o abandono definitivo da anterior estratégia populista de "integração" escolar das camadas médias urbanas. Através dela, o Estado do pós-64 deixava claro que não pretendia financiar a expansão do ensino superior, optando pela via da privatização parcial do aparelho universitário⁽¹⁶⁾. A implementação dessa reforma dependeria, no entanto, da resolução de uma intensa luta política entre a categoria estudantil e o Estado, tema central dessa pesquisa. Antes, porém, de chegar a ela, procuremos definir as fontes teóricas da "modernização autoritária".

O diagnóstico da inadequação da estrutura universitária brasileira que fundamentou o projeto autoritário

(16) Ver CUNHA, L.A. "O milagre brasileiro..." e "A expansão do ensino superior...", cit.

de modernização não teve uma origem única, encontrando-se presente em múltiplas análises, documentos oficiais e do próprio movimento estudantil, portadores de signos políticos totalmente diversos e mesmo conflitantes. Entre eles, pode-se citar o projeto da Universidade de Brasília, os seminários de reforma universitária realizados no início da década pela UNE e, para permanecer no pré-64, algumas análises efetivadas no interior do IPES. Depois de 1964, porém, a derrota do populismo como estratégia política e de desenvolvimento, deixaria o campo livre para as formulações reformistas provenientes do bloco de forças que apoiou o movimento político-militar de abril. No final de 1964, o IPES promoveria um "Simpósio sobre a Reforma da Educação" onde apareceriam com nitidez os propósitos de subordinação da educação aos interesses do desenvolvimento econômico, a defesa da privatização, e a crítica à universidade populista. A educação já era vista aí como um "investimento", propondo-se a sua racionalização e modernização para atender aos critérios de rentabilidade⁽¹⁷⁾.

De tal modo, é possível afirmar que a modernização autoritária buscou fundamentos não apenas em propostas formuladas no pós-populismo e encontra raízes em projetos que, embora com conteúdos diversos, expressavam a força e a amplitude das forças internas que pressionavam pela racionalização do sistema de ensino superior. A essa força viriam acrescentar-se, no pós-64, as propostas de organismos situados fora do país, precisamente nos Estados Unidos,

(17) SALGADO DE SOUZA, op. cit., p.48 e segs.

que contribuiriam grandemente para fornecer subsídios à reforma autoritária. Inserem-se aí os acordos realizados, logo após o golpe, entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (USAID), organismo diretamente vinculado ao Departamento de Estado americano e cuja ação fazia parte do esforço de difusão ideológica que, desde o imediato pós-guerra, os EUA realizavam na América Latina⁽¹⁸⁾. Efetuados em sigilo, os acordos previam a assessoria de técnicos estrangeiros para auxiliar o governo militar na formulação de uma nova política educacional. No início de 1967, a sua renovação foi amplamente denunciada e o tema aos Acordos MEC-USAID passou a ser um dos alvos mais freqüentes do movimento universitário. Com menor repercussão, embora estritamente relacionado com eles, elaborou-se também entre 1964 e 1967 um outro documento, aparentemente mais minucioso e destinado a ter maior influência nas decisões posteriores do governo: o

(18) Os "Acordos MEC-USAID" inseriam-se numa longa tradição de "colaboração técnica" entre o Brasil e os Estados Unidos da América, que remonta aos pós-45. Até 1956, no entanto, os convênios assinados se restringiram ao fornecimento de assessoria e equipamentos no setor do ensino técnico. No governo Kubitschek, a influência americana ampliou-se a projetos no ensino elementar. Na década de sessenta após a vitória da Revolução Cubana, o Departamento de Estado dos EUA mostrou renovado interesse em implementar acordos mais abrangentes. Entretanto, a crise do governo Goulart fez com que, mesmo assinados, esses convênios permanecessem letra morta. Com o golpe de 1964 a situação alterou-se significativamente e logo se retomaram os entendimentos com o USAID. A série de acordos assinados entre 1964 e 1966 é que passou a ser conhecida como os "Acordos MEC-USAID". Para a história da interferência norte-americana na área educacional ver TAVARES, José Nilo, "Educação e Imperialismo no Brasil", em Educação e Sociedade, São Paulo, nº 7, setembro de 1980, pp.5-52. Ver o "Acordo MEC-USAID para o planejamento do

chamado Relatório Atcon ⁽¹⁹⁾, redigido pelo especialista norte-americano Rudolph Atcon, que no pós-64 chegou a desempenhar funções de direção na estrutura do MEC.

No quadro de crescimento da influência ideológica norte-americana, que se seguiu à vitória do golpe de 1964, tanto os acordos com o USAID como o documento de Atcon viariam fornecer um diagnóstico das falhas e pontos de estrangulamento do sistema universitário brasileiro, apontando muitos fatores já amplamente denunciados pelo próprio movimento estudantil e cuja resolução fora um dos objetivos explícitos de projetos como os da Universidade de Brasília. Calcados numa linguagem tecnocrática e inspirados no modelo privatista do ensino norte-americano, propunham soluções aparentemente "técnicas", mas que representavam, na prática, a limitação da reforma universitária à modernização das estruturas do ensino com o conseqüente abandono dos aspectos democráticos da reivindicação estudantil de "abertura" da Universidade. Com esse prisma, o Relatório Atcon apontava sucintamente cinco "problemas" a serem solucionados a fim de resolver na América Latina "a maior crise educacional em sua história", permitindo à universidade cumprir o seu papel de "legítima formadora do pensamento da comunidade no plano espiritual moral, intelectual, social e econômico" ⁽²⁰⁾. Os problemas enunciados ajudam a compreender o

ensino superior no Brasil" e o "Convênio MEC-USAID de assessoria ao planejamento do ensino superior" em POERNER op.cit., p. 342-351.

(19) "Relatório Atcon", em Revisão, São Paulo, nº especial, maio de 1967, pp. 59-123, publicação do Grêmio de Filosofia da USP.

(20) Idem, p. 68.

teor do documento: o primeiro seria o "fator quantitativo" (com o qual se pretendia mencionar o aumento da demanda); o segundo, o "declínio qualitativo" (falta de professores, carência de espaço, falta de equipamentos e instalações); o terceiro, o fator econômico: "Máximo rendimento com a menor inversão"; o quarto, a não correspondência entre os conhecimentos adquiridos e o desempenho de uma profissão e, finalmente, o quinto, o conteúdo do ensino e a dedicação integral.

Com base em tais princípios o projeto autoritário de modernização da Universidade estaria destinado a enfrentar a ampla oposição do meio estudantil em 1967-68. Mesmo antes que ele encontrasse a sua forma mais acabada, com a publicação do citado relatório do GTRU, em agosto de 1968, alguns de seus aspectos passaram a ser imediatamente denunciados pelas vanguardas do movimento universitário, encontrando grande respaldo na massa dos estudantes. Entre estes, a ameaça ao ensino público e gratuito (anuidades, taxas escolares, criação das "fundações"), a tentativa de transformar a universidade em empresas (com a participação de empresários nos conselhos das fundações) e as modificações nos vestibulares (que acabavam, sem resolvê-la, com a questão dos "excedentes").

Na perspectiva desta análise, interessa enfatizar que o projeto de reforma universitária "consentida" atacava frontalmente os objetivos centrais e históricos do movimento universitário de classe média no Brasil. Em primeiro lugar, a "abertura" da universidade aos setores

médios através do financiamento pelo Estado da expansão das matrículas e, no nível mais geral, das expectativas médias de ascensão social via a aquisição de uma profissão de grau superior. O Estado militar recusou-se explicitamente a continuar a política de expansão e integração do ensino superior característico do período populista. Em segundo lugar, estreitamente relacionado ao primeiro, a reivindicação de participação nas decisões universitárias e de cogestão da Universidade, principal motivação da greve do início dos anos 60 por um terço. No pós-64, todas as decisões educacionais seriam encaminhadas sigilosamente e no restrito círculo de "técnicos" recrutados entre os burocratas conservadores e os próprios militares. Assim, a garantia de um quinto de participação dos universitários nos órgãos de direção das escolas, bem como a linguagem aparentemente "aberta ao diálogo" do relatório do GTRU não bastariam para esconder o resultado fundamental da política educacional então proposta: o fim das expectativas de uma reforma universitária advinda das pressões do meio estudantil, a qual , embora respondendo basicamente aos objetivos das camadas médias urbanas, possuiria um conteúdo democrático-popular evidente.

Finalmente, vale ressaltar que os aspectos modernizadores da reforma foram em geral aceitos como benêficos pelas próprias vanguardas estudantis, sempre críticas do anterior sistema baseado na cátedra. No entanto, se aqui me propus a destacar as motivações de classe que fundamentariam os protestos estudantis na crise de 1967-68, cumpre lembrar que a crítica estudantil centrar-se-ia, inicialmenen

te, para efeito de mobilização política, no caráter "teleguiado" da reforma do governo. Desse modo, sob o impulso das palavras-de-ordem da vanguarda, interessada na denúncia do imperialismo, as motivações de classe acima delineadas iriam concretizar-se na denúncia da "infiltração imperialista no ensino". Tal foi a forma de convergência das motivações da massa e das postulações da vanguarda. Esta, baseada na visão então dominante de que o imperialismo era uma força externa e não um fator de dominação que se articulava intimamente na própria estrutura social brasileira, passou a centrar o fogo de suas denúncias no Acordo Meca-Usaid. Em decorrência disso, principalmente no primeiro semestre de 1967, numerosas manifestações voltaram-se contra instalações do governo norte-americano no país, tornando-se comum também a queima de bandeiras dos EUA nas passeatas (v. quadro I). No entanto, como veremos depois, as duas principais "posições" políticas da vanguarda universitária se caracterizaram por ênfases diferentes na questão educacional e na questão da repressão policial e do imperialismo. Antes de chegar a elas, examinemos o último conjunto de motivações do movimento de 1968: a retomada da política repressiva e a progressiva "militarização" da problemática estudantil.

A POLÍTICA REPRESSIVA DO ESTADO

O Governo Costa e Silva: "diálogo" e repressão

Uma vez examinadas as motivações sociais mais gerais do movimento estudantil na conjuntura de 1967-68,

torna-se necessário abordar a questão das relações entre o Estado e o meio estudantil no campo especificamente político, no quadro das mudanças que ocorriam no nível do governo federal, com a ascensão de Costa e Silva, o segundo general-presidente. Nessa ótica, a análise deve registrar que o novo período de governo abria-se em meio à anunciada implementação de uma "abertura" política, encarregando-se o próprio presidente de divulgar os seus planos de aproximação com os estudantes e os trabalhadores: "O entendimento perfeito entre o governo e as classes trabalhadoras e estudantis existirá no meu governo por obrigação e não por favor", dizia em março de 1967⁽²¹⁾. Antes disso, a imprensa divulgara a existência de um "Projeto-Impacto", destinado a promover "concessões e camadas populares mantidas de quarantena, como os trabalhadores e os estudantes"⁽²²⁾.

Em seu aspecto mais imediato, tais anúncios visavam apresentar a nova fase política como distinta do período anterior de construção do regime militar e destruição dos movimentos populares. Procurando tirar partido da desgastada figura do presidente Castelo Branco, que atraiu sobre si toda a insatisfação social diante do avanço do autoritarismo, os partidários de Costa e Silva procuraram enfatizar o advento de mudanças, basicamente no nível do discurso. Entretanto, em seu aspecto mais profundo, as promessas de "diálogo", (logo abandonadas, como veremos, para se

(21) Citado em RIZZO de OLIVEIRA, E., op.cit., p.109.

(22) Ver CASTELLO BRANCO, C. Os militares no poder, vol. II (O ato 5), Rio, Nova Fronteira, 1977, p.13.

rem outra vez retomadas e depois novamente deixadas de lado) expressavam um nível mais relevante do processo de militarização: a contradição que então se travava entre a "profissão de fé" liberal-democrática (inspirada no modelo norte-americano) e as práticas efetivas de progressiva militarização do Estado e "fechamento" de cena política ⁽²³⁾. As instáveis relações entre o governo Costa e Silva e o movimento estudantil foram um dos sinais mais evidentes desse processo. Quando propunha o "diálogo", o regime fundamentava-se em suas esperanças de conseguir um apoio político às suas políticas no seio da classe média, e mesmo das classes trabalhadoras. Quando, por outro lado, reprimia ou proibia as manifestações estudantis, o governo militar dava vazão à tendência que cada vez mais se impunha de aprofundamento da militarização como pré-condição para o prosseguimento de sua política de desenvolvimento. No entanto, não se deve pensar que o resultado dessas complexas relações entre o Estado e as classes média e trabalhadora já estivesse pré-determinado em 1967. Ao contrário, foi na cena política que a radicalização dos movimentos populares atuou no sentido de fazer o regime desistir de suas debéis tentativas de manipulação desses setores, optando afinal pelo endurecimento "definitivo", em fins de 1968.

O movimento estudantil viveu com mais intensidade

(23) Tal dicotomia é analisada por SAES, D., Classe média e sistema político, cit., RIZZO DE OLIVEIRA, op.cit. e CARDOSO, F.H., op.cit. Para um relato dos descaminhos das promessas iniciais de Costa e Silva, ver o vol. II do livro acima citado de Carlos Castello Branco. Ver também MOREIRA ALVES, M.H, cap. V.

de que qualquer outro a oscilação entre "diálogo" e repressão. No segundo governo militar a sua própria radicalização colocou limites claros às iniciativas governamentais de "abertura" na área universitária. Ao lado disso, não se pode esquecer que o segundo período de governo autoritário encontrou o movimento estudantil já nitidamente predisposto contra as políticas do regime, principalmente devido à memória das violentas ações militares e policiais contra os estudantes em setembro de 1966. Assim, no início de 67, quando o "diálogo" revelou a sua fragilidade frente à impotência do governo para resolver o problema dos excedentes, o meio universitário logo entrou em ebulição. Para isso contribuiu decisivamente a denúncia da renovação dos acordos MEC-USAID. Nas seguidas e radicais manifestações estudantis do começo do ano, as palavras-de-ordem da vanguarda do movimento encontraram resposta na adesão (embora ainda limitada) da massa aos protestos diretamente voltados contra o imperialismo norte-americano.

Em 1967, a nova eclosão dos protestos logo desembocaria na retomada da repressão. Em fins de abril, a polícia reprimiu com violência uma manifestação contra a presença do embaixador dos EUA no campus da Universidade de Brasília. A partir daí, e até o final do ano, o "diálogo" terminou. Mudando bruscamente o tom de seu discurso, o governo declarou-se disposto a "assumir nova posição, mais enérgica e severa, em relação às recentes agitações estudantis que ultimamente se têm verificado em todo o país"⁽²⁴⁾.

(24) Editorial de O Estado de S. Paulo, 27.5.67, p.4 ("Estudantes: governo irá rever sua posição").

Em seguida, anunciou a proibição do congresso da União Nacional dos Estudantes e o ministro da Justiça alardeou a retomada da posição autoritária: "Os estudantes enfrentam o governo numa luta de pulga contra elefante"⁽²⁵⁾. Tal mudança de rumo foi estimulada e rapidamente denunciada pelas vanguardas estudantis, que, como veremos depois, já haviam definido então uma estratégia de confronto com o regime. Assim, as tímidas atuações do novo governo na área da política educacional foram definidas como "demagogia e preparo do terreno para a implantação de uma política educacional com base em diretrizes apontadas pelo USAID, de acordo com o relatório "A" de "Mr. Atcon"⁽²⁶⁾. Nesse clima geral, o congresso da UNE foi realizado clandestinamente e tomou importantes decisões para o futuro do movimento. Após o seu término, as forças policiais promoveram uma série de violências contra os seus supostos protetores - membros do clero que permitiram a realização do encontro em um convento perto da cidade de São Paulo⁽²⁷⁾.

Na dialética entre "fechamento" e "diálogo" que marcou todo este período, o primeiro termo foi fortalecido no final de 1967 com a criação de uma comissão para estudar a questão estudantil. Chefiada por um coronel do exército, passou a ser conhecida pelo nome de seu presidente

(25) O Estado de S. Paulo, 5-7-67, p.32 ("Governo vai reprimir UNE").

(26) O Estado de S. Paulo, 19-4-67, p.12 ("Estudantes preparam concentração").

(27) Para um relato do 29º congresso da UNE, ver Revisão, nº 5, setembro de 1967, pp.12-32. Após o encontro, um documento da entidade nacional posicionava-se nitida-

- a "Comissão Meira Matos", que publicaria em maio o "Relatório Meira Matos", documento importante para a análise da atitude especificamente militar face à universidade. Antes de examiná-lo brevemente, porém, é necessário ressaltar que a própria criação da comissão representou um passo fundamental na militarização do problema universitário. Na prática, o novo grupo de trabalho passava a subordinar o próprio Ministério da Educação, esvaziando este de suas funções políticas. Dessa forma, como foi percebido na época, "parece evidente que a condução da política estudantil, das relações do governo com os estudantes, passa a ser de direito o que já era de fato, uma questão colocada no âmbito da segurança, uma operação quase militar ou paramilitar. O Ministro da Educação terá de delegar suas atribuições ao novo órgão, que indicará diretrizes e supervisionará sua execução" (28).

Em maio de 1968, a comissão Meira Matos divulgou suas conclusões (29). Concordava em muitos pontos com o que depois afirmaria o relatório do GTRU, já examinado. Propunha uma reforma universitária modernizadora e a resolução

mente crítico diante da chamada "redemocratização" de Costa e Silva: "O atual governo da ditadura acenou com promessas demagógicas, mas na prática avança firmemente em seus objetivos de manutenção e desenvolvimento do sistema econômico que sobrevive através da exploração do povo. Por isso, é inviável e enganoso apresentar ao povo a perspectiva de redemocratização". Ver História da UNE, cit., p.118.

(28) CASTELLO BRANCO, C. Os militares no poder, vol. II, cit., p.248. Na nota de 3 de janeiro de 1968, o jornalista complementa: "O que, porém, impressiona desde logo é a manifestação do espírito militarista alcançando um dos setores mais delicados das relações civis...".

(29) "Relatório Meira Matos", maio de 1968, em Revista Paz e Terra, Rio, nº9, outubro de 1969, pp.199-241.

imediate dos problemas mais candentes, como a questão do restaurante universitário do "Calabouço". Por outro lado, ao contrário do grupo formado em julho, assumia uma posição francamente favorável à centralização das decisões universitárias, propondo na prática o fim da autonomia das escolas superiores. Atacava a liberdade de cátedra e a concepção liberal de universidade. No aspecto especificamente político, das relações entre o Estado e o movimento estudantil, o relatório ainda revelava a oscilação entre o "diálogo" e o endurecimento. Nesse sentido, procurava distinguir entre uma "maioria democrática" e uma "minoría esquerdista e instruída" que impunha seus interesses espúrios aos interesses legítimos da primeira. Partindo do pressuposto de que o governo poderia conseguir o apoio da "maioria democrática", propunha medidas para a organização desses setores, a fim de que fossem formados diretórios "democráticos". Quanto a estes, "pela concentração de poderes que polarizam poderão, ou representar um instrumento útil ao regime para a auscultação dos interesses legítimos dos estudantes, ou uma perigosa arma contra as instituições democráticas e as autoridades"⁽³⁰⁾. Finalmente, o relatório definia os partidos legais como único lugar legítimo da participação política dos estudantes e reconhecia como aspirações dos "verdadeiros estudantes" a busca da ascensão social e de aperfeiçoamento pelo ensino.

(30) Idem, p.234. "Só deve o governo restaurá-las quando tiver segurança de que não irá, com isto, favorecer aos grupos subversivos", dizia o documento, referindo-se às entidades estudantis.

Um mês antes da publicação do relatório, eclodiram em todo o país as impressionantes manifestações estudantis de massa de abril de 68. Assim, como veremos, o movimento universitário mostrava na prática que as motivações do protesto estudantil e as razões de sua oposição às políticas do Estado eram muito mais profundas do que queria admitir o discurso oficial. No entanto, até o final do primeiro semestre, a dialética do "diálogo" e repressão ainda estaria em operação. Em fins de agosto, a brutal invasão da Universidade de Brasília representou a sua resolução.

1968: A DIALÉTICA DO "ENDURECIMENTO"

A conjuntura política brasileira de 1968 ainda espera estudos mais aprofundados⁽³¹⁾. Momento crucial na definição do autoritarismo como processo de longa duração, nela se expressaram e se resolveram temporariamente agudas contradições, não só no interior do próprio aparelho de Estado como, em íntima relação com estas, no relacionamento entre o Estado e os setores sociais que se opunham à militarização. Não cabe aqui uma abordagem das complexas lutas políticas do período. Meu objetivo é mais restrito: analisar a atitude geral do Estado diante do movimento universitário, a fim de definir o contexto em que se deram as im-

(31) Para a conjuntura de 1968, além da pesquisa nos periódicos O Estado de S.Paulo, Correio da Manhã, Visão e Veja, recorri a CASTELLO BRANCO, C. op.cit., vol.II; SAES, D., Classe média e sistema político..., cap.V; MOREIRA ALVES, M.H., op.cit., cap.V, especialmente a parte "A oposição: passando à ofensiva", pp.115-127 ;

portantes mobilizações iniciadas em fins de março e que duraram até o final do ano. Todavia, é impossível escapar à discussão de uma tese que tem encontrado alguns defensores entre os estudiosos dessa conjuntura. Trata-se da idéia segundo a qual o endurecimento político do regime, no quadro da progressiva retomada do crescimento econômico, deveu-se em grande parte à radicalização da luta política da esquerda e à utilização de táticas inadequadas e carregadas de equívocos⁽³²⁾. O movimento estudantil constitui um tema de análise privilegiado para a verificação dessa tese, pois foi em relação a ele - setor mais mobilizado da sociedade, com práticas e palavras-de-ordem bastante radicalizadas - que se definiram os momentos fundamentais de intensificação da militarização. Em minha perspectiva, o estudo das relações entre o Estado e o meio universitário em 1968 não confirma essas hipóteses.

Com efeito, antes mesmo de surgirem os primeiros sinais de radicalização da luta popular e das práticas da esquerda, em 1968, setores importantes das Forças Armadas, designados em geral como a "linha dura" e que ocupavam postos-chave no governo Costa e Silva, já pareciam ter-se definido por uma estratégia de pressão em favor do "endureci

WEFFORT, F., op.cit.; RIZZO DE OLIVEIRA, op.cit., pp.91 e segs e FLYNN, P., op.cit., p.397 e segs.

(32) Assim, para Fernando Henrique Cardoso, os dois fatores definidores do "fechamento" do regime em fins de 1968 foram: a retomada do crescimento econômico e a "emergência da luta armada" (v. O modelo político, brasileiro, p.77 e segs.). Em minha perspectiva, tal pressuposto também está presente em VELASCO E CRUZ, S. & MARTINS, C.E. "De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história

mento" político. O movimento estudantil forneceu os principais pretextos para sua atuação. Assim, a radicalização da direita militar mais extremada parece ter se antecipado a acontecimentos como as greves operárias de Contagem e Osasco, o emprego de táticas "foquistas" pelo movimento estudantil e o anúncio da adesão da esquerda à "luta armada". Ao longo de todo o período em questão, a "linha dura" atuou segundo uma linha básica: procurava criar situações de fato, em geral ações repressivas destinadas a produzir grandes repercussões contrárias, que obrigassem o governo a endurecer cada vez mais sua política. À sua maneira, tentava produzir "fatos políticos" que favorecessem o prosseguimento da militarização. A partir de julho e agosto, essa tática começa a ser progressivamente superada pelas iniciativas do próprio Estado em seu conjunto, que incorporou, assim, as pressões pró-"fechamento" dos "duros".

Vejamos como se expressaram esses processos no plano das relações entre o Estado e o movimento estudantil. Vimos como a política do governo para o meio universitário caminhava já em fins de 1967 para uma progressiva militarização. No início de 1968, nos primeiros conflitos entre os jovens e a polícia, vêm a tona táticas de repressão que previsivelmente poderiam provocar consequências mais graves. No final de janeiro, uma pequena passeata de protesto con-

da "abertura", em SORJ, B. & TAVARES DE ALMEIDA, M.H. , Sociedade e política no Brasil pós-64, São Paulo, Brasiliense, 1984, 2a. edição, pp.13-61.

tra as condições do restaurante universitário do Calabouço foi reprimida a tiros no centro do Rio de Janeiro. Dois meses depois, a repetição da mesma tática policial levaria à morte do secundarista Edson Luís, quando soldados de uma tropa de choque da polícia militar da Guanabara atiraram indiscriminadamente contra manifestantes estudantis que realizavam um protesto de pequenas dimensões em frente ao Calabouço.

A polícia militar do Rio de Janeiro (então Estado da Guanabara) estava sob chefia direta do I Exército, considerado um dos núcleos da ação da "linha dura". A desproporcionada violência da ação repressiva foi enfatizada por vários órgãos de imprensa⁽³³⁾. No entanto, enquanto a atitude do presidente da República parece ter sido a de evitar maiores conflitos diante da eclosão do maciço movimento de protestos em amplas áreas da sociedade, a "Linha dura" passava a pressionar o governo para que fosse decretado o Estado de Sítio⁽³⁴⁾. Tais pressões viriam principalmente dos ministérios da Marinha, da Aeronáutica e da Justiça. O segundo destes chegou a esboçar uma ocupação mili

(33) Na oposição, o jornal Correio da Manhã sentenciou em editorial de 29 de março de 1968: "Não agiu a polícia militar como força pública. Agiu como bando de assassinos". Mesmo órgãos de imprensa que participaram ativamente da conspiração de 1964 atribuíram a morte de Edson Luís à "escalada militarista" e "à crise permanente que resultou da distorção, na teoria e na prática, da revolução de março de 1964" (ver O Estado de S. Paulo, editorial de 30 de março de 1968). Por sua vez, personalidades da própria área golpista condenaram vigorosamente a ação da polícia: "Esse crime é uma monstruosidade", declarava o general Olympio Mourão Filho, então presidente do Supremo Tribunal Militar (ver Jornal da Tarde, 29.3.68)

(34) Ver Correio da Manhã, 2.4.68, p.14, O Estado de S. Paulo,

tar da cidade do Rio de Janeiro no auge da crise, tendo sido impedido pela ação de outros setores do governo. Nesse contexto, o comando efetivo da situação na Guanabara ficou nas mãos do I Exército, cujo chefe era também considerado um representante dos "duros". O governador Negrão de Lima perdeu por completo o controle da situação. Segundo alguns analistas, o ministro do Exército, general Lyra Tavares, considerado um "castelista", opôs-se à decretação do Estado de Sítio⁽³⁵⁾. Entretanto, a pressão da "linha dura" resultaria na proibição das atividades da Frente Ampla, aparentemente planejada por esses setores há alguns meses. Por sua vez, diante da violenta repressão, os próprios líderes estudantis propuseram ao movimento a "volta às escolas" e a primeira das crises de 1968 esvaziou-se. No entanto, a pressão dos ultras não arrefeceu. Segundo um comentarista político, escrevendo no calor dos acontecimentos: "A linha dura está à espreita de novos acontecimentos que lhe devolvam a capacidade de influir e orientar as decisões que espera sejam tomadas no sentido da eliminação de toda contradição política que não seja expressamente consentida"⁽³⁶⁾.

O próximo passo foi dado em relação às sucessivas manifestações do movimento estudantil carioca em meados de junho. Aí, as lutas do movimento se concentraram na busca de um "diálogo" com o governo através de contatos com o

, 4.4.68 anunciava em manchete "Sítio pode vir com agitação"; CASTELLO BRANCO, op.cit. p. 317 e segs.

(35) Ver CASTELLO BRANCO, op.cit. p. 319. E também FLYNN, op.cit. que analisa as posições dos principais membros do governo.

(36) Idem, Ibidem, p. 325.

Ministério da Educação, a fim de "desmistificar" suas intenções. Embora, nessa altura, os estudantes da Guanabara já empregassem algumas táticas mais violentas, mais uma vez fez-se notar uma nítida tendência de endurecimento na área do I Exército. Os fatos se sucederam com rapidez e tiveram grande repercussão nacional. Inicialmente, tropas da polícia militar enfrentaram com bombas e baionetas caladas os estudantes que se aproximavam do MEC, que revidaram, gerando amplos conflitos de rua. No dia seguinte, com o movimento em estado de alerta, a polícia cercaria uma reunião de universitários no interior da Reitoria da UFRJ, com o objetivo de prender todos os líderes da UME e da UNE, contra os quais foram expedidos mandados de detenção. À saída do prédio houve intensos conflitos e centenas de jovens foram acuados num campo de futebol das proximidades, sofrendo espancamento coletivo, antes de passarem horas deitados no chão, com as mãos à cabeça. Tais fatos, amplamente divulgados pela imprensa, provocaram nova onda de protestos no Rio os quais resultaram num dos maiores conflitos urbanos da história do país, a "Sexta-feira sangrenta", que provocou a morte de cerca de 28 pessoas, quase todos trabalhadores do centro da cidade que participaram das lutas de rua.⁽³⁷⁾

(37) Ver O Estado de S. Paulo e o Correio da Manhã de junho de 1968 e os depoimentos em História da UNE. Vale aqui uma referência ao impacto que as fotos e manchetes de jornais provocavam em amplos setores sociais. Com circulação nacional e uma linha editorial de crítica à política autoritária, o Correio da Manhã cobriu os acontecimentos de junho com particular rigor. No dia 20 de junho, a sua primeira página mostrava moças e rapazes sendo espancados, no chão ou junto a muros, com o título "O diálogo é a violência". No dia seguinte, sob manchete "A guerra contra os estudantes", uma fotografia de vários jovens deitados sob as botas de policiais,

Mais uma vez, o comando da cidade ficou nas mãos do I Exército, responsável direto pelas táticas empregadas pelo aparelho repressivo. A "Sexta-feira sangrenta" culminou na realização, alguns dias depois, da "Passeata dos cem mil", quando o governo federal ordenou um recuo tático, retirando das ruas o aparato militar e permitindo a manifestação.

Após esses acontecimentos, não se pode mais dizer que houve discordâncias no seio da camada militar quanto às medidas seguintes. No início de julho foram proibidas as passeatas. No começo de agosto, o governo federal ordenou a participação direta das Forças Armadas na repressão aos protestos da primeira semana de aulas. Nessas decisões, o Conselho de Segurança Nacional teve papel decisivo. Enquanto isso, o movimento estudantil recolhia-se às escolas, discutindo questões educacionais e preparando o congresso da UNE. No entanto, mesmo no clima geral de endurecimento, uma outra ação viria a marcar nova posição da "linha dura", agora sob responsabilidade direta do Ministro Gama e Silva, da Justiça. Em meio à relativa calma do fim de agosto, a polícia federal invadiu a Universidade de Brasília, depois de um longo cerco, agredindo sem distinção estudantes, funcionários e parlamentares⁽³⁸⁾. Numa só ação atingia-se a Uni-

com o comentário: "uma operação de guerra à qual não faltou sequer o campo de concentração". No dia 22, o jornal anunciava "Um longo dia de massacre e mortes", afirmando em editorial: "A Nação está sobressaltada (...) estudantes e população perderam a garantia à liberdade e à vida".

(38) O comentário de Carlos Castello Branco resume o tom do noticiário da imprensa sobre o episódio: "A polícia, que entrou na universidade com se fossem russos entrando em Praga, bateu, quebrou, prendeu e abateu um estudante

versidade e o Congresso. Esta nova incursão dos "duros" marcou a linha divisória fundamental no processo de militarização. Pressionado pela imprensa e pelo parlamento, o governo ordenou uma investigação sobre a invasão. Daí adviria o Relatório Médici, endossando na prática a atuação das forças repressivas no campus de Brasília.

Entretanto, a mais impressionante das iniciativas dos "duros", embora denunciada somente no segundo semestre, ocorrera na altura da Passeata dos Cem Mil. Nessa ocasião, um grupo de militares vinculados ao Ministro da Aeronáutica chegou a planejar minuciosamente a ação de uma equipe de atiradores de elite que visava assassinar os principais líderes estudantis durante a manifestação. Encontrando resistência no seio do PARA-SAR, organismo militar convidado a efetuar a operação, esta acabou não se realizando. A efetiva existência do plano confirma, porém, a hipótese geral apresentada nesta seção ⁽³⁹⁾.

De setembro em diante, as relações entre o Estado e o movimento estudantil não apresentaram variações. O

com um tiro na testa" (op.cit.,p.449). Segundo ele, "é evidente que na operação estava prevista e incluída a violência não só contra estudantes como também contra parlamentares". (idem,p.449)

(39) Quanto ao episódio do PARA-SAR ver a entrevista de Hélio Silva a Em Tempo, São Paulo, 6 a 20 de março de 1978, p.3. Segundo relatava o Correio da Manhã (2.10.68), a utilização da tropa "na repressão às grandes manifestações estudantis e populares", previa o recurso à "infiltração nas passeatas de militares em trajes civis" e o "assassinato das principais lideranças estudantis", sequestradas em suas residências e lançadas ao mar a quarenta quilômetros da costa. Ver também O Estado de São Paulo, 5.10.68, p.3.

Congresso da UNE foi invadido e todos os líderes presentes presos e fichados. Aqueles que já tinham prisões preventivas decretadas permaneceram na cadeia, deixando o movimento. Os últimos protestos contra essas prisões também foram reprimidos. Nas vésperas da decretação do AI-5, quando setores da própria imprensa já anunciavam as atividades estudantis na mesma seção das notícias sobre as primeiras ações do terrorismo urbano⁽⁴⁰⁾, as táticas governamentais assumiram um nítido caráter antiinsurrecional. Numa manifestação universitária na Praça Onze, no centro do Rio de Janeiro, as pedras dos estudantes foram respondidas com tiros de metralhadora. Segundo um relato da imprensa:

"Os policiais, ainda com os veículos em movimento, começaram a atirar, inclusive com metralhadoras. Em pouco instantes, o pânico foi total: a praça Onze era uma praça de guerra"⁽⁴¹⁾.

OS DOIS EIXOS DA MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL DE 1968

Nas páginas anteriores, examinamos os aspectos fundamentais da atitude do Estado autoritário diante do movimento estudantil e da universidade: a política educacional e a política repressiva. É possível agora introduzir a questão central das motivações do protesto universitário de 1968, ou, em outros termos, dos eixos da mobilização estudantil daquela fase. Ao fazê-lo, procurarei cumprir duas metas de grande importância para a análise: em primeiro lu

(40) É o caso do jornal O Estado de S.Paulo.

(41) O Estado de S.Paulo, 24.10.68, p.16.

gar, trata-se de salientar a especificidade das mobilizações universitárias do pós-64, especialmente as mudanças em sua relação com o Estado; em segundo lugar, trata-se de caracterizar os elementos de continuidade entre o movimento do pré-64 e o do período subsequente. Em minha perspectiva, estes se localizam na questão da reforma universitária e da democratização da universidade, consignas históricas da luta dos estudantes, que reaparecem com novos conteúdos em 1968.

As lutas do movimento estudantil de 1968 centraram-se inequivocamente em dois eixos fundamentais: a luta antiditatorial e a campanha pela transformação da universidade. A presença destes polos de mobilização possibilitou inclusive a divisão da vanguarda do movimento em duas "posições" divergentes, que se distinguiam justamente pela ênfase em um ou em outro desses eixos. Veremos no capítulo seguinte quais eram as questões em debate no seio da direção do movimento. Aqui, interessa destacar basicamente que o núcleo da divergência expressou-se na contraposição de duas estratégias diversas: a que se centrava na "luta política" e a que propunha como objetivo principal a "luta específica".

A primeira "posição", formada essencialmente pelos partidários da Ação Popular, centrou seu programa na luta contra a ditadura. Em oposição a ela, a segunda "posição", constituída por um agrupamento de tendências onde predominavam as dissidências do PCB e a Polop, "coloca em primeiro lugar o problema da Reforma Universitária, reivin

dicação fundamental de todos os estudantes no momento" (42).

No entanto, conforme evidenciou a análise anterior, tanto a oposição antiditatorial quanto a luta educacional estiveram presentes, ao mesmo tempo, como motivações do movimento estudantil do pós-golpe. Assim, apesar da ênfase da segunda "posição" no caráter "específico" do movimento, parece evidente que os momentos culminantes da mobilização estudantil de massa em 1968 estiveram relacionados à luta diretamente "política" (v. quadros). Com efeito, as duas manifestações mais significativas daquele ano - o acompanhamento do enterro do estudante Edson Luís e, logo depois, a Passeata dos Cem Mil - constituíram respostas do meio universitário à política repressiva do Estado. Além disso, foi justamente este traço que permitiu a efêmera unificação do movimento, inclusive no nível de sua direção, bem como a sua união também momentânea com o protesto antiditatorial de outros setores sociais. A Passeata dos Cem Mil e seus equivalentes em todos os grandes centros urbanos do país expressaram o ponto culminante desse breve processo de unificação. Finalmente, a luta contra a ditadura militar configura o aspecto mais nítido da transformação ocorrida nas relações entre o Estado e o meio estudantil no decorrer da década de sessenta. Como já vimos, tais relações marcaram-se, desde o início, pela persistente tentativa de exclusão política da categoria universitária, no contexto mais amplo da exclusão do conjunto dos setores médios da sociedade. Nesse sentido, a violência repressiva pode ser

(42) Jornal da UEE, S. Paulo, agosto de 1968, mimeo., Ed. Extra, p. 2.

entendida como a manifestação mais evidente da atitude desmobilizadora e excludente do Estado militar.

Por outro lado, ainda que desconsiderada pela Ação Popular, é inegável a importância da problemática educacional na mobilização do meio universitário do pós-64. Na verdade, ex-líderes daquela corrente reconhecem atualmente que a concentração exclusiva nos aspectos "políticos" colaborou para distanciá-la da massa estudantil no ano de 1968⁽⁴³⁾. Assim, a pesquisa evidenciou uma intensa atividade em torno da questão da universidade (v. quadros). Durante a fase intermediária entre as grandes manifestações de abril e as de junho, o movimento se concentrou basicamente na discussão das questões educacionais dentro das escolas. Em São Paulo, a UEE promoveu a importante "Semana sobre a Política Educacional"; na Guanabara, a UME dirigiu a maciça greve geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro, centrada na reivindicação de mais verbas para a universidade. Em outros centros universitários ocorreram mobilizações semelhantes, destacando-se, em junho, a greve geral por mais verbas que paralisou 33 faculdades da Universidade Federal da Bahia. Cumpre lembrar ainda que, principalmente em São Paulo, a luta pela reforma universitária desdobrou-se em

(43) Referindo-se ao congresso de Ibiúna (2º semestre de 68), Jean Marc Von der Weid afirma: "O nosso programa (...) reforçava com insistência o caráter específico do movimento estudantil e seu papel de apoio aos movimentos populares. A tendência Unidade e Luta, cujo permanente radicalismo da "luta de ruas contra a ditadura" tinha provocado uma perda de influência na grande massa do movimento estudantil, aceitou, embora em muitos casos a contragosto, a correção de linha implícita na proposta". Ver História da UNE, cit., p.85.

ações cada vez mais radicais, como a ocupação das faculdades e a discussão da democratização da escola superior, muitas vezes com a participação de professores e funcionários⁽⁴⁴⁾.

Nessas mobilizações, após um período de recesso forçado, devido à política repressiva do Estado, reaparecem mais uma vez as duas consignas históricas do movimento estudantil brasileiro: a luta pela "abertura" da universidade e a revivindicação de participação dos estudantes nas decisões educacionais e no governo da instituição universitária. Agora, no entanto, o contexto político em que surgem essas aspirações é totalmente diverso. Antes de 1964, foi o próprio movimento dos estudantes quem levantou a bandeira da reforma da universidade. Inserida no processo mais amplo da expansão das conquistas da classe média no plano educacional e na conjuntura de ascensão da luta popular pelas reformas de base, a luta estudantil daquela fase buscava basicamente pressionar o Estado populista para que este ampliasse a participação do ensino público no terceiro grau, abrisse mais vagas e permitisse a democratização e modernização da universidade. Assim, como vimos, no episódio da greve nacional de 1962, o movimento não encontrou no Executivo populista o seu principal adversário, mas, sim, na burocracia universitária e no Legislativo.

(44) Para tais atividades ver UEE-SP, "Histórico dos principais aspectos do movimento estudantil", São Paulo, mimeo., 1968, 32 pp. e o depoimento de Vladimir Palmeira em CASO, Antonio. A esquerda armada no Brasil, 1967-1971, Lisboa, Moraes, 1976, pp.21 e segs.

Depois do golpe militar, a situação modificou-se profundamente. Confrontado com o Estado autoritário, desmobilizador e antipopular, o movimento estudantil encontrava-se isolado e na defensiva, contando apenas com seus próprios recursos. Nesse quadro, teve que enfrentar o projeto oficial de reforma universitária, perdendo, neste aspecto, a iniciativa de que gozava no pré-64. Na conjuntura do pós-64. Na conjuntura do pós-golpe, a bandeira da reforma mudou de mãos e de signo, visando agora, fundamentalmente, a racionalização das estruturas universitárias a fim de adaptá-las à etapa monopolista do desenvolvimento capitalista brasileiro. Foi diante do conteúdo das medidas que iam sendo propostas a partir de cima que os estudantes retomaram a problemática da universidade e construíram a sua proposição de transformação da escola superior. No ataque à "universidade-empresa" e na defesa da "universidade crítica" expressou-se a resistência do meio estudantil de classe média à rápida sucessão de medidas que resultaram na perda das conquistas alcançadas durante a fase populista. Assim, mesmo sem retomar explicitamente os debates travados nos anos finais do pré-64, o movimento estudantil encontrava na luta pela reforma universitária o seu principal elemento de continuidade. Resta examinar concretamente como se expressaram tais aspirações em 1968.

A "UNIVERSIDADE CRÍTICA"

A proposta da Universidade Crítica constitui o exemplo mais radical da crítica estudantil à universidade brasileira na década de 60. Originária da "segunda posição",

fundamentava-se no pressuposto já assinalado de que o eixo do movimento estudantil deveria ser a questão educacional: "Os estudantes querem, em princípio, uma escola melhor: é preciso partir disso e mostrar como a luta reivindicatória transforma-se numa luta política"⁽⁴⁵⁾. Seu porta-voz mais importante foi a União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Neste sentido, cumpre ressaltar que enquanto a "primeira posição" limitava-se a associar os acordos MEC-Usaid com a "intervenção imperialista no ensino" e a União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara restringia-se a uma crítica nacionalista superficial dos projetos do governo⁽⁴⁶⁾, a UEE paulista fez avançar o debate sobre a função da universidade e as possibilidades concretas de sua transformação. Ao fazê-lo, dava continuidade ao debate sobre a reforma universitária do início da década de 60. Por sua vez, ao expressar a intensificação do processo de politização do meio estudantil brasileiro naqueles anos, a luta pela Universidade Crítica representou também um dos indícios mais significativos dos limites objetivos que então se colocavam para o movimento universitário.

(45) Ver o Jornal da UEE, São Paulo, Departamento de Imprensa-Gestão Nova UEE, agosto de 1968, p.1.

(46) Segundo declarações de Vladimir Palmeira, então presidente da UME carioca, a reforma universitária "desejada pelos estudantes se volta para o desenvolvimento com características nacionalistas". Para ele, "os estudantes desejam "capacidade de pesquisa para que se possa formar uma tecnologia verdadeiramente brasileira e indústria de características nacionais". Ver Correio da Manhã, 9.4.68, p.13. É interessante notar que, individualmente, tais colocações coincidem com a de outro líder importante da "segunda posição", José Dirceu, então presidente da UEE-SP. Ver DIRCEU, José, Histórico do ME, datilografado, s.d.

Examinamos já os aspectos essenciais do projeto autoritário de reforma universitária. À luz da crítica estudantil, o modelo aí proposto passou a ser denominado de "Universidade-Empresa" e a esta se dirigiram os ataques do movimento. O que caracterizava, na visão dos estudantes, a universidade empresarial, que o governo planejava implantar no pós-64? Segundo a UEE de São Paulo, tal protótipo de escola superior visava dotar o país de uma nova universidade, adaptada às necessidades da recente fase do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Com o auxílio norte-americano, tratava-se de modernizar a instituição universitária.

Em seu sentido geral, tal propósito não chegava a constituir uma novidade para o movimento estudantil, pois a UNE já se manifestara há vários anos pela racionalização da universidade arcaica. Assim, em suas críticas, a entidade paulista se voltava não contra os aspectos formais mas contra o conteúdo da reforma proposta. A Universidade-Empresa teria, de acordo com os estudantes, duas metas contrárias: 1) formar técnicos de nível médio para aplicar a ciência e não para criá-la; e 2) impedir que se formasse uma intelectualidade inconformada, capaz de questionar o sistema político. No entanto, não se restringiam a isso os planos do governo militar. No quadro de constantes crises da escola superior, agravado pela redução de verbas, o novo regime projetava eximir-se do ônus econômico da educação. Para isso, pretendia instaurar o ensino pago, antigo fantasma da categoria universitária brasileira. Com esse fim, os burocratas do ensino procuravam tornar viável o projeto das

"fundações", instituições que substituiriam as universidades públicas, onde o ensino deixaria de ser gratuito e a administração contaria com a presença direta de representantes das indústrias. Nessas escolas, os currículos escapariam por completo ao controle dos estudantes⁽⁴⁷⁾.

É desnecessário dizer que a reforma assim definida ameaçava frontalmente não só as reivindicações então apresentadas pelos movimentos estudantis, como as próprias conquistas do meio universitário de classe média no período populista. Com o ensino pago anulava-se a histórica aspiração à abertura da universidade. Através da implantação das fundações perdia-se totalmente a perspectiva de participação no governo da universidade, apagando-se as esperanças de uma escola voltada para os interesses do "desenvolvimento nacional" e do conjunto da coletividade. Além disso, acentuando ainda mais o quadro de oposição aos planos da ditadura militar, os manifestos estudantis encarregaram-se de divulgar as fontes principais da reforma autoritária: o acordo MEC-Usaid e o Relatório Atcon, este caracterizado como "classista, tecnicista, antinacional e antidemocrático"⁽⁴⁸⁾.

Com o objetivo de combater tal projeto, no quadro de intensa polêmica que caracterizou o ano de 1968, a UEE paulista elaborou o seu projeto de escola superior. Se-

(47) Ver o "Programa para a União Nacional dos Estudantes", elaborado pela UEE-SP entre agosto e setembro de 1968 e também Jornal da UEE, junho de 1968, edição especial: "A política educacional do governo".

(48) Ver o Jornal da UEE, São Paulo, agosto de 1968 ("Plano para a escola dos exploradores").

gundo a entidade dos estudantes de São Paulo, caberia ao movimento estudantil resgatar a real função da universidade em sociedades como as do Brasil. Nesse sentido, afirmava, a universidade não poderia ser vista como uma instituição "acima da sociedade". Mesmo reconhecendo os limites impostos pelos interesses das classes dominantes numa sociedade capitalista, os estudantes avançavam então a sua definição dos objetivos da universidade:

"Equacionar e superar os problemas colocados pelo agrupamento social no qual ela se insere" (49).

As mobilizações estudantis deveriam voltar-se para a exigência de que a universidade se aproximasse de seu papel "em função de toda a coletividade". Com tais perspectivas, a UEE-SP levantava então os pontos fundamentais que deveriam nortear a luta estudantil. Estes seriam: 1) a luta pelo princípio do ensino gratuito; 2) a luta pela autonomia universitária, no plano administrativo, didático e financeiro; 3) a luta pela admissão na universidade de todos os que conseguissem média no vestibular e 4) a luta pela paridade nos órgãos universitários. Todos esses objetivos faziam parte, desde o início da década, da lista de reivindicações do movimento universitário. Podiam ser sintetizados na crítica ao ensino elitista e à falta de democracia interna na escola superior.

(49) UEE-SP, "Histórico dos principais aspectos do movimento estudantil", mimeo., data provável: fins de julho de 68, p.8. Este documento é a fonte principal para o que definiremos como "primeiro momento" da teorização da UEE paulista sobre a reforma universitária.

Entretanto, a súbita e extensa intensificação das lutas estudantis, ao lado da radicalização das perspectivas ideológicas da vanguarda da "segunda posição", no ambiente de aguda polêmica da época, contribuiriam para radicalizar também as posições da UEE-SP, fiel às teses da prioridade da luta educacional.

Neste sentido, talvez fosse possível localizar dois momentos distintos em seu posicionamento sobre a questão da universidade. Inicialmente, a sua proposta de universidade é vista como um fim em si, feitas as ressalvas dos limites colocados pela sociedade capitalista. Entretanto, nos textos elaborados às vésperas do congresso de Ibiúna (outubro de 1968), a UEE-SP parece caminhar para a caracterização da reforma universitária como um "meio de ação política". Ou seja, a ênfase passa a recair na impossibilidade de implantação de um modelo democrático de escola superior numa sociedade capitalista. Radicaliza-se assim a afirmação anterior de que a verdadeira universidade só viria com "a transformação da nossa sociedade classista numa sociedade sem classes"⁽⁵⁰⁾. A inviabilidade da universidade proposta daria aos estudantes meios para chegar à "perspectiva correta de transformação social".

Em minha ótica, foi dessa tensão entre a reforma universitária como um fim e como um meio que surgiu com mais força a teorização da Universidade Crítica. Assim no "Programa da UEE-SP para a União Nacional dos Estudantes", texto que exprimia a mudança de algumas posições da "segun

(50) Idem, Ibidem, p. 9.

da posição" no quadro de intensa discussão ideológica que precedeu ao congresso da UNE, tais alterações aparecem com nitidez. Aí, a crítica à Universidade-Empresa é vista como um meio para se chegar à revolta do estudante contra o governo e contra a classe que detém o poder. A luta pela reforma educacional é radicalizada com a proposta de se passar "da denúncia à ação", "tomando o poder temporariamente na universidade", com a ocupação das escolas, o que provocaria a repressão governamental. Nesse processo, surgiriam as condições para a "aplicação de uma política estudantil correta".

Em seu sentido mais restrito, tais reformulações das propostas da UEE-SP expressavam um processo que atingiu igualmente às duas "posições" estudantis em 1968. Diante do grande ascenso do movimento estudantil de massas, no quadro de intensa disputa que precedeu ao congresso de Ibiúna, tanto uma como outra das tendências centrais do movimento procuravam incorporar proposições que antes caracterizavam a corrente adversária. Neste processo, a Ação Popular incluiu em seu programa alguns tópicos relativos à problemática educacional. Por sua vez, a "segunda posição" procurou transformar a sua palavra-de-ordem da reforma universitária num instrumento de luta direta contra a ditadura.

A proposta da Universidade Crítica exprimiu essas múltiplas motivações. Assim, se por um lado ela é definida como uma instituição cujo objetivo seria "formar profissionais capazes de compreender a realidade brasileira" (num discurso que dá continuidade às reivindicações da UNE

em 1961-62), por outro, ela é vista como "um foco permanente e ajuizador das contradições existentes entre o governo e a população dominada". Ou como uma escola "que se critica a si própria, enquanto instrumento de dominação superestrutural". E, finalmente, como "um instrumento de corrosão do governo". No mesmo documento, no entanto, todos esses aspectos parecem assumir uma característica tática, pois a Universidade Crítica "não é um fim, mas um meio, um instrumento para a ação política" (51).

Em minha visão, essas várias definições exprimiam mais que uma confusão ideológica. Na verdade, a oscilação entre as duas concepções da reforma universitária - como fim a ser atingido nos quadros da sociedade existente ou como meio para transformá-la - parece constituir um dos indícios mais nítidos do impasse do qual se aproximava o movimento estudantil de 1968. Ponto culminante da crítica estudantil à instituição universitária, o debate sobre a Universidade Crítica expressaria, assim, os limites que então se colocavam diante do movimento universitário. A partir daí, suas lutas só poderiam avançar como advento de transformações mais radicais no nível do regime ou do sistema. Apresentando já, ele próprio, sinais evidentes de exaustão, o movimento dos estudantes não poderia efetivar isoladamente essas mudanças.

(51) "Programa para a União Nacional dos Estudantes", cit., pp. 7-8.

QUADRO I

PRINCIPAIS ATIVIDADES ESTUDANTIS DO 1º SEMESTRE DE 1967 (Até 19 DE JUNHO)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data
URS (Porto Alegre)	Assembléia geral	Restaurante	Março
URS (Porto Alegre)	Greve geral	Suspensão de dirigentes	Março
Salvador	Passeata de calouros (Choques com a policia)	Choques	Março
Rio de Janeiro	Ocupação da sede da USAID	Condições de moradia es- tudantil	Abril
Rio de Janeiro	Concentração	Anuidades e MEC-USAID	Abril
Medicina - USP	Greve	Excedentes	Abril
Escola Paulista de Medicina	Greve	Excedentes	Abril
Fac. de Medicina da Santa Casa	Greve	Excedentes	Abril
Filosofia - USP	Greve	PEG e MEC-USAID	Abril
Geografia - USP	Greve	PEG e MEC-USAID	Abril
Rio de Janeiro	Assembléia geral	Excedentes	Abril
Curitiba	Assembléia geral	Excedentes	Abril
Belo Horizonte	Assembléia geral	Excedentes	Abril

Quadro I (cont.)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data
Recife	Assembléia geral	Excedentes	Abril
Fac. de Medicina de Campinas	Greve	Excedentes	Abril
PUC - SP	Greve	Anuidades	Abril
Várias cidades	Seminários	"Semana do Vietnã"	Abril
UNB	Ato de protesto (prisões)	Presença do embaixador americano	Abril
São Paulo	Passeata (queima de bandeira)	PEG e MEC-USAID	Abril
Rio de Janeiro	Assembléia geral	Repressão em Brasília	Abril
Niterói	Assembléia geral	Repressão em Brasília	Abril
Belo Horizonte	Assembléia geral	Repressão em Brasília	Abril
Brasília	"Greve branca"	Repressão	Abril
São Paulo	Seminário	"Infiltração imperialista no ensino"	Abril
Curitiba	Greve	PEG e MEC-USAID	Abril
Salvador	Greve	PEG e MEC-USAID	Abril

Quadro I (cont.)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data
Recife	Greve	PEG e MEC-USAID	Abril
Belo Horizonte	Passeata (repressão)	PEG e MEC-USAID	Abril
Niterói	Ato público	Imperialismo norte-americano	Abril
Rio de Janeiro	Comício	PEG e MEC-USAID	Abril
Curitiba	Passeata (1000)	PEG e MEC-USAID	Abril
Mackenzie (S. Paulo)	Greve	Anuidades	Abril
FAU - USP	Ocupação	Excedentes	Maio
UFRJ	Greve	Ratificações dos Acordos MEC-USAID	Maio
Curitiba	Manifestação	Ratificações dos Acordos MEC-USAID	Maio
Fortaleza	Manifestação	Ratificações dos Acordos MEC-USAID	Maio
Porto Alegre	Manifestação (queima de bandeira)	Ratificações dos Acordos MEC-USAID	Maio
Rio de Janeiro	Passeata (choques e feridos)	Ratificações dos Acordos MEC-USAID e reabertura do Calabouço	Maio

Quadro I (cont.)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data
Curitiba	Seminário	Infiltração imperialista no ensino	Maio
Brasília	Seminário	Infiltração imperialista no ensino	Maio
Belo Horizonte	Passeata (choques e prisões)	MEC-USAID	Maio
Salvador	Passeata (queima de ban- deira, ataque ao consulado)	MEC-USAID	Maio
Rio de Janeiro	Passeata	MEC-USAID, Calabouço, recusa ao diálogo	Maio

FONTE: O Estado de S. Paulo.

QUADRO II

MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS DE 1968 (ATÉ 19 DE JUNHO)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data	Observações
Rio de Janeiro	Passeata	Condições do Restaurante do Calabouço	janeiro	Mais de 800 estudantes Repressão violenta (tiros)
São Paulo	Acampamento	Excedentes	março	
São Paulo	Passeata	Excedentes	março	Mil estudantes
Rio de Janeiro (Fac.C.Médicas,UEG)	Ocupação	Condições de ensino	março	
São Paulo (Filosofia - USP)	Invasão da reunião da Congregação	Vagas	março	
Brasília	Passeata - trote		março	
Rio de Janeiro	Ato público	Condições do Calabouço	28-3	Repressão violenta: assas sinato do estudante Edson Luís (início da crise de abril)
Rio de Janeiro	Acompanhamento do enterro	Sepultamento de Edson Luís	29-3	50 mil participantes no sepultamento ("centenas de milhares" no trajeto) CM
São Paulo	Greve geral	Assassinato de E.Luís	29-3	

Quadro II (cont.)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data	Observações
Brasília e Recife	Passeatas	Assassinato de E. Luís	29-3	Brasília: 5 mil pessoas (repressão violenta) Recife: 70 feridos
R. Janeiro, B. Horizonte, S. Paulo, J. Pessoa, Fortaleza, Goiânia, S. Carlos, Pres. Prudente, etc.	Passeatas	Assassinato de E. Luís	19-4	Rio: 30 mil manif.: 60 feridos, 200 presos, 1 morte. J. Pessoa: 6.000 manif. Fortaleza: 5.000 manif. Goiânia: 3.000 manif. (repress. violenta: 1 morto)
P. Alegre, Recife, S. Paulo, Salvador, São Luís, Florianópolis, Campinas, Piracicaba, etc.	Passeatas	Assassinato de E. Luís, repressão policial	02-4	P. Alegre: incendiado junto do Exército S. Paulo: repressão violenta
Natal e J. Pessoa	Greve geral	Assassinato de E. Luís, repressão policial	02-4	
Recife, Natal, Belém, Vitória, Curitiba	Passeatas	Assassinato de E. Luís, repressão policial	03-4	Natal: 5.000 manif.

Quadro II. (cont.)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data	Observações
R. Janeiro, B. Horizonte, P. Alegre, J. Pessoa, Recife	Missas de sétímodia	Assassinato de E. Luís, repressão policial	04-4	Rio: ocupação militar da cidade, repressão violenta, 380 prisões B. Horizonte: 15 mil P. Alegre: bomba explosiva de na saída da missa J. Pessoa: violentos choques de rua duram 4 hs Recife: repressão e espancamentos.
São Luís	Passeata	Assassinato de E. Luís, repressão policial	04-4	
João Pessoa e São Paulo	Passeata	Assassinato de E. Luís, repressão policial	05-4	J. Pessoa: choques graves apedrejamento do Palácio do Governo.
Vitória	Passeata	Assassinato de E. Luís, repressão policial	06-4	
Osasco	Passeata de estudantes e operários	Assassinato de E. Luís, repressão policial	08-4	

Quadro II (cont.)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data	Observações
São Paulo	Ato público	Libertação dos estudantes presos	09-4	300 estudantes
Rio de Janeiro	Ato público	Situação do Calabouço	23-4	Mil estudantes
S. Paulo e R. Janeiro	Atos públicos	Primeiro de Maio	Maio	S. Paulo: 30 mil pessoas, destruição do palanque oficial
Belo Horizonte	Passeata	Repressão policial	Maio	
Rio de Janeiro	Comícios-relâmpagos	Recusa ao diálogo	Maio	
Curitiba (Fac. Engenharia)	Tentativa de impedimento dos vestibulares		Maio	Choques, com feridos e presos
Curitiba	Greve geral	Solidariedade	Maio	

FONTES: O Estado de S. Paulo, Correio da Manhã, Jornal da Tarde.

QUADRO III
 MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS DE 1968 (JUNHO-JULHO)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data	Observações
Rio de Janeiro (UFRJ)	Greve de 48 hs	PEG, Verbas, reabertura do Calabouço	04-6	
Brasília (UNB)	Greve	Repúdio a professor "direitista"	06-6	
São Paulo (USP)	Concentração na Reitoria	Planos de reforma do governo	07-6	
Rio de Janeiro	Concentração no MEC	Diálogo, PEG, Verbas	11-6	3.000 estudantes: repressão; tombados vários carros oficiais
São Paulo (USP)	Invasão da Reitoria	Planos de reforma do governo	12-6	
Salvador	Greve com ocupação de faculdades	Corte de verbas/planos de reforma do governo	18-6	33 faculdades, 8 mil alunos
Rio de Janeiro	Tentativa de concentração no MEC/passeatas	Diálogo, verbas, repressão	19-6	Conflitos de rua durante sete horas: 100 presos
São Paulo	Passeata	PEG, repressão	19-6	2 mil estudantes

Quadro III (cont.)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data	Observações
Rio de Janeiro	Assembléia geral	PEG, repressão, diálogo	20-6	Polícia cerca a Reitoria, 500 presos levados para o campo do Botafoque FC, dezenas de feridos
Rio de Janeiro	Manifestações de rua, distúrbios populares	PEG, repressão, diálogo	21-6	"Sexta-feira Sangrenta": 4 mortos (CM), centenas de presos, dezenas de feridos, barricadas.
Brasília	Assembléia geral		21-6	Cerco e invasão da universidade
São Paulo	Ocupação de faculdades	Reforma universitária	22-6	Primeira ocupação: Faculdade de Direito-USP
São Paulo	Passeata	Solidariedade aos estudantes cariocas	24-6	Novas táticas: comandos de segurança e ataques a prédios
Rio de Janeiro	Passeatas-relâmpago	Divulgação da manifestação do dia 26-6	24-6	

Quadro III (cont.)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data	Observações
Brasília, B. Horizonte, Fortaleza	Passeatas	Solidariedade ao Rio.	24-6	Repressão violenta e conflitos
Porto Alegre	Passeatas	Solidariedade ao Rio	24-6	Repressão violenta e conflitos
Rio de Janeiro	Passeata	Repressão policial-militar, PEG, contra a ditadura	26-6	"Passeata dos Cem Mil" 80-100 mil manifestantes 120-150 mil no trajeto (CM)
São Paulo e Recife	Comícios-relâmpago	Repressão policial-militar, PEG, contra a ditadura	27-6	
Fortaleza	Passeata	Repressão policial-militar, PEG, contra a ditadura	27-6	20 mil pessoas (segundo ex-líderes)
Porto Alegre e Brasília	Passeatas	Repressão policial-militar, PEG, contra a ditadura	28-6	P. Alegre: repressão violenta. Brasília: 10 mil estud.

Quadro III (cont.)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data	Observações
Recife	Passeata	Repressão policial-militar, PEG, contra a ditadura	02-7	8 mil estudantes
São Paulo	Passeata	Repressão policial-militar, PEG, contra a ditadura	03-7	2 mil (ESP)
Rio de Janeiro	Passeata	Repressão policial-militar, PEG, contra a ditadura	04-7	10 mil (ESP)
Salvador	Passeata	Repressão policial-militar, PEG, contra a ditadura	04-7	Ataque à sede da USAID
Brasília	Detenção de um agente policial		12-7	Universidade sob cerco: depois de negociações, o policial é libertado na presença da imprensa.
Belo Horizonte	Comício		16-7	
Rio de Janeiro	Passeata-relâmpago	Apoio à greve de Osasco	18-7	500 pessoas

Quadro III (cont.)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data	Observações
Rio de Janeiro	Passeata-relâmpago	Apoio à greve de Osasco	19-7	mil pessoas
Rio de Janeiro e São Paulo	Comícios em fábricas	Apoio à greve de Osasco	26-7	São Paulo: 200 pessoas
São Paulo	Comícios em bairros	Apoio à greve de Osasco	30-7	

FONTES: O Estado de S. Paulo; Correio da Manhã; Jornal da Tarde.

QUADRO IV
 MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS DE 1968 (AGOSTO-OUTUBRO)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data	Observações
Rio de Janeiro	Passeata	Prisão de Vladimir Palmeira	03-8	
Rio de Janeiro	Passeata (tentativa)	Prisão de Vladimir Palmeira	06-8	8 mil soldados e policiais; tanques; metralhadoras
Rio de Janeiro	Passeatas-relâmpago /barricadas	Prisão de Vladimir Palmeira	07-8	
Salvador	Passeatas	Aumento das tarifas de Ônibus; repressão/prisões	08-8	Repressão violenta: feridos a bala
Rio de Janeiro	Passeatas-relâmpago /barricadas	Repressão, prisões	09-8	300 estudantes; choques violentos; tombados carros oficiais
Salvador e Fortaleza	Passeatas	Repressão, prisões	12-8	
Salvador	Passeatas	Repressão, prisões	13-8	Governo decreta feriado, repressão violenta
Fortaleza	Passeatas	Repressão, prisões	14-8	Choques

Quadro IV (cont.)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data	Observações
Salvador e B. Horizonte	Passeatas	Repressão, prisões	15-8	Choques
São Paulo	Passeatas	Repressão, prisões	16-8	Poucos manifestantes; choques com feridos.
Goiânia e Belo Horizonte	Passeatas (tentativas)	Repressão, prisões	19-8	Prisões e feridos; B. Horizonte: 26 mil soldados e policiais
Belo Horizonte	Tentativa de passeata	Repressão, prisões	23-8	Repressão violenta
São Paulo	Passeata	Repressão, prisões	28-8	50 prisões; tombados carros oficiais
Brasília	Invasão da UNB pela polícia		29-8	Tiros de fuzis e metralhadoras: feridos graves; parlamentares espancados
Rio de Janeiro	Passeata-relâmpago	Visita do General Westmoreland	25-9	Poucos participantes; tombados dois carros.
São Paulo	Choque de rua	Conflito Mackenzie-Filosofia - USP	02-10	Seis feridos

Quadro IV (cont.)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data	Observações
São Paulo	Choque de rua, passeata	Conflito Mackenzie - Filosofia - USP	03-10	Morte de um estudante
São Paulo	Passeata	Morte do estudante	04-10	2 mil
São Paulo	Passeata	Morte do estudante	08-10	20 mil: choques duram 2 horas
Rio de Janeiro	Tentativa de passeata	Repressão policial-militar	09-10	Choques violentos: feridos a bala
Rio de Janeiro	Tomada do prédio da UNE	Desmantelamento do congresso de Ibiúna	15-10	Ação rápida e retirada
Florianópolis, Belém, Salvador	Passeatas	Desmantelamento do congresso de Ibiúna	16-10	Choques com a polícia
Fortaleza, Aracajú, Belo Horizonte	Greves	Desmantelamento do congresso de Ibiúna	16-10	
Curitiba	Passeata	Desmantelamento do congresso de Ibiúna	19-10	
Rio de Janeiro, Salvador, Goiânia, São Paulo	Passeatas	Desmantelamento do congresso de Ibiúna	22-10	Choques violentos com a polícia: feridos graves no Rio

Quadro IV (cont.)

Escola ou local	Atividade	Motivo	Data	Observações
Rio de Janeiro	Tentativa de passeata	Desmantelamento do congresso de Ibiúna	23-10	2 mortos

FONTES: O Estado de São Paulo, Correio da Manhã, Jornal da Tarde.

QUADRO V

FERIDOS POR PROFISSÃO NAS MANIFESTAÇÕES DE 1º DE ABRIL

Profissão	nº
policiais	40
estudantes	9
aux. de escritório	7
comerciários	3
serventes	3
funcionários públicos	3
advogados	2
jornalistas	2
outros:	13
total	82
<p>nota: os nºs são aproximados.</p> <p>nota 2): ao contrário dos estudantes, era interesse da polícia divulgar o nome de todos os policiais feridos.</p>	

FONTE: Correio da Manhã

QUADRO VI

PRESOS POR PROFISSÃO NAS MANIFESTAÇÕES DO DIA 19 DE ABRIL

Profissão	nº
escriturários e aux. de escritório	19
comerciários	10
funcionários públicos	8
bancários/securitários	8
profissionais liberais	2
contínuos/mensageiros/boys	8
serventes	6
vendedores/corretores	3
mecânicos/soldadores	6
desenhistas	5
operários	2
auxiliares de farmácia	2
professores	2
outros	29
total	109
notas: os nºs são aproximados e por profissão declarada.	

FONTE: Correio da Manhã

QUADRO VII

PRESOS POR PROFISSÃO NA SEXTA-FEIRA SANGRENTA (21-6-68)

Profissão	nº
estudantes	40
aux. de escritório/escriturário	23
bancário/securitários	11
comerciários/balconistas	10
pedreiros/serventes	12
mecânicos	4
funcionários	4
cobradores	4
pintores	4
contínuos	3
operários	3
vendedores	3
contadores	3
taxistas, eletricitas, farmacêuticos, en- fermeiros, comerciantes e grãfioos	2 cada
despachante, bombeiro, gerente, alfaia- te, cineasta, engenheiro, porteiro, fo- tógrafo, detetive, publicitário, dese- nhista, ator, entregador, informante, serralheiro, garçon, estafeta	1 cada
total	150

FONTE: Correio da Manhã

QUADRO VIII

FERIDOS POR PROFISSÃO NA SEXTA-FEIRA SANGRENTO (21-6-68)

Profissão	nº
comerciários	18
estudante	13
funcionários	7
operários	4
jornalistas	4
motoristas	4
securitários/bancários	3
vendedores/co-retores	2
taifeiro, taxista, enfermeira, contínuo, ambulante, porteiro, copeiro, bombeiro, arquiteto e telegrafista	1
total	65
Obs.: O número é apenas aproximado pois é baseado nos registros de hospitais, onde os manifestantes tinham ser presos.	

FONTE: Correio da Manhã

CAPÍTULO IV

AS PERSPECTIVAS IDEOLÓGICAS DA ESQUERDA ESTUDANTIL

Na introdução a este trabalho, procurei salientar duas tendências predominantes nos estudos sobre o tema estudantil. Em primeiro lugar, trata-se da atribuição ao conjunto da categoria universitária das formulações e práticas elaboradas no plano de sua direção política, tendência que, como vimos, colaborou grandemente para o surgimento de uma "mitologia estudantil" centrada no caráter "revolucionário" das práticas do movimento. Em segundo, trata-se do equívoco encontrado nas análises de autores como Marialice Foracchi que, preocupados justamente em contrapor-se a tal idealização, através do estudo dos conteúdos sociais do protesto universitário, acabam por não reconhecer uma autonomia específica ao nível da "vanguarda" estudantil, ao campo constituído pelas propostas e ações características dos grupos militantes. Em minha ótica, ambas as tendências apontam para a necessidade de se preservar, ao nível da análise, a relativa independência entre as práticas da direção e as do conjunto do movimento.

Com base nesses argumentos, proponho-me a abordar, nesta parte final, a questão da trajetória ideológica da liderança estudantil, na década de 60. Para isso, procurarei focar os processos ocorridos no período de 1967-68. Evidentemente, embora às vezes os dois temas se entrelacem, a análise subsequente não pretende aprofundar o tema mais geral das transformações vividas então pelo conjunto da esquerda brasileira. O objetivo aqui é mais restrito: busca-se entender os pressupostos políticos que fundamentaram as propostas da esquerda estudantil, no movimento de 1968.

LUTA POLÍTICA E LUTA ESPECÍFICA

No auge da crise estudantil de 1968, quando eram mais acentuadas as características de unidade do movimento de massas, um observador mais atento não poderia ignorar os indícios cada vez mais visíveis da profunda cisão que se desenvolvia no seio de sua direção política. Iniciado o descenso, em princípios de julho, veio à luz com nitidez - nas acusações trocadas entre os líderes através da imprensa, na guerra das palavras-de-ordem e nos evidentes desencontros, por ocasião das passeatas - que o campo da vanguarda dividira-se irreversivelmente em duas "posições" divergentes, portadoras de orientações conflitantes sobre o papel a ser desempenhado pelo movimento, naquela conjuntura. As raízes de tal polarização remontavam às discordâncias expressas em plenário, no 29º Congresso da UNE, e se agravaram no Conselho Nacional da entidade, realizado em Salvador, no mês de maio.

No meu ponto de vista, o estudo das duas políticas estudantis aí propostas permite iniciar, por via de seus aspectos mais evidentes, a análise que me proponho a realizar sobre as perspectivas ideológicas da direção universitária, em 1968. Nesse sentido, aquela que ficou conhecida como a "primeira posição" estudantil expressava as proposições defendidas pela Ação Popular, corrente que detinha, desde 1961, a hegemonia na entidade nacional dos estudantes (em 1968, a AP passou a contar, como aliado, com o grupo vinculado ao Partido Comunista do Brasil). Por sua vez, na chamada "segunda posição", reuniam-se pratica

mente todas as outras tendências com alguma representação na vanguarda do movimento, com exceção do Partido Comunista Brasileiro que, como veremos, a partir de 1967 fora marginalizado no plano da UNE. Estas correntes representavam as posições das várias Dissidências Estudantis do PCB, bem como as da POLOP, antes que estes grupos sofressem profundas alterações organizacionais, no final de 1967. No nível do movimento estudantil, entretanto, a concordância era bastante ampla, permitindo que analisemos suas posições num mesmo bloco. Aí, o programa de ação que a caracterizava foi o que se expressou nas palavras-de-ordem da "luta específica" e da "luta nas escolas".

Em contraste com os enfoques da "segunda posição", o traço mais visível da ideologia da AP, em 1967-68, foi a defesa da "luta política" e da "luta nas ruas". O que era, exatamente, a luta política, na visão da Ação Popular? Para este grupo político, o papel do movimento estudantil no pós-64 definia-se, acima de tudo, pelas tarefas de denúncia da ditadura militar e, simultaneamente, das forças do imperialismo que a sustentavam. Para atingir este fim, as lutas universitárias deveriam centrar-se nas grandes manifestações públicas, que marcariam sua presença perante a sociedade, procurando atrair, ao mesmo tempo, a ação das forças repressivas do Estado. Dessa maneira, os estudantes trariam, como contribuição decisiva ao movimento antiditatorial, o desmascaramento do caráter opressivo e violento do regime, obrigando os mili-

tares a "mostrarem as armas", o que deveria propiciar o surgimento de uma consciência antiditatorial no seio das grandes massas. Era essa, em essência, a teoria dos fatos políticos, que guiou os passos da AP, em 1968.

Com tais perspectivas, a Ação Popular praticamente desprezou as lutas educacionais, como eixo de mobilização estudantil. Nas assembléias universitárias, seus militantes distinguiram-se invariavelmente pela defesa de novas manifestações de rua, mesmo quando estas já mostravam sinais de esgotamento como táticas de luta. Após a Passeata dos Cem Mil, durante o breve interregno em que o governo militar acenou com uma tímida tentativa de diálogo, o líder mais importante da AP declarava: "O movimento estudantil, em resposta, vai acirrar ao extremo todas as suas lutas e reivindicações". Pouco depois, em fins de julho, quando eram evidentes os sintomas de descenso do movimento de massa, Luís Travassos voltava a defender: "Faremos grandes passeatas populares e usaremos da violência contra a violência". É possível encontrar outros exemplos nas posições tomadas pela AP, na conjuntura de 1968. (1)

Com efeito, talvez se possa afirmar que a Ação Popular teve como uma de suas características mais marcantes naqueles anos, a ênfase na potencialidade revolucionária da pequena burguesia ou de alguns setores desta camada. De tal forma, a partir da compreensão da revo

(1) Ver Correio da Manhã, 28-6-68 ("Presidente da UNE prevê demagogia") e 27-7-68 ("UNE lança desafio em São Paulo").

lução brasileira como nacional e democrática e da proposta de alianças, configurada no chamado "bloco das quatro classes" (burguesia nacional, trabalhadores, camponeses, pequena burguesia), esta corrente viu-se apta a contemplar a significativa radicalização de setores da classe média brasileira, em 1968. Nesse quadro, deve ser entendida a sua proposta da Aliança Operário-Camponesa-Estudantil (1967), que, na conjuntura de relativa desmobilização operária e camponesa da época, acabou por dar lugar a iniciativas políticas que tendiam a substituir as forças revolucionárias ausentes pelo movimento estudantil, sôzinho. Em 1966, o mesmo ocorrera com a sua proposta do "Movimento Contra a Ditadura". (2)

LUTA ESPECÍFICA E LUTA ARMADA

A "segunda posição", por sua vez, partia de análises bastante diferentes; o ponto de união entre as análises das Dissidências estudantis e da POLOP no meio universitário foi justamente a desconfiança frente ao papel dos setores sociais médios na revolução. No documento que expressou suas posições em 1967, esta tendência atribuía a tais camadas um comportamento "oscilante" entre as pers

2. Para as propostas da AP no movimento estudantil de 1966 e 1967 cf. os depoimentos de vários ex-militantes em História da UNE, cit., e o cap. X de LIMA & A RANTES, História da Ação Popular..., cit. Segundo Al^ltino Dantas, presidente da UNE na gestão 1965-66, o MCD constitui-se em "uma tentativa do movimento estudantil de dirigir e orientar a luta de outras camadas da população".

pectivas colocadas por uma ou outra das classes fundamentais. Tais grupos vacilariam sempre entre "a adequação ao sistema e a sua negação, proposta pelas classes trabalhadoras". Em decorrência, caberia ao movimento operário levá-los a uma tomada de posição, o que seria facilitado pelo processo de proletarização de amplos setores da classe média. A suspeita diante da pequena burguesia teve importantes conseqüências nas análises da "segunda posição". Daí se extraiu o papel auxiliar que estas correntes conferiam ao movimento estudantil, pois os estudantes "não têm condições, por si sós, de colocar em xeque o regime".⁽³⁾

Na elaboração destas teses é possível ver a influência das análises da POLOP sobre o caráter socialista da revolução brasileira, com a conseqüente ênfase no conteúdo operário das transformações a serem realizadas. Resalte-se, porém, que nem todos os quadros da "segunda posição" aceitavam tal caracterização, como o demonstra a adesão de vários de seus militantes a organizações como a ALN, adeptas da Revolução de Libertação Nacional.

No movimento estudantil, entretanto, a "segunda posição" extraiu daquelas teses a sua proposta central: a "luta específica". Na sua ótica, o papel fundamental do movimento estudantil era o de possibilitar o surgimento de uma consciência crítica, no meio universitário de classe média. Para tanto, as lutas desta categoria deveriam se

(3) Carta Política da UNE em Revisão, nº 5, setembro de 1967, publicação do Grêmio de Filosofia da USP, pp. 18-28.

concentrar nos problemas que diziam respeito diretamente ao estudante: a questão da universidade, basicamente. Só a partir daí surgiriam as condições para a politização do universitário, aproximando-o da perspectiva de apoio ao movimento dos trabalhadores. O depoimento de Vladimir Palmeira, ex-presidente da UNE da Guanabara, sintetiza com precisão o enfoque desta tendência:

"Ao lutar contra a política educacional do regime, os estudantes partiriam de suas próprias condições no meio em que viviam, das contradições que expressam a dominação de classe da burguesia de uma forma concreta e, desse modo, cada luta reivindicativa serviria para caracterizar o governo como um governo ditatorial, como uma ditadura de classe, chegando, por esse caminho, à compreensão da impossibilidade de resolver os problemas universitários dentro do sistema capitalista". (4)

Com essa perspectiva, a "segunda posição" procurou concentrar as suas práticas na organização das bases, dentro das escolas, em torno de seus objetivos mais imediatos. Daí sua ênfase na questão da universidade. Promoveu um amplo trabalho sindical, criando formas de organização como as "frentes de trabalho" e a Coordenação dos Centros Acadêmicos, em São Paulo. Colocava-se, em geral, contra as táticas da AP, defendendo em diversas ocasiões a "volta às escolas": "O normal é o trabalho nas faculdades e o excepcional é a saída às ruas e ela tem que ser, para sua continuidade, decorrência do trabalho nas facul-

(4) As afirmações de Vladimir estão em A esquerda armada no Brasil, cit., p. 29.

dades".⁽⁵⁾ Tais posições levaram os líderes desta corrente a contemplar de modo diferente o processo de radicalização do meio estudantil, em 1968, quando havia um clima favorável ao apoio às táticas mais radicais.

Neste sentido, a expressão sintética de suas práticas foi a dicotomia que estabeleceu entre o trabalho sindical, amplo, gradual, destinado ao estudante médio, e as práticas destinadas à vanguarda e à "massa avançada". Nestas últimas, manifestou-se com nitidez a influenciada teses foquistas e militaristas no seio da "segunda posição". "É necessário aproveitar a massa avançada, que participa de todas as manifestações do m.e., para fazer propaganda de uma organização clandestina no nível do m.e.", defendia um documento da UEE-SP em meados de 1968; o "critério deve ser o de tender para o aperfeiçoamento organizatório, ampliando as regras inerentes às ações clandestinas".⁽⁶⁾ De tal modo, embora explicitamente este traço não estivesse presente nas manifestações da "segunda posição", no decorrer de 1968, esta tendeu a transformar algumas de suas práticas estudantis em ensaios para a preparação de formas de luta "mais avançadas".

As próprias ocupações de faculdades, resultado da reivindicação pela reforma universitária e da campanha pela paridade, foram enfocadas, a partir daí, pelo viés da

(5) UEE-SP, "Programa para a União Nacional dos Estudantes", mimeo, 13 p., p.10 (data provável: setembro de 1968).

(6) Ver o tópico "Perspectivas de atuação" no documento "Histórico dos principais aspectos do movimento estudantil", UEE-SP, mimeo., julho de 1968, 32 pp., p.32.

luta armada. "A ocupação de uma faculdade" - dizia um documento da UEE-SP - "deve ser entendida segundo seu aspecto político-militar . Militarmente é incorreto ocupar mos uma faculdade. Isto porque o nosso inimigo conhece nossa posição, nossas forças, e é ele quem define as regras do jogo. Entretanto, pode-se desencadear uma ofensiva política que não nos deixe à mercê do adversário". (7)

Neste sentido, várias das táticas propostas pela UEE-SP, em julho de 1968 - comícios-relâmpago, comissões de segurança, pichações em apoio à greve de Osasco - passaram a se pautar por critérios da luta armada. A propaganda da "violência revolucionária" passou a ser um de seus objetivos implícitos. Clandestinamente organizadas, com a participação de poucos estudantes, o intuito de tais ações seria "fustigar a repressão e levar a propaganda e denúncia política". Na ótica da "segunda posição":

"A forma das últimas manifestações é condizente com a concepção da revolução brasileira, através de um longo processo de luta armada, que vá acumulando forças até a tomada do poder político". (8)

A Ação Popular, defensora também da "violência revolucionária", passou a criticar tais ações por cometerem o "erro de substituir a prática de todo o povo pela

(7) Idem, p.3.

(8) Idem, p.14. Nesse sentido, a UEE-SP fazia o seguinte balanço de suas atividades no primeiro semestre de 1968: "Foram formados vários grupos que sabem, agora, como empreender uma ação clandestina e que compreendem o significado político dessa ação, tanto no contexto imediato, como na perspectiva de transformação radical da sociedade, através de um processo longo e armado". (Idem, p.5).

prática de pequenos grupos que tentam substituir o povo". Tratava-se, segundo ela, de considerar que a "luta antiimperialista é tarefa de todo o povo, em todos os seus aspectos".⁽⁹⁾ Neste ponto, porém, uma vez esboçados os traços principais das "duas posições", em 1968, a análise só poderá avançar se examinarmos com mais cuidado as teses fundamentais que permitiram a elas elaborar seu programa para o movimento estudantil. Começamos pelas transformações ocorridas em 1967, quando formou-se na UNE o bloco da esquerda estudantil, com base numa plataforma comum, anti-reformista.

O 29º CONGRESSO DA UNE E A CRÍTICA AO REFORMISMO

No processo de redefinições político-ideológicas que levou à consolidação das duas políticas estudantis de 1968, o 29º Congresso da UNE, realizado em julho de 1967, em Vinhedo, São Paulo, assume uma importância crucial. Com efeito, nesta reunião expressou-se pela primeira vez, no plano da entidade nacional, o crescimento das correntes opositoras à Ação Popular, obrigando-a a compartilhar a diretoria eleita naquele conclave com militantes

(9) Ver o documento publicado em nome da UNE, mas que na realidade expressava apenas a posição dos diretores filiados à Ação Popular: "Informe do Conselho Nacional", julho de 1968, mimeo., 9 pp., p.3. Nesta altura, a direção da UNE se dividira de maneira irreversível e os seus líderes trocavam violentas acusações através da imprensa. O motivo principal das divergências era o desacordo sobre as perspectivas de encaminhamento dos protestos estudantis, bem como as diferentes visões sobre o significado do próximo congresso da UNE. Ver Jornal da Tarde, primeira semana de julho/1968.

das Dissidências comunistas e da POLOP. Ao mesmo tempo, no final dos trabalhos, ficariam evidentes as dificuldades em conciliar as propostas daquelas que viriam a ser, em 1968, as duas "posições" estudantis. Neste sentido, a Ação Popular divulgou como a "Carta Política" da UNE um documento que expressava as suas propostas, enquanto as publicações estudantis vinculadas às DIS-POLOP estamparam um texto com proposições diferentes. O 29º congresso terminou, assim, com dois documentos finais distintos. (10)

Ao lado disso, registrou-se, em 1967, um outro processo fundamental no campo estudantil. Trata-se da marginalização das posições do Partido Comunista Brasileiro, cujos militantes viram-se em evidente minoria em plenário, diante das críticas a eles dirigidas por todo o bloco de esquerda. (11) O conteúdo desses ataques estava configurado na crítica ao "reformismo", compreendidas aí as idéias e práticas do PCB na história recente do movimento popular brasileiro. Assim, antes da divisão do bloco de

(10) A bibliografia sobre a UNE não reconheceu até aqui a existência dessas duas cartas, preferindo apresentar como a "Carta Política do 29º UNE", a Carta-Política Subsídio, apresentada pela AP para discussão no congresso de Vinhedo.

(11) Segundo uma publicação alinhada ao bloco de esquerda, os novos rumos do movimento estudantil expressaram-se, no 29º UNE, na "severa derrota imposta ao reformismo, representado, em termos de Movimento Estudantil, pela F.U.P. (Frente Universitária Progressista), que, no congresso, foi derrotada, conseguindo apenas 50 votos, num total de 400 delegados credenciados". Cf. "Análise da Carta Política da UNE" em Revisão, nº 5, cit., pp.29 e segs. Para o "Programa da FUP", ver POERNER, op.cit., pp. 358-361. Segundo o depoimento prestado ao autor pelo líder estudantil Davi Capistrano Filho, "os comunistas universitários do Rio de Janeiro integravam de má vontade a FUP porque não concordavam com a política de criar uma tendência dentro do movimento", coerentes com a proposta de uma ampla frente contra a ditadura. (Entrevista de 27.6.83).

esquerda em dois campos diversos, o conjunto da vanguarda universitária procurou marcar, em julho de 1967, uma definição ideológica básica: o anti-reformismo. Para melhor compreender o que a direção estudantil entendia por este conceito, retomemos brevemente as posições defendidas pelo PCB, antes e depois do golpe de abril de 1964.

Desde março de 1958, quando se publicou a "Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro", o PCB passara a propugnar a formação de uma Frente Única Nacionalista e Democrática, no seio da qual se reservava importante papel à aliança com os setores nacionais e progressistas da burguesia. O fundamento desta proposta encontrava-se na análise de que as duas contradições fundamentais da sociedade brasileira constituíam-se no conflito entre a "nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos" e na contradição entre "as forças produtivas em desenvolvimento" e as "relações de produção semifeudais na agricultura". Neste enfoque, a contradição entre a burguesia e o proletariado assumia um caráter não-prioritário, não exigindo uma "solução radical". Tal caracterização deve ser referida à interpretação comunista da existência de um "capitalismo de Estado de caráter nacional", como um "elemento progressista e antiimperialista da política econômica do governo".

A partir daí, o PCB defendia que no Brasil estavam se consolidando processos que tendiam à democratização e que poderiam ser ampliados, nos quadros do sistema político vigente. A tomada de posição dos comunistas a favor das reformas de base e o seu apoio ao go-

verno Goulart devem ser entendidos nesse contexto. Com tais diretrizes, o partido ampliou suas bases de apoio no sindicalismo operário e em outros setores do movimento popular, passando a desempenhar um papel-chave na frente antiimperialista dos anos finais do populismo. Em seu sentido geral, configurava-se aí a chamada "via pacífica" da revolução brasileira, confiante na eficácia das mudanças parciais e na aliança com um setor progressista da burguesia, supostamente interessado no desenvolvimento econômico autônomo e objetivamente situado ao lado dos trabalhadores, contra a ofensiva do imperialismo. (12)

Os resultados desta linha política são bastante conhecidos para que seja necessário historiá-los aqui. Vale lembrar, entretanto, que a direção do PCB comprometeu-se extensamente com a política de Goulart, evitando criticar mesmo os aspectos mais conciliadores das medidas deste presidente. Ao mesmo tempo, superestimou as possibilidades efetivas do movimento popular, não considerando, por outro lado, o desgaste e o afastamento do governo Goulart em relação às perspectivas do conjunto da burguesia, principalmente a partir de fins de 1963. Finalmente, o PCB subestimou a problemática específica das Forças Armadas, colocando até o momento final grande expectativa no chamado "esquema militar" que garantiria o poder ao presidente constitucional. (13)

(12) Baseio-me aqui na leitura da "Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro", de março de 1958 e na "Resolução Política do VI Congresso do PCB", de 1960.

(13) Ver GORENDER, Jacob, "64: o fracasso das esquerdas", em Movimento, São Paulo, nº 229, 23-29 março de 1981.

O conjunto destas práticas levou o PCB à inércia, no momento do golpe. Segundo um observador bem situado em sua direção, os dirigentes mais influentes do Comitê Central procuraram sustar iniciativas de resistência, sem oferecer ao movimento popular outra alternativa que não a espera de diretrizes do governo que caía. Chegou-se mesmo a propor ao CGT a suspensão da greve geral decretada para a reação ao movimento da direita.⁽¹⁴⁾ Nesse quadro, deram-se os episódios já mencionados da frustrada "procura de armas" pelas bases mais ativas do partido, com destaque para suas bases universitárias. A direção partidária não respondeu, no entanto, a tais expectativas.

É certo que cada uma das correntes do movimento nacionalista e popular "contribuiu com seu erro peculiar para o desenlace funesto". Entretanto, para fins desta análise, cumpre reter a profunda crise de credibilidade que atingiu o PCB no seio da esquerda, após a derrota de abril de 1964. No plano de sua direção, a intensa luta interna resultaria na formação das várias organizações defensoras da luta armada, com a saída de importantes líderes do partido. Por sua vez, as bases estudantis comunistas permaneceram no PCB por pouco tempo, vindo a formar as Dissidências universitárias em 1966-67. Neste sentido, mesmo antes de 1964, já era possível notar os primeiros indícios de rebeldia nos quadros comunistas atuantes na universidade. Com a derrocada de abril, as denúncias mais vi

(14) Idem, ibidem.

gorosas contra a linha política do partido passaram a se originar do movimento estudantil.

Enquanto isso, agravando ainda mais a insatisfação dos estudantes, a cúpula do PCB, refeita da derrota, procurou retomar os princípios básicos de suas práticas anteriores, recusando-se a rever as posições de 1958. Assim, o PCB define como eixo de sua atividade de oposição à ditadura militar a luta pela "redemocratização" do país, fundando-se mais uma vez na análise do potencial progressista de setores da burguesia brasileira e nas características nacionalistas e democráticas de parcelas das Forças Armadas. Essas orientações se concretizaram na palavra-de-ordem da Frente Democrática, que defendia a "união das forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e a conquista das liberdades democráticas". Na visão dos setores hegemônicos do PCB, tal frente deveria agrupar "todas as forças de oposição, mesmo que, no passado recente, elas tivessem apoiado o golpe".⁽¹⁵⁾ Dessa maneira, o partido não levava em consideração as dificuldades de uma aliança entre os setores burgueses descontentes e o movimento popular, já apontadas em parte anterior deste trabalho, nem considerava a importância dos expurgos realizados no interior das Forças Armadas, a fim de eliminar os grupos nacionalistas.

No meio estudantil, a ênfase comunista nas práticas liberais tradicionais (apoio ao partido da oposi-

(15) Ver a "Resolução Política do VI Congresso", dezembro de 1967.

ção consentida e a aproximação com a Frente Ampla) encontraria decidida resistência. O aspecto mais visível destas divergências foi a campanha pelo "voto mulo", nas eleições de 1966. Foi nesse quadro geral que o 29º Congresso da UNE procurou definir os princípios básicos que distinguiram a estratégia da esquerda universitária do reformismo do PCB.

O ANTI-REFORMISMO DA UNE

Na reunião clandestina da UNE, em julho de 1967, a ampla maioria dos delegados favoreceu a formação de um "bloco de esquerda", que marginalizou a reduzida bancada do PCB, representada pela Frente Universitária Progressista (FUP). As propostas desta corrente foram alvo de cerrada crítica e sua presença foi impedida na diretoria eleita naquela ocasião. Ao fim do encontro, as resoluções da frente de esquerda vieram à luz, em dois documentos distintos - duas Cartas Políticas da UNE - que, no entanto, expressavam as mesmas posições, no que diz respeito à denúncia dos equívocos do reformismo, ponto inicial para a sua construção de uma nova estratégia da luta popular.

Ao referir-se à situação nacional, tanto uma como outra das cartas da UNE atribuíram a vitória da direita, em abril de 1964, às "ilusões reformistas" que levaram o movimento popular a acreditar nas modificações parciais e pacíficas, com base na falaciosa "suposição de que a burguesia brasileira tivesse interesses contraditô

rios com o imperialismo".⁽¹⁶⁾ Em decorrência disso, afirmavam os documentos, as forças populares perderam sua independência frente aos setores dominantes, o que as levou à impotência, diante da iniciativa golpista.

Dessa maneira, firmava-se como característica inicial da crítica estudantil ao "reformismo" uma enraizada desconfiança frente a qualquer forma de aproximação entre o movimento dos trabalhadores e frações da burguesia. Pode-se mesmo dizer que tal suspeita estendia-se às próprias correntes que se definiam pela caracterização da revolução brasileira como nacional-democrática, pressupondo, assim, a existência de tarefas democrático-burguesas a serem cumpridas, na sociedade brasileira. Neste sentido, a carta da Ação Popular acentuava o aprofundamento da aliança entre a burguesia e o capital estrangeiro no país: "O imperialismo não é uma força externa que atua na realidade brasileira. A aliança dos interesses da classe dominante com o capital estrangeiro se consolidou com o golpe de abril de 1964".⁽¹⁷⁾

(16) Os documentos a que me refiro aqui estão publicados em Revisão, nº 5, cit. (Carta da UNE apoiada pelas Dissidências e pela POLOP) e em História da UNE (Carta divulgada pela AP como sendo da UNE). Em julho de 1968, o diretor da UNE, Edson Soares, ao convocar a imprensa para anunciar que Luís Travassos não mais podia falar em nome da UNE, denunciou que as divergências existentes desde o 29º congresso evidenciaram-se com a publicação da chamada "Carta Política Subsídio", divulgada por quatro diretores da UNE, pregando a aliança operário-estudantil-camponesa. Acontece que essa aliança e essa carta não representavam o pensamento da UNE, pois a tese já havia sido derrotada nas discussões do 29º congresso". Ver Jornal da Tarde, 8-7-68 ("Ex-UNE expurga líder que tentou discordar").

(17) Ver História da UNE, p. 117.

A mesma ênfase no caráter associado do desenvolvimento do capitalismo no Brasil pode ser encontrada na carta das Dissidências-POLOP. Aí, no tópico "Situação Nacional", defendia-se: "O desenvolvimento econômico do Brasil se caracterizou, desde a época colonial, pela integração no capitalismo mundial". E, mais adiante, "o nosso empresariado nacional nasceu dependendo do grande capital...", de tal modo que, na época de maior penetração imperialista, no governo Juscelino, "a integração do imperialismo já era um inimigo interno, associado às nossas classes dominantes". Enfim, a mesma avaliação sobre o aprofundamento da aliança entre os setores burgueses nacionais e o capital estrangeiro aparece na análise da "segunda posição". Para esta, após os acontecimentos de 1964:

"O Estado passa a ser representante dos capitais estrangeiros e associados; a opção da burguesia nacional foi a de integrar-se, sacumbindo ante as forças hegemônicas". (18)

Com base em tais análises, a esquerda estudantil via com ceticismo as possibilidades de uma retomada das formas democrático-liberais no Brasil, ponto de vista que aparece com nitidez na carta das DIS-POLOP: "O clássico Estado liberal-democrático (...) não comporta mais as necessidades do capitalismo monopolista". Segundo o mesmo documento, com a destruição do regime político anterior, "inicia-se (...) o arrebatamento do Estado liberal-democrático e constrói-se lentamente um novo ti-

(18) Cf. Revisão, nº 5, pp. 24 e segs.

po de Estado, adaptado às necessidades do capital monopolista".⁽¹⁹⁾ Também o manifesto da Ação Popular compartilhava essa visão, ao mesmo tempo que denunciava as iniciativas calcadas na perspectiva de liberalização do regime militar: "É inviável e enganoso apresentar ao povo perspectiva de redemocratização", dizia a carta da AP, concluindo que "na prática, essa proposição se expressa em aliança com a opressão"⁽²⁰⁾. Na verdade, essas proposições apenas deixavam entrever uma avaliação que já se consolidara no seio da esquerda: a crise da dominação burguesa apresentava, no Brasil, características de irreversibilidade e o regime militar tinha bases frágeis.

O impasse político, por sua vez, estaria vinculado ao impasse econômico, devido à crise da industrialização, baseada na substituição de importações. Aqui, a explicação subjacente referia-se à estagnação estrutural da economia brasileira, tese originalmente defendida por Celso Furtado. Segundo este teórico, o caráter da crise econômica vivida pelo capitalismo no país vinculava-se à "deformação estrutural que se traduz no perfil da demanda global", o que colocaria obstáculos intransponíveis ao avanço da inovação tecnológica. Agravando tal quadro, atuariam no mesmo sentido a estrutura agrária baseada no latifúndio e o papel das empresas estrangeiras, que favoreceriam a desnacionalização do capital e a desarticula-

(19) Idem, p.25.

(20) História da UNE, p. 118.

ção do sistema de decisões.⁽²¹⁾ O modo como as várias correntes de esquerda se apropriaram dessas análises ainda merece um estudo mais detido. Aqui, interessa salientar que era geral, no seio da esquerda estudantil, a idéia de uma crise "irreversível" do capitalismo brasileiro. Em várias ocasiões, essa constatação apareceu nos documentos estudantis do pós-64. Assim, já nas "Resoluções do 27º Congresso da UNE" (1965), que expressavam os pontos de vista da Ação Popular, pode-se ler:

"A crise brasileira (é) uma crise de conjuntura e de estrutura, uma vez que os industriais no Brasil não encontram mercados internos e externos para seus produtos. Esta ausência de mercados é devida, entre outros motivos, à existência de uma estrutura agrária pré-capitalista e aos entraves que o capitalismo nacional, sob sua forma imperialista, nos oferece".⁽²²⁾

Como se sabe, estas teses revelaram-se depois equivocadas e, no início da década de 70, apareceriam as primeiras análises sobre o dinamismo da economia capitalista no Brasil.⁽²³⁾ Em 1967-68, no entanto, a descrença da

(21) Ver FURTADO, Celso. Um projeto para o Brasil. Rio, Saga, 1968. Para uma análise dessas colocações ver MANIEGA, Guido. A economia política brasileira. São Paulo, Polis, 1984.

(22) Ver O Estado de S. Paulo, 1º de agosto de 1965, p.26.

(23) Destas, a análise pioneira foi a de TAVARES, Maria da Conceição. "Além da estagnação" (escrita com José Serra) em Da substituição de importações do capitalismo financeiro, pp.153-254, cuja data de apresentação foi novembro de 1970. Aí procurou-se mostrar que a crise advinda do esgotamento da etapa de substituição de importações representou a transição para um novo esquema de desenvolvimento capitalista, com características bastante dinâmicas e com o reforço de traços do modelo anterior. Criticando a análise de Furtado, centrada na estrutura da demanda e na consequente falta de mercado, Tavares estudou as medidas da política econômica dos governos militares destacando o seu efeito na alteração da composição da demanda, com a distribuição de renda "para cima" e a compressão dos salários que, ao lado de um conjunto de medidas na área financeira, permitiu, desde 1966, o aumento da taxa de investimento com a atração de capital estrangeiro a curto prazo.

esquerda diante de uma possível recuperação econômica era generalizada. O capitalismo estava diante de um beco sem saídas; em consequência, o regime militar tinha seus dias contados. Tal era a visão predominante, como se pode constatar num documento publicado em 1969, pela corrente política que se originou da Dissidência Estudantil da Guanabara:

"A situação econômica geral aguça as contradições na sociedade brasileira num ponto insuportável (...). Em função da crise estrutural existente, os fatores que a provocam sã desaparecerã com o desaparecimento do capitalismo como sistema e com a destruição da atual ditadura como expressã desse sistema".(24)

Voltando a 1967, pode-se afirmar, com segurança, que, na altura do 29º Congresso da UNE, a esquerda estudantil, bem como o conjunto da esquerda fora do PCB, já chegara à conclusão de que a conjuntura brasileira do pós-64 era portadora de traços "pré-revolucionários", incluindo-se aí a existência de uma orientação "potencial" de resistência por parte das massas populares. Como apontou um analista, "predominava um certo fatalismo positivo, uma confiança irreprimível no futuro: o que quer que acontecesse, a burguesia não tinha alternativas para sair da crise econômica que se aprofundaria. Mas dia, menos dia, o barril de pólvora explodiria, era uma questão de tempo".(25)

(24) MR-8. "As relações vanguarda-massa na fase atual da revolução" em Pensamiento Critico, Habana, nº 46-160-163, nov.1970, p.95.

(25) Ver o prefácio de Daniel Aarão Reis Fº à coletânea Imagens da Revolução - documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio, Marco Zero, 1985, p.19.

Entendem-se, assim, algumas manifestações da direção universitária, na conjuntura de ascenso das lutas antiditatoriais do ano seguinte. Nelas, tendia-se a conferir, ao conjunto da população, disposições de luta que estavam presentes sobretudo no meio estudantil. Assim, em julho de 1968, ignorando os primeiros sinais de cansaço dos protestos de rua, a Ação Popular avaliava: "a luta do povo do Brasil vive uma fase de grande ascensão, que se marca pela intensificação das mobilizações de vários setores da população".⁽²⁶⁾ Por sua vez, a UEE-SP saudou as greves de Osasco nos seguintes termos: "Elas são apenas um ensaio de uma greve geral para a derrubada do arrôcho salarial, forma com que a burguesia, classe dominante, mantém alta a sua taxa de lucro".⁽²⁷⁾

Dessa maneira, através de seus próprios processos de luta e debates internos, a esquerda brasileira e, particularmente, a direção do movimento estudantil, tinha chegado, em meados de 1967, à proposta de acirramento das lutas populares, visando a derrubada da ditadura e a instauração de um governo popular (entendido de forma variável, segundo a corrente política). Foi nesse quadro que se deu a aproximação de seus militantes com as propostas originárias de outras experiências de luta, então em grande destaque, graças aos acontecimentos revolucionários da década. Chegamos, portanto, à análise da adesão da Ação Po

(26) UNE, "Informe do Conselho Nacional", p.1.

(27) UEE-SP, "Histórico dos principais aspectos do movimento estudantil". p.6.

pular às teses de Mao Tsé-Tung, no contexto da grande repercussão da Revolução Cultural Proletária (1966) e da absorção pelas Dissidências Estudantis e pela POLOP ("segunda posição") das teses de "Che" Guevara, impulsionadas pela vitória da Revolução Cubana e pelo desenrolar dos combates guerrilheiros na Bolívia.

A AÇÃO POPULAR EM 1968: A "LINHA DE MASSAS"

Neste sentido, procurarei analisar, nas páginas seguintes, as principais teses revolucionárias que serviram de inspiração e pano de fundo às opções da esquerda estudantil, em 1968. No caso da Ação Popular ("primeira posição"), destaca-se principalmente o processo de sua adesão ao maoísmo, já evidente no 29º Congresso da UNE, na defesa da Aliança Operário-Estudantil-Camponesa. Quanto às Dissidências Estudantis e à POLOP ("segunda posição"), trata-se de situar as influências do guevarismo e de sua simplificação debrayista, que veio à luz naquele ano, no conjunto de suas proposições e práticas. Numa primeira abordagem, pode-se propor que as duas "posições" se agruparam em torno de uma linha demarcatória inicial que colocava de um lado a "linha de massas" (AP) e, de outro, a tese do "foco" revolucionário de Guevara. No entanto, especialmente no caso da Ação Popular, é preciso fazer algumas ressalvas sobre a origem de suas principais orientações.

Com efeito, também o principal grupo político da "primeira posição" parece ter sofrido uma visível in-

fluência das teses do mais importante teórico da Revolução Cubana. É possível propor assim, que aí se encontram as raízes de sua teoria dos "fatos políticos", de notória importância na definição da estratégia da "luta política" e da "luta nas ruas". Refiro-me basicamente à ênfase colocada por Guevara nas condições pré-revolucionárias existentes na América Latina, devido, entre vários fatores, ao rompimento da ordem constitucional, por iniciativa das classes dominantes. Em outras palavras, trata-se da importância que ele atribui à situação ditatorial, como um dos fundamentos da opção pela guerrilha: "É precisamente o fato de que as forças de opressão se mantêm no poder, contra o Direito, que rompe a paz". (28)

Para Guevara, a única alternativa que se colocava aos revolucionários, diante da ascensão da ditadura, era a de atuar no sentido de impedir a sua consolidação, procurando trazer à luz os aspectos ilegítimos e violentos que o regime busca esconder. Em outros termos, numa linguagem mais próxima à usada no Brasil pelos militantes da Ação Popular, tratava-se de "desmascarar a ditadura", fazer com que esta "mostrasse as suas armas". Na expressão so próprio Guevara:

"É preciso violentar o equilíbrio ditadura-oligarquia-força popular. A ditadura sempre tenta se manter, sem mostrar em demasia que ela usa a força; obrigá-la a se desmascarar, a mostrar a sua face verdadeira de ditadura das classes reacionárias, contribui para mostrar ao povo sua verdadeira natureza, aprofundando a luta a tal ponto, que não será mais possível recuar". (29).

(28) Ver o texto "A guerra de guerrilhas" em Textes militaires, Paris, Maspero, p. 28.

(29) "Guerra de guerrilhas: um método" em *idem*, *ibidem*, p.155.

Entretanto, a despeito desta significativa influência, a Ação Popular trilhou, em seguida, um caminho político que a afastaria das outras formulações deste líder da Revolução Cubana. Neste sentido, apenas a sua "Resolução Política" de 1965 expressou a aproximação com a tese do "foco" guerrilheiro⁽³⁰⁾ Desde então, justamente à época em que o guevarismo ganhava amplo respaldo nos meios da "segunda posição", a AP, por sua vez, passava a sofrer a influência das teses oriundas da Revolução Chinesa e de seu teórico fundamental, Mao Tsé-Tung. Vale lembrar que o autor mais divulgado entre os militantes das Dissidências-POLOP, Régis Debray, procurava justamente se contrapor à tese maoísta da "guerra popular", no livro em que defendia o "foco" revolucionário como alternativa para as lutas na América Latina.

Em 1966, um dos principais dirigentes da Ação Popular - o ex-presidente da UNE, Aldo Arantes -, depois de visitar a China, divulgou, nas fileiras da organização, alguns textos sobre as idéias de Mao. No ano seguinte, a reunião do Comitê Nacional da AP deliberou iniciar um processo de debate interno, recorrendo a um conjunto de obras clássicas e recentes do marxismo, a fim de definir uma linha política revolucionária; publicaram-se então os "Textos para Debate", onde os escritos do líder chinês eram

(30) A análise da evolução política da Ação Popular no pós-64 baseia-se na obra fundamental sobre esta organização, o livro de seus ex-dirigentes Haroldo Lima e Aldo Arantes, História da Ação Popular, da JUC ao PC do B. São Paulo, Alfa-Omega, 1984. Ver também MARINI, R.M. "A esquerda revolucionária brasileira e as novas condições da luta de classes", mimeo., s.d., 27 pp. e o depoimento de Hebert José de Souza em CAVALCANTI, Pedro e outros Memórias do exílio. São Paulo, Livramento, 1978.

preponderantes⁽³¹⁾. O processo de discussão interna não seguiu, no entanto, um ritmo gradual. Antes mesmo que a direção tomasse uma decisão centralizada sobre os rumos ideológicos da AP, um setor majoritário já se definira pelo maoísmo e aderira ao "movimento de proletarização" que, como veremos, implicava no ingresso dos quadros partidários "na produção". Nesta altura, como ocorreu com frequência em outros grupos de esquerda, na época, a AP dividiu-se em duas "correntes", a primeira favorável ao maoísmo e a segunda nitidamente influenciada pelas idéias de Guevara e Debray. Em julho de 1968, em pleno apogeu das lutas estudantis, a AP resolveu sua luta interna, com a expulsão dos membros da Corrente 2.

Dessa maneira, desde o final de 1967, o maoísmo era a fonte ideológica mais importante das teorizações da Ação Popular; a chamada "Corrente 1" definia, na prática, os rumos da organização. Em tal quadro, publicou-se o documento central para a compreensão do pensamento daquele grupo de esquerda, em 1968: o "Esquema dos Seis Pontos", que examinarei brevemente a seguir.

(31) Segundo informação de uma ex-militante da AP ao autor, os escritos então debatidos no seio daquela corrente compreendiam os seguintes textos de Mao Tsé-Tung: O livro vermelho, "O velho tonto que removeu montanhas", "Em memória de Norman Bethune", "Servir o povo", "Sobre a prática", "Sobre a contradição", "Abaixo o culto ao livro" e "Uma centelha pode incendiar a pradaria". Além destes, havia também obras de Marx (A luta de classes na França), Engels (Socialismo Utópico e Socialismo científico), Lênin (O que fazer? e "Um passo adiante e dois passos atrás"), Althusser, Guevara e Debray.

A AÇÃO POPULAR E O MAOÍSMO

Na segunda metade da década de 60, os ecos da Revolução Cubana combinaram-se aos sucessos do Sudeste Asiático e à eclosão da Revolução Cultural Proletária, para configurar um quadro de significativo avanço das lutas antiimperialistas e populares. Nesse contexto, e tendo também como ponto de referência a crise dos partidos comunistas ocidentais, setores importantes da esquerda acolheram as idéias de Mao Tsé-Tung e sua proposição da "linha de massas", como uma revitalização das teses originais do marxismo. Segundo importantes teóricos europeus, o maoísmo recolocava a luta de classes em seu lugar de motor da história e revigorava a ênfase marxista original na prioridade da prática sobre a teoria; a Revolução Cultural teria posto em prática estes princípios, marcando "uma etapa histórica decisiva no desenvolvimento do papel das massas em relação ao partido", ao mesmo tempo em que questionava a experiência da construção do socialismo na URSS.⁽³²⁾

Ao lado disso, setores do próprio governo revolucionário chinês procuraram apresentar o "pensamento de Mao Tse-Tung" como o motor da Revolução Cultural, ao mesmo tempo em que defendiam: "Convém aprender de memória as

(32) Ver a este respeito o artigo da dirigente política italiana Rossana Rossanda, fundadora do grupo dissidente Il Manifesto, "O marxismo de Mao" e a resposta que o intelectual francês Charles Bettelheim lhe dirigiu em "A propósito de "Marxismo de Mao" em Il Manifesto. Tesis de una disidencia comunista, Mexico, Era, 1973. Para uma revisão da influência maoísta no final da década de 60 ver ANDERSON, Perry, A crise de crise do marxismo. São Paulo, Brasiliense, 1984, pp.84-86.

suas frases-chave, estudá-las e aplicá-las reiteradamente". Assim, num famoso prefácio ao Livro Vermelho das Citações do Presidente Mao, escrito em fins de 1966, o dirigente do PC da China, Lin Piao, afirmava que o maoísmo configurava uma nova etapa do marxismo, a sua "terceira etapa": "o marxismo-leninismo da época em que o imperialismo se precipita para sua ruína total e o socialismo a vança para a vitória em todo o mundo"; ainda segundo Lin Piao, "o camarada Mao Tsé-Tung é o maior marxista-leninista de nossa época".⁽³³⁾

Foi nesse contexto geral de polêmica entre os marxistas, que a Ação Popular, impulsionada pelos processos internos de radicalização que atuavam sobre a esquerda brasileira, passou a ter "em alto conceito (o PC da China), que via como baluarte do marxismo-leninismo, do combate ao revisionismo kruchovista, decidido defensor e praticante do internacionalismo proletário".⁽³⁴⁾ O "Esquema dos Seis Pontos" abria-se com a defesa da idéia da "terceira etapa".

O documento básico da Ação Popular, em 1968, constituiu-se numa tentativa de adaptar a experiência chinesa à situação brasileira; neste sentido, "somente enunciava posições, sem as desenvolver ou justificar, calcando-as apenas com referência básicas".⁽³⁵⁾ No clima de ur-

(33) "Prefácio à segunda edição chinesa" em Citas del Presidente Mao Tse-Tung, Mexico, Viento del Este, 1969, pp. XIII-XVII.

(34) LIMA e ARANTES, op. cit., p. 150.

(35) Idem, ibidem, p.70.

gência revolucionária, que caracterizou as práticas da esquerda naquela fase, os "Seis Pontos" desistiam, assim, de levar a cabo o processo de estudo e debate anteriormente iniciado, no seio da AP. Significativamente, não faziam menção a certas passagens de Mao, incluídas nos "Textos para Debate", onde este procurava destacar a peculiaridade da situação chinesa. Em 1930, o líder do PC chinês destacara justamente que a China se distinguiu de outros países por ser uma semicolônia disputada por vários países imperialistas ; referia-se ao fenômeno "insólito" da existência e desenvolvimento do Exército vermelho e das zonas de ocupação do poder vermelho⁽³⁶⁾.

Os limites traçados pelo próprio Mao não impediram a AP de extrair de suas idéias a fundamentação para a tese do caráter semifeudal e semicolonial da sociedade brasileira. De tal modo, a organização alinhava-se à vertente da esquerda que defendia a estratégia nacional-democrática para a revolução no país; baseando-se na chamada "terceira grande contradição", que Mao emprestara de Stálin, centrava a sua análise das contradições de nossa realidade na oposição entre a Nação e o imperialismo. Com tais perspectivas, a Ação Popular aderiu à estratégia maoísta da Frente Única com a burguesia nacional, defendida por Mao em 1935, diante da força do imperialismo e do Kuomintang e das "graves debilidades nas forças revolucionárias".

(36) "Uma centelha pode incendiar a pradaria" (1930) em Obras Escogidas, tomo I, p.125. Pequim, Ediciones em Lengua Estrangera, 1968.

Entretanto, tal posição não constituiria um obstáculo à já mencionada desconfiança da AP, frente aos aliados burgueses. Com efeito, o maoísmo procurava se distinguir das propostas "conciliatórias" e "reboquistas", com sua ênfase na revolução centrada nas massas. Assim, em 1935, ao mesmo tempo em que atacava os defensores da "política de portas fechadas" (adeptos de uma frente revolucionária "pura"), Mao propugnava a formação da Frente Única para isolar a burguesia nacional do imperialismo, sem abandonar a "linha de massas": "O que hoje necessitam as forças revolucionárias é organizar os milhões e milhões de homens das massas populares e pôr em ação um gigantesco exército revolucionário"⁽³⁷⁾. A AP podia fundamentar-se aí para dar continuidade às suas críticas ao PCB.

Outro ponto fundamental do "Esquema" da Ação Popular era a defesa da estratégia da guerra popular. Frontalmente diversa da proposta do "foco" revolucionário, a tese maoísta colocava em primeiro plano a subordinação do militar ao político e a defesa do papel crucial da direção partidária, propondo enfaticamente a integração da luta militar com a ampla mobilização das massas. No dizer de Mao, "o Exército Vermelho não combate simplesmente por combater, mas para fazer propaganda entre as massas, organizá-las, armá-las e ajudá-las a estabelecer o poder revolucionário"⁽³⁸⁾; tratava-se de criticar os mi-

(37) "Sobre a prática da luta contra o imperialismo japonês", Obras Escogidas, tomo I, p.178.

(38) "Sobre a retificação das idéias errôneas no seio do partido" (1929), em *idem*, *ibidem*, p.112.

litantes que "padecem do mal da precipitação revolucionária e não querem entregar-se ao trabalho duro, cuidadoso e minucioso entre as massas" (39).

Finalmente, a AP introduzia um tópico que representava uma significativa guinada em suas orientações anteriores: a defesa do caráter fundamental do partido proletário de vanguarda, na direção da revolução. No enfoque da "terceira etapa" propunha-se a alcançar a reconstrução daquele partido no Brasil, partindo do suposto de sua inexistência. Dessa forma, a Ação Popular cumpria uma longa e intensa trajetória que, a partir da suspeita frente a qualquer organização partidária (início dos anos 60) e da análise fundamentada no personalismo cristão, que negava a luta de classes, culminava na adesão aos princípios básicos do marxismo-leninismo.

Evidentemente, a abordagem das diretrizes ideológicas da AP exigiria um estudo mais aprofundado. Só assim seria possível examinar a complexa questão das características de continuidade e ruptura entre suas idéias e práticas do pré-64 e as de 1968. Aqui, no entanto, procurei basicamente traçar o pano de fundo que nos permitirá entender uma opção ideológica de particular interesse para o estudo da esquerda estudantil: a proposta do "movimento de proletarização". Antes de examiná-la, porém, é preciso abordar as perspectivas políticas das correntes da "segunda posição" estudantil, em 1968.

(39) Idem, ibidem, p.113.

A "SEGUNDA POSIÇÃO" E A TEORIA DO "FOCO" REVOLUCIONÁRIO

Ao contrário do que ocorria com a "primeira posição" estudantil, que expressava as visões de uma única organização, a Ação Popular, a segunda força do movimento universitário de 1968, constituiu-se de um agrupamento de várias correntes políticas de expressão regional, cujo ponto de convergência mais geral foi a aceitação das análises de Ernesto "Che" Guevara sobre a estratégia da revolução, na América Latina. A partir daí, entretanto, e embora esta tendência atuasse de forma relativamente unitária no meio estudantil, o bloco de forças que deu origem à "segunda posição" continha, em seu interior, enfoques diferentes sobre o caráter da sociedade brasileira e sobre as alternativas de efetivação da "luta armada". Do ponto de vista organizacional, os defensores da luta específica tinham suas origens em dois grupos políticos, já existentes antes de 1964: o Partido Comunista Brasileiro, de onde saíram as chamadas Dissidências Estudantis e outros núcleos divergentes, e a Organização Marxista Leninista Política Operária, a POLOP⁽⁴⁰⁾.

No plano estudantil, destaca-se, de início por sua importância, a Dissidência Universitária

(40) Para a análise das posições mais gerais da vertente da esquerda brasileira que aderiu à "luta armada", bem como de suas cisões e realinhamentos, recorri basicamente a AARÃO REIS Fº e FERREIRA de SÁ, Imagens da Revolução, cit.; MARINI, R.M. "A esquerda revolucionária...", cit.; QUARTIM, João. Dictatorship and armed struggle in Brazil. New York, Monthly Review, 1971; VILLA, Raul (pseud.) "Para um balanço da P.O. (POC)" em Brasil Socialista, Bruxelas, out.76, nº 7, pp.6-37.

da Guanabara, oriunda das bases do PCB no movimento dos estudantes e que se formou na crítica aos equívocos do partido, em 1964 e, logo depois, na denúncia do caráter "conciliador" e "pacifista" das propostas de participação nas eleições de 1965 e 1966. Com amplo domínio no movimento universitário do principal centro político do país, sobretudo através da União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara, a DI-GB foi um dos primeiros grupos a desligar-se formalmente do PCB, no quadro da luta interna vivida pelo partido depois do golpe de abril. Segundo o depoimento de um de seus fundadores, o líder estudantil Vladimir Palmeira, presidente da UME em 1967-68 e candidato à presidência da UNE, em Ibiúna, pela chapa da "segunda posição":

"A dissidência universitária da Guanabara desligou-se do Partido (PCB), em novembro de 1966. Passamos então a ser conhecidos como Dissidência Comunista da Guanabara, convertendo-nos em uma organização política independente, com uma definição orientada para a luta armada, mas com uma visão ainda bem pouco clara do que era a realidade brasileira".(41)

Com sua ênfase na importância do trabalho de organização sindical, a dissidência carioca alcançou ampla influência nas escolas da então Guanabara. Entretanto, no decorrer do ano de 1968, a aproximação deste grupo com as teses de Guevara e Debray levou-o a abandonar progressivamente o meio estudantil para dedicar-se à preparação da "luta armada". Em janeiro de 1969, formou-se a partir

(41) Depoimento publicado em CASO, A. A esquerda armada no Brasil, cit., p. 28, talvez a fonte disponível mais importante sobre a formação da Dissidência da Guanabara.

dele o Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR-8.

O mesmo processo de dissidência fez surgir, em 1965-66, a DI de São Paulo, em torno também da crítica às falácias do "reformismo" e da oposição ao "pacifismo" do PCB. Em São Paulo, porém, este processo se entrelaça de maneira mais complexa com a formação de outras correntes discordantes no interior do PCB, o chamado "Agrupamento Revolucionário" - embrião da Ação Libertadora Nacional - que reuniu, em torno de Carlos Marighella, todo o comitê estadual do partido e a denominada "Corrente" que, em abril de 1967, deu origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Além disso, deve-se mencionar ainda a estreita relação entre a DI-SP e as teses advindas da POLOP. Por todas essas razões, o seu estudo ainda é in ci pi en te. Para fins desta tese, no entanto, basta reter sua importância como segunda força no movimento paulista, cujo crescimento lhe possibilitou deter, em 1968, a direção da UEE, e a aceitação da idéia básica que unificava a "segunda posição": a tese da luta armada. De acordo com José Dirceu, um de seus militantes mais influentes e presidente da UEE-SP, em 1968, uma idéia básica permitiu a formação da dissidência dos estudantes paulistas:

"Se pela força, haviam os militares imposto ao país um regime político baseado na excessão e na repressão política e se, pela força, obrigavam a nação a suportar uma política econômica entreguista e antipopular, como poderiam impedir a continuidade desta situação, senão pela força?" (42)

(42) Depoimento datilografado cedido ao autor por José Dirceu ("Histórico do ME"). Ao lado deste, foram fundamentais para o entendimento da trajetória dos grupos ligados à "segunda posição" as entrevistas de Bernardino Figueiredo (15-06-83), Davi Capistrano Filho (27-06-83) e Jorge Baptista (27-06-83).

Em fins de 1968, os dissidentes universitários de São Paulo já tinham cumprido um processo de radicalização semelhante ao ocorrido na Guanabara; dessa forma, seus militantes dividiram-se entre a adesão à ALN e ao grupo armado que se originou da POLOP, a Vanguarda Popular Revolucionária, VPR.

Um último grupo originário do PCB, a já mencionada "Corrente Revolucionária", partidária da "revolução socialista", ao contrário da ALN (revolução nacional-libertadora), deteve certa influência no movimento estudantil da Guanabara, ocupando a direção da ativíssima Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), com participação importante nos acontecimentos de 1968.

A outra vertente formadora da "segunda posição" pertence aos grupos originários da POLOP. Seus militantes detinham a hegemonia no movimento de Belo Horizonte, exerciam grande influência ideológica no meio estudantil paulista e participaram da direção da UEE, em 1968. No plano da UNE, compuseram a diretoria eleita no congresso de 1967. A característica básica da POLOP foi a defesa das teses sobre o caráter socialista da revolução brasileira. Fundada em 1961, a organização nunca conseguiu elevar a sua participação no movimento de massas, ao mesmo nível da influência que exercia no plano das idéias. Primeira corrente política a aderir, no pós-64, à teoria do "foco", em meados de 1967 a POLOP cindiu-se em torno de divergências sobre o desencadeamento da luta armada. Em Minas, criou-se a partir daí o grupo denominado COLINA; em São Paulo, a cisão da POLOP viria a gerar a VPR; o grupo original jun

tou-se à Dissidência do Rio Grande do Sul para gerar o Partido Operário e Camponês, POC, grupo que se distinguiu como um dos principais portadores da consigna da "Universidade Crítica".

A "SEGUNDA POSIÇÃO" E O GUEVARISMO

O ponto de união entre as diversas correntes acima mencionadas constituiu-se na aceitação das teses o riginárias da Revolução Cubana sobre a importância da criação do "foco" guerrilheiro, como forma de vencer o impasse a que chegara a revolução, nos países da América Latina. De tal modo, o teórico que exerceu maior influência sobre suas formulações foi o comandante Ernesto Guevara, chefe de uma das colunas vitoriosas que tomaram o poder em Cuba, em 1959. No meio estudantil, especificamente, procurarei mostrar como suas idéias adquiriram grande divulgação na versão simplificada do intelectual francês Régis Debray. Entretanto, não se pretende aqui proceder a uma análise aprofundada do pensamento de Guevara, tampouco à abordagem da complexa polêmica entre as diversas interpretações do guevarismo que se desenvolveu então no seio da esquerda brasileira. Meu objetivo é apenas introduzir as linhas gerais das teses que serviram de ponto de referência a uma das duas "posições" do movimento universitário de 1968.

Neste sentido, é impossível compreender o significado histórico e político das formulações daquele líder revolucionário, sem inseri-las no quadro vivido en-

tão pelo movimento da esquerda, na América Latina. Aí, as teorias de Guevara aparecem, acima de tudo, como uma tentativa de recuperar o caráter central da "vontade revolucionária" frente ao imobilismo que se apossara dos vários PCs do continente, com suas análises sobre o caráter progressista das burguesias nacionais e sua confiança nos processos pacíficos de transformação política. Dirigente de uma revolução pouco ortodoxa e vitoriosa, que desafiara a hegemonia do imperialismo norte-americano, em sua área mais característica de dominação, o revolucionário argentino procurou extrair desta experiência elementos que possibilitassem a superação dos métodos "tradicionais" do fazer político. Movido sobretudo por uma espécie de indignação moral contra o imperialismo, buscou generalizar para todo o continente alguns ensinamentos básicos da revolução em Cuba. Suas idéias tiveram ascensão meteórica no seio da esquerda latino-americana. Até outubro de 1967, Guevara levaria às últimas conseqüências a sua preocupação em mostrar, na prática, a possibilidade de efetivá-las. (43)

Engajando-se numa polêmica cada vez mais acirrada contra os que, no seio da esquerda, consideravam a

(43) Para a abordagem do guevarismo, além dos textos do próprio Guevara, baseei-me nos prefácios de Eder Sader e R.F.Retamar às coletâneas Che Guevara (São Paulo, Ática, 1981) e Textes militaires, cit., respectivamente. Ao lado deles, esta parte do trabalho deve muito às críticas que o professor João Quartim fez à sua primeira versão, apresentada ao Seminário de Qualificação para a tese; as opiniões aqui expostas são, no entanto, de minha exclusiva responsabilidade.

Revolução Cubana como um fenômeno histórico singular e excepcional, cujos ensinamentos não poderiam ser estendidos aos demais países da América Latina, Guevara passou a centrar o fogo de seus ataques na estratégia dos PCs do continente. Neste sentido, passa a ser cada vez mais difícil distinguir o que a esquerda brasileira dissidente importou de seu pensamento do que constituía um resultado de sua própria vivência, no interior ou em oposição ao PCB, tamanha a coincidência das críticas. É possível afirmar, assim, que o guevarismo se construiu como uma alternativa à "via pacífica", propugnada pelos partidos comunistas do continente.

Dessa maneira, num importante texto de 1963, A guerra de guerrilhas: um método, Guevara encarregou-se de reafirmar o caráter obsoleto de dois princípios fundamentais da revolução latino-americana: o potencial progressista das burguesias nativas e a possibilidade de fazer avançar a revolução através da luta pela democratização dos sistemas políticos vigentes. "As burguesias naciois - dizia o líder da rebelião em Cuba - uniram-se ao imperialismo em sua grande maioria e deverão ter a mesma sorte que ele em todos os países"⁽⁴⁴⁾. Por outro lado, "lutar simplesmente para conquistar a restauração de uma certa legalidade burguesa, sem que se coloque o problema revolucionário, o problema da tomada do poder revolucionário, é retornar a uma certa ordem pré-estabelecida pelas classes dominantes"⁽⁴⁵⁾.

(44) "A guerra de guerrilhas.um método" em Textes militaires, cit.p.164

(45) Idem, ibidem, p.152.

A partir desses pressupostos, o "Che" Guevara defendia o esgotamento das práticas políticas predominantes no seio dos PCs desta parte do mundo: a ênfase nas lutas legais e parlamentares, o ciclo das reuniões, resoluções e congressos sem conseqüências práticas, o apego a formas burocratizadas da ação política. Para ele, o rompimento da legalidade constitucional constituía o sinal para o abandono de todos esses "vícios". Diante da ascensão de uma ditadura, caberia aos militantes lançarem-se à luta direta e armada: "o dever de todo revolucionário é fazer a revolução", como afirmara Fidel Castro.

Chegamos, assim, ao núcleo da estratégia de revolução proposta por Guevara - a formação de um grupo armado, independente de qualquer vínculo organizacional que o obrigue a aguardar diretrizes externas, que se estabelece no campo e, em íntima ligação com a população camponesa, desencadeia um processo de lutas que só terminará quando a coluna guerrilheira se transformar em Exército Liberador, para entrar nas cidades e derrubar o poder ditatorial. Nessa visão, grandes cidades seriam um terreno pouco propício à luta armada: "A influência ideológica dos centros urbanos inibe a luta guerrilheira e incentiva as lutas de massas organizadas pacificamente". Na realidade, os teóricos da Revolução Cubana chegaram mesmo a considerar as cidades como o local característico do reformismo, da inércia política e dos conchavos - um "cemitério de revolucionários".⁽⁴⁶⁾ Dessa maneira, no quadro geral acima

(46) "Cuba: exceção histórica ou vanguarda na luta anticolonialista?", em Che Guevara, cit., p.50.

boçado, deixemos falar o próprio Guevara, para a definição do que era a teoria foquista, sintetizada em seus princípios centrais:

- " 1º) As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército popular;
- 2º) Nem sempre é necessário esperar que sejam reunidas todas as condições para fazer a revolução: o foco insurreccional pode fazê-las surgir;
- 3º) Na América subdesenvolvida, o terreno fundamental da luta armada deve estar no campo."(47)

O FOQUISMO NA VERSÃO DE DEBRAY

Foram estas, basicamente, as postulações que influenciaram a esquerda brasileira que optou pela "luta armada". No entanto, no meio estudantil, especificamente, as idéias de Guevara chegariam acima de tudo pela via de sua versão debrayista que, através do livro Revolução na revolução, acabou por reduzi-las a seu aspecto puramente militar, colocando em primeiro plano um enfoque sobretudo "técnico" do foco guerrilheiro. Segundo as evidências, a adesão de numerosos quadros estudantis à "luta armada" esteve profundamente marcada por tal leitura do guevarismo. É possível considerar, assim, o livro de Debray como um texto de importância equivalente ao "Esquema dos Seis Pontos" da AP, na definição de algumas posições do bloco das DIS-POLOP.

(47) "Guerra de guerrilhas", em idem, ibidem, p.58.

Os próprios líderes estudantis de 1968 reconhecem, atualmente, que a adesão de setores da vanguarda estudantil à tese da "luta armada" não se fundamentou numa análise mais detida da situação brasileira, mas sobretudo na aceitação de alguns princípios gerais extraídos de uma determinada leitura da experiência cubana. Nesse sentido, para usar os termos de Franklin Martins: "Quando partimos para as ações militares, não havíamos investigado quais as raízes e as características de uma crise revolucionária no Brasil. E se havia uma crise revolucionária naquele momento"⁽⁴⁸⁾. Evidentemente, não se pretende reduzir aqui o processo cumprido então por numerosos militantes de extração estudantil a uma simples influência no campo das idéias. Reconhecida a importância destas, no entanto, deve-se ressaltar que as análises de Régis Debray assumiram lugar central nas definições ideológicas daquele setor da esquerda brasileira.

O livro Revolução na Revolução simplificava ao extremo os raciocínios de Ernesto Guevara, esquecia as suas tentativas de enfrentamento da questão do partido revolucionário e reduzia todos os seus argumentos sobre a situação latino-americana a praticamente uma tese: o "foco" guerrilheiro detém, na América Latina, uma inegável superioridade militar sobre qualquer outra alternativa de tomada do poder. Debray se afastava assim da tese maoísta, segundo a qual "a política dirige o fuzil" e deixava de

(48) Ver a edição especial sobre a luta armada em Movimento, São Paulo, nº 235, 31-12-79, p.8.

lado a teoria do partido revolucionário e a estratégia da insurreição operária, defendidas por Lénin. Para ele, bastava reconhecer o fracasso dos partidos comunistas no continente e a impossibilidade da atuação política nas cidades, devido à concentração das forças repressivas, para que se chegasse à solução do "foco", cuja base de apoio seriam as miseráveis populações camponesas.

Dedicava boa parte de seu livro a cotejar a estratégia do foco com outras experiências de luta armada, procurando demonstrar a sua inviabilidade nesta região do mundo; desenvolvia um conjunto de asserções que acabavam por reduzir a prática política a uma questão militar. "Na América Latina de hoje, não se concebe como uma direção política possa ser estranha aos problemas técnicos da guerra e como se possa conceber um quadro político que não seja ao mesmo tempo um quadro militar" ou, em outra passagem, "uma linha política que não possa expressar-se efetivamente numa linha militar coerente, precisa, não pode ser tida como revolucionária"⁽⁴⁹⁾. Nesse quadro, fortalecia-se uma dicotomia entre o "político" e o "militar", a "cidade" e a "serra", o partido e a guerrilha, como se estas oposições dessem conta do dilema entre reforma e revolução.

Sem apresentar uma análise mais detida da conjuntura vivida então pelos diferentes países do continente latino-americano, o teórico francês culminava por sintetizar a sua versão do "foco" nestes três aforismos:

(49) Revolução na Revolução, São Paulo, Centro Editorial Latino-Americano, (s.d.), p.70.

- "1º) O decisivo, para o futuro, é a abertura de focos militares, não de focos políticos;
- 2º) Sem luta armada não há vanguarda definida;
- 3º) É patente que, hoje, na América Latina, a luta contra o imperialismo é decisiva. Se é decisiva, o resto é secundário" (50).

Já vimos como a aproximação com essas teses marcou as práticas da "segunda posição", no movimento universitário brasileiro de 1968. No final daquele ano, as Dissidências Estudantis aderiram à "luta armada" atendendo, assim, ao que consideravam um imperativo da luta política. Segundo Vladimir Palmeira, em depoimento escrito no auge do predomínio da estratégia foquista, "as organizações estudantis não levavam a efeito ações armadas e eram incapazes de dar uma estratégia de luta armada às demonstrações de massas que haviam desencadeado. Durante aquele ano, contudo, a Dissidência Comunista da Guanabara amadureceu e, já em janeiro de 1969, saía dos marcos da luta de massas para incorporar-se à luta armada". (51)

A ESQUERDA ESTUDANTIL E OS MOVIMENTOS DE PROLETARIZAÇÃO

A análise anterior sobre a aproximação dos militantes estudantis, seja com as idéias de Mao Tsé-Tung, seja com as teses originárias da Revolução Cubana, permite introduzir um último tema, de importância central para este estudo. Trata-se do percurso ideológico cumprido pe-

(50) Esses três princípios encontram-se entre as pp.96 e 103 do livro citado.

(51) Ver o depoimento citado, pg.36.

Los setores da esquerda estudantil - sua "vanguarda política", para usar os próprios termos da liderança. Com efeito, é preciso reconhecer que, desde a descoberta do "privilégio" contido na situação do estudante, até a adoção do maoísmo e do guevarismo, os setores militantes do movimento estudantil venceram um longo caminho, no plano de suas opções ideológicas. No decorrer deste trajeto, distanciaram-se cada vez mais de um dos traços mais característicos da categoria estudantil de classe média, a tendência à elaboração de uma auto-imagem de autonomia social e de descompromisso em relação aos interesses de sua classe de origem. Neste sentido, tanto os ativistas da "primeira posição" quanto os que defendiam as práticas e idéias da "segunda posição" estudantil não apenas reconheceram as suas raízes de classe, como passaram a propugnar a necessidade de superar os limites daí advindos, na busca de uma aproximação efetiva com as classes trabalhadoras. Resultam dessa preocupação as propostas de transformação ideológica que vieram à luz no seio da esquerda estudantil, em 1968.

Nesse quadro deve ser entendida a defesa do "movimento de proletarização", no interior da Ação Popular.⁽⁵²⁾ Empenhados na efetivação da "linha de massas", os

(52) Para o "movimento de proletarização", ver LIMA e ARANTES, cit., cap. XIV, que salientam: a "integração à produção" teve "exageros indiscutíveis, andou bom tempo de braços dados com o sectarismo, a estreiteza política, o voluntarismo, que acarretaram desligamento de pessoas, menosprezo a certas frentes de trabalho, a certos setores sociais". Outra visão sobre o mesmo processo está no depoimento de Hebert de Souza para quem este constitui uma continuação da "mística da ação salvadora" da AP (Memórias do exílio, p.71).

militantes daquela corrente política propuseram-se a se deslocar para os bairros operários, as fábricas e as zonas rurais, a fim de promover a "integração na produção" e possibilitar, neste processo, a superação dos limites pequeno-burgueses que lhes eram característicos. Procurava-se assim, superar os limites de classe, colocando em prática um dos mais citados ensinamentos de Mao:

"É preciso ensinar cada camarada a amar ardentemente as massas populares, a ouvir o que dizem, a se integrar às massas onde atua, a se confundir com elas, não a se colocar acima delas: a lhes despertar ou elevar a consciência política, levando em conta seu nível" (53).

Por sua vez, um processo similar de tentativa da superação ideológica pode se revelar a uma análise mais detida das perspectivas da "segunda posição". Aí, não se propôs a "integração à produção" mas, sob inspiração do guevarismo, a "integração à guerrilha". Em outras palavras, o "foco" guerrilheiro seria o local por excelência da transformação ideológica dos militantes pequeno-burgueses, ou, para usar a expressão de Régis Debray, para a sua morte enquanto classe, a fim de ressuscitar "como trabalhador revolucionário, inteiramente identificado com as aspirações mais profundas do povo". Ainda nos termos de Debray: "O lugar mais propício para o suicídio é a ação guerrilheira". Se a cidade é um "cemitério de revolucionários", como dissera Fidel Castro, "a montanha

(53) "A linha de massas" em Citações do presidente Mao Tse-Tung, Rio, José Álvaro, 1967, p.85.

proletariza os burgueses". "Todo homem, ainda que seja um companheiro, que passa a vida na cidade, é um burguês sem sabê-lo, se comparado ao guerrilheiro", complementava o teórico do "foco"⁽⁵⁴⁾. Com o recurso a imagens fortes, procurava-se apontar qual seria o caminho correto para a transformação ideológica: - no campo, nas duras condições da luta armada da "serra":

"O egoísmo de classe não dura muito. A psicologia pequeno-burguesa derrete-se como neve ao sol, minguando as próprias bases da ideologia do mesmo nome".⁽⁵⁵⁾

A eficácia real dessas propostas escapa ao âmbito da análise que aqui se efetua. Nestas linhas finais pretende-se somente destacar o esforço de "transformação" ideológica que se verificou no plano da esquerda estudantil brasileira no final da década de sessenta. A história dos percalços que nos anos posteriores daí advieram já não diz mais respeito ao tema do movimento estudantil.

(54) Revolução na Revolução, cit., p.91 e 53.

(55) Idem, *ibidem*, p.89. Segundo Debray, "a ironia da história quis que a situação social própria de muitos países latino-americanos delegue o papel de vanguarda precisamente a estudantes e intelectuais revolucionários" (p.9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as grandes manifestações estudantis e populares ocorridas em todo o país, de fins de março ao início de julho de 1968, o movimento universitário não mais retomaria o mesmo vigor do primeiro semestre. Nos meses que precederam a realização do 30º congresso da União Nacional dos Estudantes, a "volta às escolas" fez com que as atividades se concentrassem na preparação do encontro, no qual mediriam forças as duas radicalizadas "posições" estudantis. Os protestos de rua restringiram-se então a uma dinâmica muito mais limitada, marcada pela crescente adesão dos militantes estudantis à proposta da "luta armada". Finalmente, em outubro, a estratégia apoiada pela "segunda posição", de realização de uma reunião clandestina, culminou nos fatos bastante conhecidos da dissolução do Congresso de Ibiúna, com a conseqüente prisão de praticamente todos os líderes mais importantes.

Assim, no quadro de intensificação das práticas repressivas do Estado militar, já examinado em parte anterior, o movimento estudantil de 1967-68 caminharia para uma acentuada exaustão, que foi apenas adiada pela eleição de uma nova diretoria em congressos regionais, no princípio de 1969. O clima político inaugurado pela edição do Ato Institucional nº 5, o refluxo da "massa" estudantil e a adesão de numerosos quadros a outras formas de luta política construíram um quadro de epílogo, cuja análise mais detida foge à nossa proposta atual.

A derrota de um movimento social não significa, no entanto, a anulação de sua influência política, social e ideológica. Nesse sentido, o balanço das profundas

contribuições daqueles anos de luta ainda parece exigir algum tempo para que possa ser fechado com relativa objetividade. A demonstrar a vitalidade dessa herança, está a própria tendência anteriormente anotada de atribuir aos movimentos estudantis indistintamente o caráter radical de que foi portador o mais importante deles: o movimento universitário de 1960-1968. Nesse sentido, mesmo a apatia política que tomou conta dos estudantes nos anos recentes tem-se revelado mais débil que a imagem construída no passado, de um movimento ativamente "progressista", "nacionalista" ou "revolucionário".

Quando me propus iniciar o estudo que ora termina, corria o ano de 1978 e os protestos estudantis contra a ditadura militar retomavam sua vitalidade, apontando para um novo e irreversível crescimento. No entanto, nos anos seguintes, as coisas não se passaram assim e a luta contra a ditadura encontrou seus adversários mais decididos em outros setores sociais. De tal modo, a própria história recente colabora para reforçar uma das hipóteses centrais dessa tese - a necessidade de examinar concretamente a atuação estudantil em cada conjuntura histórica para compreender os diferentes conteúdos e formas que assumem as mobilizações estudantis. Em outros termos, o movimento estudantil brasileiro não é o movimento estudantil de 1968, sua fase mais marcante e significativa. Ainda esperam por um estudo mais aprofundado períodos como a Primeira República, a fase inicial do governo Vargas, e a chamada "etapa negra" da UNE, no segundo governo de Getúlio. Por sua vez, as práticas estudantis mais

recentes, quando parece estar ocorrendo um acentuado processo de esvaziamento das tendências organizadas, desponham como outro tema relevante para a análise.

Voltando ao movimento de 1964-68, penso ser possível propor que nossa hipótese de trabalho sobre o caráter social do protesto estudantil na década de 1960 resistiu à análise dos fatos. A luta dos setores médios pela "abertura" da universidade esteve presente como reivindicação central em todo o período, radicalizando-se progressivamente, da denúncia do "privilégio de ser estudante", em 1961, à proposição da Universidade Crítica, em 1968. Tal eixo das manifestações universitárias sintetizou-se numa das principais palavras-de-ordem de 1968: "Mais vagas, mais verbas". Nos anos seguintes, embora sem conseguir implantar a reforma proposta pela USAID, o governo militar concederia apenas as primeiras, através do incentivo ao impressionante crescimento do ensino privado. A atualidade da reivindicação por verbas permanece, no entanto, na própria discussão destes dias sobre as saídas para a imensa crise em que se engolfou o ensino brasileiro.

No momento em que redijo essas linhas finais anunciam-se numerosos estudos sobre a sociedade e a política no pós-64 e, mais especificamente, sobre a trajetória da esquerda brasileira no período. Sem dúvida, eles contribuirão para fornecer um quadro mais completo da intervenção estudantil na década de 60. Finalmente, cumpre mencionar que a última diretoria da UNE, eleita em 1969, foi a "mais dramática da história da entidade", como anotou seu presidente Jean Marc. Honestino Guimarães, Matta Ma-

chado, Gildo Macedo Lacerda, José Arantes e outros ativos participantes do movimento de 1968 foram mortos pelas forças do aparelho repressivo. A esses militantes eu gostaria de dedicar este trabalho.

Campinas, 23 de fevereiro de 1986.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AARÃO REIS Fº, Daniel. A construção do socialismo na China. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- AARÃO REIS Fº, Daniel e FERREIRA DE SÁ, Jair. Imagens da revolução - documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971, Rio, Marco Zero, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Lisboa, Martins Fontes (s.d.)
- ANDERSON, Perry. A crise da crise do marxismo. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. O governo Kubitschek - desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio, Paz e Terra, 1976, 2ª edição.
- BEOZZO, José O. Cristãos na universidade e na política. Petrópolis, Vozes, 1984.
- BERLINCK, Manoel T. Centro Popular de Cultura da UNE. Campinas, Papirus, 1984.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. "O tempo e o espaço no mundo estudantil", in BRITO, Sulamita de (org.) Sociologia da Juventude, vol. IV, Rio, Zahar, 1968.
- BRESSER PEREIRA, Luiz C. As revoluções utópicas, Petrópolis, Vozes, 1979.
- BRITO, Sulamita de. "A juventude universitária e a política", in Cadernos Brasileiros, Rio, nº 48, julho-agosto de 1968.
- CARDOSO, Fernando H. O modelo político brasileiro. São Paulo, Difel, 1972.
- CARONE, Edgard. Movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo, Difel, 1981.

- CASO, Antonio. A esquerda armada no Brasil, 1967-1971, Lisboa, Moraes, 1976.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. Os militares no poder, vol. I, 3ª edição, Rio, Nova Fronteira, 1977.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. Os militares no poder - o Ato 5, vol. II, Rio, Nova Fronteira, 1978.
- CASTRO, Consuelo de. À prova de fogo. São Paulo, Hucitec, 1977.
- CHASIN, José. "Algumas considerações a respeito do movimento estudantil brasileiro", in Revista Brasiliense, nº 38, novembro-dezembro 1961.
- CUNHA, Luiz A. "A expansão do ensino superior: causas e consequências", in Debate e Crítica, nº 5, março de 1975.
- CUNHA, Luiz A. "O milagre brasileiro e a política educacional", in Argumento, nº 2, novembro de 1973.
- CUNHA, Luiz A. A universidade crítica. Rio, Francisco Alves, 1983.
- DCE-USP. Memorex - elementos para uma história da UNE. São Paulo, (s.d.).
- DEBRAY, Régis. Revolução na revolução. São Paulo, Centro Editorial Latino-americano, (s.d.).
- DEUTSCHER, Isaac. Ironias da História. Rio, Civilização Brasileira, 1968.
- DIRCEU, José. "Histórico do ME", datilografado, (s.d.).
- DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe, 3ª edição, Petrópolis, Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. 2ª edição, Rio, Zahar, 1976.

- FERNANDES, Florestan. "Revolução ou contra-revolução?", in Contexto, nº 5, março de 1978.
- FERNANDES, Florestan. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- FLYNN, Peter. Brazil: a political analysis. London, Ernest Benn, 1978.
- FORACCHI, Marialice M. O estudante e a transformação da sociedade brasileira. 2ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- FORACCHI, Marialice M. A juventude na sociedade moderna. São Paulo, Pioneira, 1972.
- FORACCHI, Marialice M. A participação social dos excluídos. São Paulo, Hucitec, 1982.
- FOSTER DULLES, John W. A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas, 1938-45. Rio, Nova Fronteira, 1984.
- GORENDER, Jacob. "64: o fracasso das esquerdas", in Movimento, nº 299, 23-29 março de 1981.
- GORENDER, Jacob. "Sobre a questão da democracia", in Teoria e Política, São Paulo, nº 5/6, 1984.
- GORZ, A. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
- GUEVARA, Ernesto "Che". Textes Militaires. Paris, Maspero, 1968.
- GUILHON ALBUQUERQUE, J.A. Classes médias e política no Brasil, Rio, Paz e Terra, 1977.
- GUILHON ALBUQUERQUE, J.A. Movimento estudantil e consciência social na América Latina. Rio, Paz e Terra, 1977.

- HENESSY, Alistair. "Os estudantes universitários na política nacional", in VELIZ, C. América Latina: estruturas em crise. São Paulo, Ibrasa, 1970.
- IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. 4ª edição, Rio, Civilização Brasileira, 1978.
- IANNI, Octavio. Industrialização e desenvolvimento social no Brasil, Rio, Civilização Brasileira, 1963.
- KADT, Emanuel. Catholic radicals in Brazil. London, Oxford, 1970.
- KRAVETZ, Marc. "Sindicalismo e movimento revolucionário nos movimentos estudantis", in BRITO, Sulamita de (org.) Sociologia da Juventude, vol IV, Rio, Zahar, 1968.
- KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. Legitimidade e coação no Brasil pós-64, Rio, Forense, 1978.
- LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. História da Ação Popular - da JUC ao PC do B. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984.
- MARINI, Ruy M. "A esquerda revolucionária brasileira e as novas condições da luta de classes", mimeo., (s.d.).
- MARINI, Ruy M. "Les mouvements étudiants en Amérique Latine", in Les Temps Modernes, Paris, nº 291, octobre-1970.
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio. "O PCB: os dirigentes e a organização", in FAUSTO, Bóris (org.). O Brasil Republicano, vol.3. São Paulo, Difel, 1983.
- MENDES Jr., Antonio. Movimento estudantil no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MOREIRA ALVES, M.H. Estado e oposição no Brasil, 1964-1984. Petrópolis, Vozes, 1984.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). PCB- vinte anos de política, 1958-1979. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

- OLIVEIRA, Eliezer R. de. As Forças Armadas: política e ideologia (1964-1969), Petrópolis, Vozes, 1976.
- POERNER, Artur J. O poder Jovem. 2ª edição revisada e ampliada, Rio, Civilização Brasileira, 1979.
- POMAR, Wladimir. Araguaia, o partido e a guerrilha - documentos inéditos. São Paulo, Brasil Debates, 1980.
- POULANTZAS, Nicos. "As classe sociais", in Estudos CEBRAP. nº 3, Janeiro de 1973.
- QUARTIM MORAES, João. Dictatorship an armed struggle in Brazil. New York, Monthly Review Press, 1971.
- RANCIÈRE, J. Sobre a teoria da ideologia - a política de Althusser. Porto, Portucalense, 1971.
- RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. Rio, Paz e Terra, 1969.
- ROMAGNOLI, Luís H. e GONÇALVES, Tânia. A volta da UNE - de Ibiúna a Salvador. São Paulo, Alfa-ômega, 1979.
- ROSSANDA, Rossana. "Les étudiants et la gauche révolutionnaire en Italie" in L'Homme et la Société, nº 16, avril-mai-juin, 1970.
- ROSSANDA, Rossana. "Les étudiants comme sujet politique", in Les Temps Modernes, nº 266-67, août-septembre, 1968.
- ROSSANDA, Rossana. Il Manifesto, tesis de una disidencia comunista, Mexico, Era, 1973.
- SADER, Eder (org.). Che Guevara. São Paulo, Ática, 1981. Grandes Cientistas Sociais, vol.19.
- SADER, Eder. (org.) Mao Tse-tung. São Paulo, Ática, 1982.
- SAES, Décio A.M. de "Classe média e política no Brasil, 1930-1964", in FAUSTO, Bóris (org.). O Brasil Republicano, vol.3. São Paulo, Difel, 1983.

- SAES, Décio A.M. de. "Classe média e políticas de classe - uma nota teórica", in Contraponto, Niterói, nº 2, dezembro de 1977.
- SAES, Décio A.M. de. "Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo, T.A. Queiróz, 1985 (Classe moyenne et system politique au Brèsil, these de doctorat, 3ème cycle, Paris, 1974).
- SAES, Décio A.M. de. "Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil" in Cara a Cara, Campinas, nº 2, julho-setembro de 1978.
- SANFELICE, José L. O movimento estudantil e a UNE na resistência ao golpe de 1964. São Paulo, 1985, mimeo., tese de doutorado - PUC-SP.
- SANTOS, Nilton et alii. História da UNE - depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo, Livramento, 1980.
- SCHWARZ, Roberto. O pai de família e outros estudos. Rio, Paz e Terra, 1978.
- SILVA, Hélio. Março-1964, Editora Três, 1975. Coleção História da República, vol.19.
- SORJ, Bernardo e TAVARES DE ALMEIDA, Maria H. Sociedade e política no Brasil pós-64. 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- SOUZA, Hebert J. "Contradições da realidade brasileira", in O Movimento, nº 5, setembro de 1962, publicação da UNE.
- SOUZA, Luiz A. Gómez de. A JUC: os estudantes católicos e a política, Petrópolis, Vozes, 1984.
- SOUZA, Maria Inês Salgado de. Os empresários e a educação - o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis, Vozes, 1981.

- SOUZA LIMA, Luiz G. Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1979.
- SOUZA MARTINS, Heloísa H.T. "Movimento estudantil e reforma universitária", in Contexto, nº 1, novembro de 1976.
- TAVARES, José Nilo. "Educação e imperialismo no Brasil", em Educação e Sociedade, nº 7, setembro de 1980
- TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro - ensaios sobre Economia Brasileira. Rio Zahar, 1979, 8ª edição.
- TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 1964. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo, Ática, 1977.
- TSE-TUNG, Mao. As citações do Presidente Mao Tse-tung. Rio, José Álvaro, 1967.
- TSE-TUNG, Mao. Citas del Presidente Mao Tse-tung, Mexico, Viento del Este, 1969.
- TSE-TUNG, Mao. Obras Escogidas. Pequim, Ediciones en Lengua Etranjera, 1968.
- UCHÔA CAVALCANTI, Pedro C. et alii. Memórias do exílio. São Paulo, Livramento, 1978.
- VEIGA, Laura da. "Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e universidade no Brasil", in Educação e Sociedade, nº 11, janeiro de 1982.
- VINHAS, Moisés. O Partidão - a luta por um partido de massas, 1922-1974. São Paulo, Hucitec, 1982.
- WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco. São Paulo, Cebrap, 1972.
- WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 2ª edição, Rio, Paz e Terra, 1980.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

O Estado de S.Paulo. São Paulo, 1964-1968.

Correio da Manhã. Rio, 1968

Visão. Rio, 1964-1968

Veja. São Paulo, 1968.

Jornal da Tarde. São Paulo, 1968.

Argumento. Rio, 1973.

Brasil Socialista. Bruxelas, 1975-1976

Cara a Cara. Campinas, 1978.

Contexto. São Paulo, 1976-1978.

Contraponto. Niterói, 1977

Debate. (s.L.), 1970-1971.

Debate e Crítica. São Paulo, 1974-1975.

Educação e Sociedade. São Paulo, 1980-1984.

L'Homme et la Sociêté. Paris, 1968-1970.

Nosso Século. São Paulo, 1980.

Pensamiento Critico. Habana, 1970.

Revista Civilização Brasileira. Rio , 1964-1968.

Revista Paz e Terra. Rio, 1968-1969.

Teoria e Prática. São Paulo, 1966.

Teoria e Política. São Paulo, 1980-1985.

Les Temps Modernes. 1968-1971.

DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES ESTUDANTIS E DA ESQUERDA

UEE-SP

- "Resoluções do Conselho Estadual dos Estudantes", 9-5.1963.
- "Carta de Piracicaba", 31.5.1965.
- "Relatório da diretoria", 19-9-1965.
- "Programa de trabalho da gestão fevereiro-setembro 1965".
- "Congresso Estadual dos Estudantes - Resoluções" set. 1965.
- "Planejamento 1965-66".
- "Histórico dos principais aspectos do movimento estudantil", julho/68.
- "Balanço crítico do Conselho de Presidentes da UEE-SP", julho/68.
- "Programa para a União Nacional dos Estudantes", agosto 1968.

UNE

- "1º Seminário Nacional de Reforma Universitária - Declaração da Bahia", 1961.
- "Resoluções do Conselho da UNE - Encontro sobre Reforma Universitária", 1962.
- "Relatório da Diretoria da União Nacional dos Estudantes", 1963.
- "Resoluções do II Conselho Extraordinário da União Nacional dos Estudantes", janeiro de 1965.
- "Resoluções do Congresso da UNE", julho de 1965.
- "Plano de ação para a gestão 1966-1967", julho de 1966.
- "Declaração de princípios", julho de 1966.
- "Carta Política" (tendência AP), julho de 1967.
- "Carta Política" (Dissidências-POLOP), julho de 1967.

"Tese da UNE - Seminário sobre a Infiltração Imperialista no Ensino Brasileiro", maio de 1967.

"Informe do Conselho Nacional ", julho de 1968.

PERÍODICOS ESTUDANTIS

Jornal da UEE. Gestão Nova UEE, 1968.

O Movimento. Órgão oficial da UNE, 1961-1963.

Revisão. Grêmio da Filosofia - USP, 1967.

ENTREVISTAS

Bernardino Figueiredo (UEE-SP), 15.06.83.

Davi Capistrano Filho (C.A. da Fac. Nacional da Medicina, Rio), 27.06.83.

Jorge Baptista Filho (DCE-UFMG), 27-06-83.

José Genoíno Neto (DCE-Univ. do Ceará), 19.06.83.

OUTROS DEPOIMENTOS

ARANTES, Aldo. "A UNE no período 1961-1962", in Cadernos de Opinião, nº 12, jul. 79.

BRANT, Vinícius C. "Nos tempos da legalidade", in Plural, nº 6, jun. 79.

DIRCEU, José. "Histórico do ME", datilografado, inédito, (s.d.).

GREGORI, José. "A UNE nos tempos da democracia", in Cadernos de Opinião, nº 12, jul. 79.

MARTINS, Franklin. Entrevista a Movimento, ed. especial "Luta Armada", nº 235, 31-12-79.

PALMEIRA, Vladimir. Entrevista a Enfim, Rio, nº 6, 17.10.79.

PALMEIRA, Vladimir. Entrevista a O Pasquim, Rio, 1979.

SOARES, Edson. "O que são as divergências políticas dentro da UNE", mimeo. jul. 68.

WEID, Jean Marc Von der. "Os cabeças da revolta", in Flagrante

Rio, março-abril, 1978.

DOCUMENTOS DA ESQUERDA

AP. "Documento-Base", 1961.

ALN-TENDÊNCIA LENINISTA. "Uma autocrítica necessária", 1971.

MARIGHELLA, Carlos. "Documento aos revolucionários de São Paulo", dez.68.

PCB. "Declaração Política de 1958".

PCB. "V Congresso", 1960.

PCB. "VI Congresso", 1967.

PC do B. "A política estudantil do Partido Comunista do Brasil", mai. 1968.

PCBR. "Linha política", 1968.

POLOP. "Programa Socialista para o Brasil", 1967.

MR-8. "O problema das relações vanguarda-massa na fase atual da revolução brasileira", (s.d.).

MR-8. "Teses - 72".

RODRIGUES, Jamil (pseud.) "O Caminho da vanguarda", (s.d.).

VILLA, Raul (pseud.). "Para um balanço da P.O. - POC", 1976.